

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ENGENHARIA AMBIENTAL**

ISABEL CRISTINA ALBUQUERQUE

**O PAPEL DO ECOTURISMO NO
MUNICÍPIO DE URUBICI – SC**

FLORIANÓPOLIS

2004

ISABEL CRISTINA ALBUQUERQUE

**O PAPEL DO ECOTURISMO
NO MUNICÍPIO DE URUBICI – SC**

Dissertação submetida ao Colegiado do curso de Mestrado em Engenharia Ambiental como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Masato Kobiyama

FLORIANÓPOLIS

2004

FICHA CATALOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, Isabel Cristina.

O papel do ecoturismo no município de Urubici – Santa Catarina – Isabel Cristina Albuquerque. – Florianópolis, 2004.

Dissertação (Mestrado) – Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

CDD
CDU

A todos que buscam conscientemente construir uma nova realidade de um futuro melhor para todos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a emergência das ações de todos aqueles que se comprometeram com o meio ambiente, tanto quanto estão comprometidos consigo mesmos.

Agradeço ao Universo e à Causa Primária de todas as coisas que me permite estar aqui e realizar meus anseios.

Ao meu orientador prof. Dr. Masato Kobiyama pelos ensinamentos de vida, pela humildade e pela confiança durante nossa convivência.

A Demétrio e Pedro pelo privilégio de tê-los como filhos e por seus ensinamentos durante as construções de suas realidades pessoais.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental.

A Prefeitura de Urubici-SC e todos os seus colaboradores que nos oportunizaram a realização dos seminários e colaboraram com nossas propostas.

À comunidade de Urubici-SC que amorosamente me acolheu e buscou agir no sentido de buscar um futuro melhor para todos.

Aos amigos que conquistei e aos que re-encontrei neste processo acadêmico de minha formação, pelo incentivo e solidariedade constantes.

O papel do ecoturismo no município de Urubici – Santa Catarina

RESUMO

O presente trabalho busca identificar o papel do ecoturismo no município de Urubici-SC. Para o desenvolvimento da pesquisa foi adotado um referencial teórico que abrange os conceitos de recursos hídricos, desenvolvimento sustentável, ecoturismo, participação comunitária e educação ambiental não-formal. Como metodologias foram utilizadas a transdisciplinaridade e o método K.J. O trabalho apresenta como resultado o entendimento da população local e seus anseios com o desenvolvimento do ecoturismo na região, as propostas de ações elaboradas nos seminários e um projeto ecoturístico, que foram construídos durante a pesquisa.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Recursos Hídricos, Educação Ambiental, Participação Comunitária, Ecoturismo, Município de Urubici.

The meaning of ecotourism in Urubici-SC town.

ABSTRACT

This work identifies the meaning of ecotourism in Urubici-SC town. To develop this research it was adopted a theoretical reference with concepts about water resources, sustainable development, environmental education, community participation and ecotourism. The methodologies used were transdisciplinarity and K.J Method. The results present local community understanding and their wishes about ecotourism development based on actions propositions elaborated in the seminars and in the ecotouristic project that were built during the research.

Key-words: Sustainable Development, Water Resources, Environmental Education, Community Participation, Ecotourism, Urubici City,

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Regiões Hidrográficas de Santa Catarina | 25 |
| Figura 2 – Comportamento Hidrológico da Bacia do Rio Canoas | 26 |
| Figura 3 – Comitês de Bacias Hidrográficas de Santa Catarina | 28 |
| Figura 4 – Vista do Parque Nacional São Joaquim | 64 |
| Figura 5 – Imagem de satélite do PARNA São Joaquim | 64 |
| Figura 6 – Roteiros turísticos catarinenses | 66 |
| Figura 7 – Área do município de Urubici-SC | 72 |
| Figura 8 – Localização do município de Urubici-SC | 73 |
| Figura 9 – Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai | 74 |
| Figura 10 – Mapa Hidrográfico da Bacia do Rio Canoas – Urubici-SC | 75 |
| Figura 11 – Cascata do Avencal | 77 |
| Figura 12 – Cachoeira do Rio dos Bugres | 78 |
| Figura 13 – Cascata Véu de Noiva | 79 |
| Figura 14 – Gruta Nossa Senhora de Lourdes | 80 |
| Figura 15 – Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens | 81 |
| Figura 16 – Inscrições rupestres | 81 |
| Figura 17 – Morro do Campestre | 82 |
| Figura 18 – Pedra Furada | 83 |
| Figura 19 – Serra do Corvo Branco | 83 |
| Figura 20 – Imagem de satélite da região de Urubici | 84 |
| Figura 21 – Método K.J. | 103 |
| Figura 22 – Método K.J adaptado para a pesquisa | 104 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Tipos de ecoturismo e atividades ecoturísticas | 56 |
| Quadro 2 – Tipos de turismo e principais atividades..... | 57 |
| Quadro 3 – Tipos e conceitos de turismo – MRE – Brasil | 57 |
| Quadro 4 – Tipos de turismo e conceitos – AGT – Brasil | 58 |
| Quadro 5 – Classificação de turismo pelo enfoque alternativo | 59 |
| Quadro 6 – Potencialidades do turismo | 60 |
| Quadro 7 – Eventos culturais realizados em Urubici..... | 89 |
| Quadro 8 – Diferenças entre ciência experimental e ciência em campo..... | 102 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AGT – Agência Goiana de Turismo

CLIMERH – Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos de Santa Catarina

Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, anteriormente denominado Empresa Brasileira de Turismo

FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MICT – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo

MMA – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e da Amazônia Legal

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização não-Governamental

PRODER – Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEBRAE-SC – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Santa Catarina.

SENAC-SC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Ecoturismo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO | 06 |
| ABSTRACT | 07 |
| LISTA DE FIGURAS..... | 08 |
| LISTA DE QUADROS..... | 09 |
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES | 10 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 2. OBJETIVO | 17 |
| 2.1. OBJETIVO GERAL | 17 |
| 2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 17 |
| 3. JUSTIFICATIVA..... | 18 |
| 4. REVISO BIBLIOGRÁFICA..... | 20 |
| 4.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..... | 20 |
| 4.2 RECURSOS HÍDRICOS | 23 |
| 4.2.1 Legislação | 23 |
| 4.2.2 Comitês de Bacias | 27 |
| 4.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 29 |
| 4.3.1 Introdução | 29 |
| 4.3.2 A participação comunitária | 35 |
| 4.4. ECOTURISMO | 41 |
| 4.4.1 Histórico | 41 |
| 4.4.2 Definições | 46 |
| 4.4.3 Classificação | 52 |
| 4.4.4 Potencialidades sócio-econômico-ambientais | 59 |
| 4.4.5. Políticas federal e catarinense para o ecoturismo..... | 61 |
| 4.5. PARQUE NACIONAL SÃO JOAQUIM E MUNICÍPIO DE URUBICI-SC ... | 63 |
| 4.5.1. Histórico | 63 |
| 4.5.2. (Eco)turismo | 65 |
| 5. ÁREA DE ESTUDO – MUNICÍPIO DE URUBICI..... | 72 |
| 5.1. LOCALIZAÇÃO | 72 |

| | |
|---|------------|
| 5.1.1 Hidrografia..... | 73 |
| 5.1.2 Pontos turísticos..... | 75 |
| 5.2. GEOGRAFIA FÍSICA | 84 |
| 5.2.1 Clima | 85 |
| 5.2.2 Vegetação | 85 |
| 5.2.3 Altitude | 86 |
| 5.2.4 Solo | 86 |
| 5.3. GEOGRAFIA HUMANA | 87 |
| 5.3.1 História | 87 |
| 5.3.2 Aspectos sócio-econômicos..... | 88 |
| 5.3.2 População | 89 |
| 5.3.4 Cultura..... | 89 |
| 6. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS | 91 |
| 6.1 DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE ECOTURISMO | 91 |
| 6.2 FATORES ENVOLVIDOS NA IMPLANTAÇÃO DO ECOTURISMO | 94 |
| 7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 96 |
| 7.1 INTRODUÇÃO | 96 |
| 7.2 A PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR | 96 |
| 7.2.1 Introdução | 96 |
| 7.2.2 Descrição da metodologia..... | 99 |
| 7.2.3 Aplicação..... | 100 |
| 7.3 OFICINA DE IDÉIAS | 101 |
| 7.3.1 Introdução | 101 |
| 7.3.2 Descrição do método K.J. | 102 |
| 7.3.3 Aplicação da metodologia. | 105 |
| 7.4 REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS. | 106 |
| 7.4.1 Programa dos seminários. | 106 |
| 8. RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 109 |
| 8.1 Resultados e discussões gerais..... | 109 |
| 8.2 A Proposta - Roteiro Ecoturístico | 123 |
| 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 124 |
| 9.1 A participação comunitária na implantação do ecoturismo | 124 |
| 9.2 Viabilidade do ecoturismo em Urubici | 126 |

| | |
|--|-----|
| 9.3 Recomendações ao Município | 127 |
| 9.4 Recomendações para futuro estudo | 128 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 130 |
| APÊNDICES | 135 |
| A Projeto Ecoturístico Rota do Vale Encantado | 134 |
| B Frases elaboradas na oficina de idéias..... | 149 |
| C Propostas de Ações resultantes dos seminários | 153 |
| D Localização dos pontos turísticos de Urubici-SC..... | 156 |

1. INTRODUÇÃO

Diante dos desafios propostos pela sociedade globalizada, os constantes conflitos entre o homem e o ambiente, e do homem consigo mesmo, vemos uma busca cada vez maior de um sentido para existência humana, numa tentativa de amenizar as tensões sociais e pessoal. CAPRA (2001) ponderou que: "Há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores". Essa mudança radical tem se dado através da mudança de paradigma, no âmbito da ciência, que leva a uma mudança de proporções mais amplas. Este paradigma nos permite perceber o mundo como um todo integrado e sistêmico. E esta integração tem sido buscada através de movimentos de retorno à natureza, de busca pelo contato com paisagens e locais de contemplação, onde o homem possa se sentir mais unido e menos dividido. Assim é que, a partir destes movimentos foi surgindo o que hoje chamamos de Ecoturismo e estudar este evento passa obrigatoriamente, por uma visão de sustentabilidade para que ele possa se desenvolver. Antes, porém, é necessário lembrar que foi o turismo e sua relação com o ambiente que levou a abordagem do que se chamou inicialmente de "turismo alternativo" e depois de "ecoturismo".

Tendo em vista os impactos negativos ao meio ambiente, provocados pelo turismo de massa, bem como os impactos sócio-culturais, "... a qualidade de uma destinação turística vem sendo avaliada com base na originalidade de suas atrações ambientais e no bem-estar que elas proporcionam aos visitantes." (RUSCHMANN, 2001, p. 16). Isto nos leva a indicar que existe uma inter-relação profunda entre a experiência da visita e o bem-estar dos visitantes, construída a partir de suas relações não somente com a natureza, mas com a população que atua no local.

Com base neste ponto de vista, podemos indicar como exemplos países da Europa, Suíça e Áustria, onde os governos pagam um valor para os

agricultores das montanhas não modernizarem o trabalho típico, a fim de manterem as práticas tradicionais, por estas serem parte do produto turístico. Estes moradores, interessados em também manter o negócio, conservam suas áreas, o que evita também o êxodo rural (RUSCHMANN, 2001, p. 25).

A partir de reuniões realizadas em várias regiões do planeta, levando em conta as peculiaridades do ecoturismo, o ano de 2002 foi escolhido o Ano Internacional do Ecoturismo pela Organização Mundial de Turismo, quando então se buscou identificar linhas gerais que melhor definissem o que seria esta atividade e quais as suas relações sócio-econômicas e ambientais.

A Cúpula Mundial de Ecoturismo, realizado em Quebec-Canadá, em maio de 2002, discutiu pontos relevantes apontados por todos os países participantes, a partir das conferências preparatórias que foram realizadas, incluindo representantes de todos os continentes com seus casos e situações específicas. Com relação a América Latina o documento final aponta que "A região das Américas é provavelmente uma das regiões do mundo onde o ecoturismo está se desenvolvendo com mais rapidez." (OMT, 2002, p. 17). E disso resulta a preocupação: "... três motivos de inquietude foram mais evidenciados: a participação das comunidades locais; a necessidade de programas de certificação acessíveis a todas as pessoas, com independência de capacidade econômica e a urgente necessidade de capacitação em todos os níveis." (OMT, 2002, p. 17).

O mesmo documento aponta que a prática da sustentabilidade deve dar-se através da atribuição de competências e da participação, dado que "... a participação das comunidades locais desempenha um papel importante na conservação da biodiversidade." (OMT, 2002, p. 15), sem no entanto deixar de considerar que "...a conscientização e a capacitação requerem tempo..."(OMT, 2002, p. 15). Além disso, foram mencionados exemplos na região da Ásia-Pacífico, no Sri Lanka, onde a participação das comunidades locais levou a um desenvolvimento sustentável do ecoturismo.

Neste aspecto, o turismo e o ecoturismo têm um importante papel no que tange à preservação da natureza e dos recursos naturais não renováveis. De acordo com a UNEP "O número de turistas internacionais somaram mais de 664 milhões em 1999 (mais de 10% da população mundial) e a expectativa é que chegue a 1 bilhão de turistas em 2010." (UNEP, 2002, p. 7). E o ecoturismo, por si só, também apresenta um crescimento significativo conforme indicado pela mesma instituição:

"O Ecoturismo está crescendo como um nicho de mercado dentro da grande indústria do turismo, com potencial para ser um importante instrumento para o desenvolvimento sustentável." (UNEP, 2002, p. 7).

Um outro aspecto para o qual se deve lançar o olhar crítico é a forma como é apresentado o ecoturismo, como ele é visto pelos ecoturistas. De acordo com a Cúpula Mundial de Ecoturismo, é comum na América Latina "... a existência de um marketing excessivamente focado na paisagem, na natureza e nas questões culturais, que não contempla adequadamente os aspectos sociais, ambientais e de sustentabilidade ..." (OMT, 2002, p. 19) o que leva a uma descaracterização e um descompromisso de todos os envolvidos com o processo de preservação dos recursos hídricos, da fauna e da flora dos locais de destino. Os aspectos sociais, ambientais e de sustentabilidade indicados pela Cúpula Mundial devem ser identificados, construídos e geridos pelas populações envolvidas no desenvolvimento do ecoturismo e no seu papel para a preservação dos recursos naturais.

O tema de nossa pesquisa surgiu a partir de uma visita ao município de Urubici, em Santa Catarina, onde se situa a sede do Parque Nacional São Joaquim e que faz parte (cabeceira) da bacia hidrográfica do rio Canoas, que é um dos rios que dá origem ao rio Uruguai. Devido a grande variedade de belezas naturais do lugar, originada pela geologia da Serra Catarinense, mais especificamente do Planalto Arenítico-Basáltico, o local é palco de várias atividades de ecoturismo, ainda não totalmente desenvolvidas, que devem priorizar a preservação ambiental para garantir o desenvolvimento sustentável.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é analisar o papel do ecoturismo no município de Urubici, no estado de Santa Catarina, através da aplicação de metodologias para que a população local de Urubici elabore uma proposta de ações para o desenvolvimento do ecoturismo de forma sustentável. Esta proposta contribuirá para a melhoria da qualidade de vida e a preservação ambiental na bacia do Rio Canoas, cuja nascente se encontra nesse município.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reconhecer e registrar os recursos naturais existentes nas propriedades particulares como potenciais para o desenvolvimento do ecoturismo e preservação ambiental;
- Identificar as ações propostas pela população local e que deverão ser implementadas por eles, com vistas ao desenvolvimento ecoturístico sustentável local.
- Elaborar um projeto ecoturístico para desenvolvimento da localidade de São Francisco, em Urubici-SC.

3. JUSTIFICATIVA

O histórico da evolução humana tem mostrado a necessidade de um novo olhar sobre as questões ambientais, como registrado no GEO Brasil 2002: "... na última década, dois marcos vieram contribuir para a emergência de um novo modo de pensar: o primeiro, está relacionado com a valorização da importância da Terra; e o segundo, ao diagnóstico da gravidade dos problemas ambientais acumulados, e que projetados para um futuro não muito remoto, poderiam vir a inviabilizar não apenas o modelo de desenvolvimento econômico, como também a própria sobrevivência da espécie humana." (IBAMA, p. 217, 2002).

E o entendimento do que seja a 'questão ambiental' pode ter por base o proposto por Toynbee, como "... a contradição fundamental que se estabeleceu entre os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem marcadamente a partir do século XVIII, e a sustentação deste desenvolvimento pela natureza. A partir da revolução industrial, a velocidade de produção dos rejeitos da sociedade, o avanço do mundo urbanizado e a força poluidora das atividades industriais superaram a capacidade regenerativa dos ecossistemas e a reciclagem dos recursos naturais renováveis, colocando em níveis de exaustão os demais recursos naturais não-renováveis."(apud. ALMEIDA, 2002, p. 7).

A visão preponderante a respeito do domínio sobre a natureza, o ambiente visto com fonte infinita de recursos, o consumismo exacerbado e as estruturas de poder centralizadoras, cedeu lugar à visão da Ecologia Profunda - onde é essencial viver em harmonia com a natureza-, a natureza tem seu valor ontológico e não somente como fonte de recursos, estes recursos são limitados, as estruturas de poder descentralizadas estão mais afinadas às realidades da biorregiões. E como CAPRA(2001) esclareceu, "A percepção ecológica profunda reconhece que a interdependência fundamental de todos os fenômenos, é o fato de que, enquanto indivíduos e sociedade, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza...".

Qualquer ação que busque a preservação ambiental deve passar pela conscientização daqueles que estão envolvidos no processo, bem como o compromisso com as soluções a serem utilizadas no futuro. Desta forma, acredita-se que o envolvimento da população local, no processo de construção de uma proposta para o desenvolvimento sustentável tem o caráter de efetividade na busca de melhor qualidade de vida, sem comprometer as futuras gerações.

A comunidade do município de Urubici – SC traz em seu escopo histórico fatos que traduzem a exploração desmedida do meio ambiente pelo homem, como aconteceu no ciclo da madeira, além de apresentar uma questão fundiária ainda não resolvida, como a não-indenização dos proprietários das terras que estão no Parque Nacional São Joaquim, uma vez que o mesmo ainda não foi implementado. Sem poderem produzir como antes e sem as grandes madeireiras que geravam empregos, a população se viu obrigada a migrar em busca de soluções para o próprio sustento. Esta situação deixou Urubici sem uma perspectiva de desenvolvimento por algumas décadas, até que os turistas brasileiros descobriram as belezas naturais da região e acorreram para lá, de forma desordenada.

Este é o escopo a partir do qual iniciamos nossa pesquisa: resgatar, através do ecoturismo, os valores da população local, para que o município possa transformar-se em pólo de desenvolvimento sustentável, identificando assim o seu papel para a preservação ambiental da bacia do Rio Canoas

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para encontrar as origens da idéia de sustentabilidade é necessário percorrer os caminhos evolutivos do homem desde sua aparição sobre Terra. Egípcios e babilônios conviviam com esta idéia e o desenvolvimento de suas civilizações só foi possível graças à preocupação com o ambiente em que viviam.

SWARBROOKE(2000) sustenta esta idéia quando afirma que muitos sistemas agrícolas tradicionais já se baseavam no princípio da sustentabilidade, onde “ O trabalho em fazendas era realizado de maneira a preservar ao invés de destruir a capacidade produtiva do solo que, assim, ainda era capaz de suportar a produção de alimentos por um período mais longo.”.

Com a Revolução Industrial, o mundo mudou seu curso natural de forma abrupta. O crescimento descontrolado das cidades, a inexistência de saneamento básico e o desenvolvimento das indústrias levou a sociedade da época a um momento de caos e turbulência generalizados, apesar do crescimento econômico. As guerras que devastaram o continente europeu também levaram ao esgotamento de algumas riquezas naturais. Para competir no mercado cada vez mais exigente, novas tecnologias foram desenvolvidas e aplicadas sem considerar o impacto no ambiente. O homem se viu obrigado a buscar novas soluções para compensar a falta de recursos necessários e para garantir o lucro, o desenvolvimento a qualquer custo. Como consequência deste processo produzimos uma sociedade com dezenas de milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e uma crise ambiental sem precedentes na história humana (SACHS, 1996).

Os relatos de SWARBROOKE(2000) dão conta que os maiores movimentos com vistas ao desenvolvimento sustentável começaram após a 2ª Guerra Mundial, com a tentativa de reconstrução da Europa. Embora vários projetos

tenham sido desenvolvidos, muitos não foram implementados por dependerem de vontades políticas. A partir da década de 60, o chamado “Terceiro Mundo” começou a chamar a atenção dos países ricos e novamente a questão da sustentabilidade se apresenta diante da exploração de regiões na África e Ásia. Ainda de acordo com este autor, o primeiro artigo que expôs o termo ‘desenvolvimento sustentável’ foi publicado em 1980 pela International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources, o “World Conservation Strategy”.

FENNELL(2002) destaca que o “...desenvolvimento sustentável foi proposto como um modelo que pode ser útil na criação do estímulo para a mudança estrutural da sociedade, um modelo que deverá se desviar de um foco estritamente socioeconômico para outro diferente...”(FENNELL, 2002, p. 25). Este outro foco indicado pelo autor deverá ser construído pelos próprios atores sociais, a partir da identificação, do reconhecimento e da proposição de alternativas do que seja desenvolvimento sustentável, em cada esfera de atuação em que eles se movimentam.

Em 1987, após 3 anos de trabalho, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, CMMDA, apresentou, no conhecido Relatório Brundtland intitulado ‘Nosso Futuro Comum’, o desenvolvimento sustentável como “.. um processo de transformações, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas.”(apud RUSCHMANN, 2002, p.109). E deixou um conceito amplamente utilizado de desenvolvimento sustentável, que significa: “Atender às necessidades da geração presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades.”. (apud. BRAGA, 2003, p. 216).

Na série "Meio Ambiente em Debate", nº 7, publicada pelo IBAMA (1996), Ignacy Sachs considera que a finalidade do desenvolvimento "...é sempre social e baseia-se em fundamentos éticos (...), solidariedade com as gerações

presentes.", e que leva os estudiosos a introduzir uma abordagem ecológica à situação porque "... pode ser interpretada em termos éticos como solidariedade com as gerações futuras..." (op. cit., p.10). A preocupação do autor ainda se reflete nas políticas sociais assistenciais e compensatórias, que não refletem desenvolvimento, pois não atacam a origem dos problemas de exclusão e desemprego. Ao invés disso ele propõe uma alternativa "... através da inserção produtiva que satisfaça ao mesmo tempo critérios social, econômico e ecológico..." de desenvolvimento. (op. cit., p. 11).

Apesar do amplo uso da expressão 'desenvolvimento sustentável', a natureza subjetiva das 'necessidades futuras' abre um espaço para que se identifiquem os parâmetros sob os quais se realizará o desenvolvimento sustentável de uma região ou de uma comunidade. Este espaço deve ser preenchido pela população envolvida no processo de elaboração de soluções para melhoria de sua qualidade de vida e preservação do ambiente onde está inserida, através de um processo de sensibilização e conscientização que passa pela educação não-formal.

E é neste espaço que pode ser construída uma nova realidade, como salientam BRITO e CÂMARA (2002): "Os tempos são de se prever o futuro para tornar o desenvolvimento sustentável uma perspectiva importantíssima para melhorar o grau de comprometimento com a gestão ambiental."(BRITO e CÂMARA, 2002, p. 22).

Embora este espaço deva ser preenchido por ações das comunidades locais, algumas questões-chave, como as apresentadas por Hunter, podem orientar os parâmetros e as diretrizes sob as quais se dará o processo. São eles:

- o papel do crescimento econômico na promoção do bem-estar humano;
- o impacto e a importância do crescimento da população humana;
- a existência efetiva de limites ambientais ao crescimento;

- a possível substituição dos recursos naturais (riquezas) pelos bens produzidos pelo homem por meio do crescimento econômico e da inovação técnica;
- a interpretação diferencial do ponto crítico de vários componentes da base do recurso natural e, portanto, do potencial para substituição;
- a capacidade das tecnologias (incluindo métodos de administração tais como avaliação de impacto no meio ambiente e sua auditoria) de desconectar o crescimento econômico dos efeitos colaterais indesejáveis ao meio ambiente;
- o significado do valor atribuído ao mundo natural e os direitos de espécies não-humanas, perceptíveis ou não;
- o grau em que uma perspectiva de sistemas (ecossistemas) deveria ser adotada e a importância de manter a integridade funcional dos ecossistemas.

(apud. SWARBROOKE, 2000, v.I, p. 8)

Assim, desenvolvimento sustentável é um conceito que pode ser construído a partir da realidade vivida pela comunidade, trazendo em seu escopo as características específicas da região: sócio-econômicas, culturais e ambientais. Ele refletirá os valores sob os quais identificar-se-ão quais as 'necessidades futuras', que permitirão uma dinâmica equilibrada no processo evolutivo do desenvolvimento humano e das relações homem-natureza.

4.2. RECURSOS HÍDRICOS

4.2.1 Legislação

Um dos aspectos ambientais que tem sido foco das maiores preocupações nacionais e internacionais, é a qualidade da água para consumo humano, animais e irrigação. E, no sentido de estabelecer diretrizes para a gestão da água, o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e da Amazônia Legal alertou sobre a situação da água no planeta, indicando que "... 99% não está disponível para uso humano, 97% é salgada, encontrada nos oceanos e

mares. 2% formam geleiras, inacessíveis. Apenas 1% de toda essa água é doce e está armazenada nos lençóis subterrâneos, rios e lagos. O Brasil detém 8% de toda água doce superficial do planeta,..." (BRITO e CÂMARA, 2002, p. 58). Este contexto levou o Brasil a desenvolver uma das melhores e mais completas coletâneas jurídicas para utilização dos recursos naturais existentes.

O ordenamento jurídico brasileiro é pródigo em relação às leis ambientais. Existem atualmente cerca de 80 normas, entre leis, decretos, medidas provisórias, resoluções e portarias, que visam controlar o comportamento humano diante do ambiente. Dentro deste ordenamento podemos citar a Lei das Águas, Lei Federal nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Esta lei, em seu artigo 1º, define os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, dos quais destacamos: "I – a água é um bem de domínio público; VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.." e no inciso II, do artigo 4º apresenta como diretriz: "II – a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País." (BRASIL, 1997)

Em Santa Catarina, a Política Estadual de Recursos Hídricos foi instituída pela lei 9.748, de 30 de novembro de 1994 e apresenta como objetivo, em seu artigo 2º, item I, "...assegurar as condições para o desenvolvimento econômico e social, com melhoria da qualidade de vida e em equilíbrio com o meio ambiente;.." (SANTA CATARINA, 1994). Em seu artigo 20º, institui os Comitês de Bacias Hidrográficas, como agentes de coordenação das ações que visam à preservação e gestão dos recursos hídricos do estado. (*idem*).

A lei 10.644/98, que propõe nova redação ao Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, apresenta a finalidade precípua do CERH: “...estabelecer as diretrizes da política de recursos hídricos, com vistas ao planejamento das atividades de aproveitamento e controle dos recursos hídricos...” (art. 2º), bem como sua competência (art. 3º): “...analisar as propostas de estudos e projetos sobre o uso, preservação e recuperação de recursos hídricos.”(SANTA CATARINA, 1998). Estão assim traçadas as linhas gerais de atuação do estado sobre os recursos hídricos.

A política catarinense para recursos hídricos estabeleceu Regiões Hidrográficas (Figura 1), através da lei 10.949, de 09 de novembro de 1998, que são compostas por municípios e bacias que atendem às características gerais indicadas no plano estadual, tais como: homogeneidade nos aspectos físicos e sócio-econômicos, grau de identidade com as regiões das associações de municípios; um número máximo de 40 municípios, área máxima de 25.000 km², ser composta de no máximo 3 bacias hidrográficas. Desta forma, o estado está configurado por 10(dez) Regiões Hidrográficas, assim distribuídas: R.H Extremo Oeste, R.H. Meio Oeste, R.H. Vale do Rio do Peixe, R.H. Planalto de Lages, R.H. Planalto de Canoinhas, R.H. Baixada Norte, R.H. Vale do Itajaí, R.H. Litoral Centro. R.H. Sul Catarinense e R.H. Extremo Sul Catarinense.



Figura 1 – Regiões Hidrográficas de Santa Catarina - Fonte: Santa Catarina – SDS/2003

Através desta lei, a gestão descentralizada dos recursos hídricos deve ocorrer em nível regional e municipal, tendo as Bacias Hidrográficas como unidades de gestão, focalizando a participação de todos atores, público, privado e social, estabelecendo diretrizes para se enfrentar os desafios atuais com a escassez dos recursos e poluição dos mananciais de água.

Desenvolver ações que contemplem as políticas indicadas faz parte do processo de construção de uma nova realidade, onde se pretende preservar o ambiente para esta e as futuras gerações. Com base nestas normas, as propostas orientadas para o desenvolvimento sustentável, devem ser construídas a partir de uma abordagem participativa, envolvendo os habitantes em torno de uma bacia hidrográfica.

O município de Urubici está inserido na Bacia do Rio Canoas, que junto com o rio Pelotas irá formar o rio Uruguai. Abaixo indicamos o comportamento hidrológico da bacia (Figura 2), monitorado pelo Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos de Santa Catarina (CLIMERH).

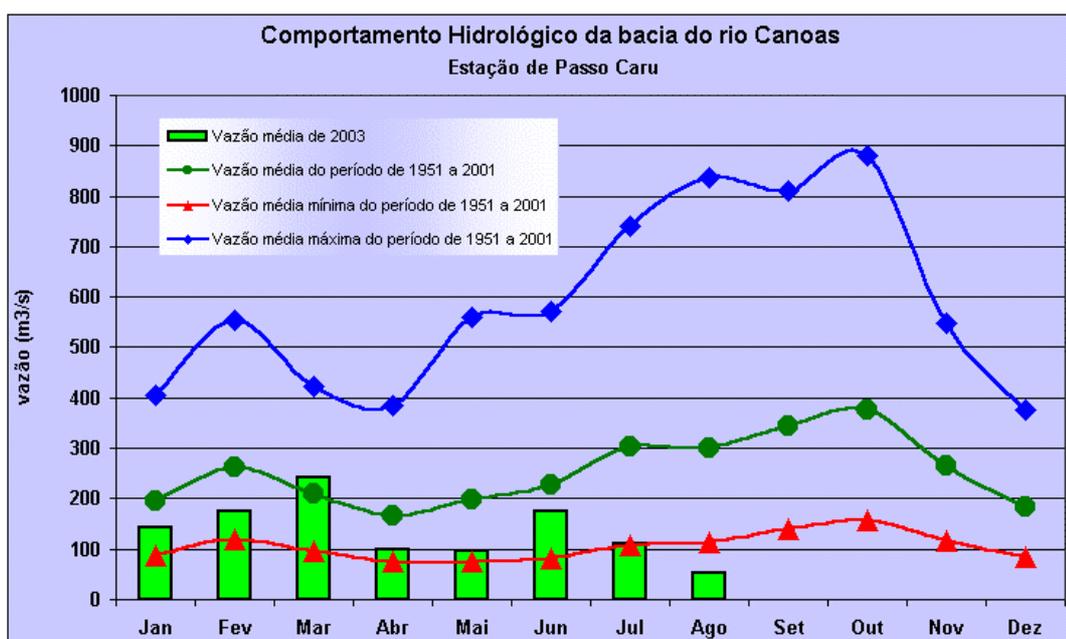


Figura 2 - Comportamento Hidrológico da Bacia do Rio Canoas - Fonte – Climerh – SC

4.2.2. Comitês de Bacias.

O uso dos recursos hídricos no Brasil tem sido tema de constantes debates, por ser a questão central de muitos problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável, de forma geral. BRITO e CÂMARA resumem a questão quanto apontam que: “ A grande maioria dos principais rios que banham os estados estão poluídos, em razão de a água usada nas indústrias, nas residências, nos shopping centers, no comércio, nos matadouros, na mineração, voltarem para os rios sem nenhum tratamento. Por outro lado, o uso desordenado de fertilizantes, agrotóxicos e pesticidas na agricultura são levados pelas enxurradas para os leitos dos rios e poluem as águas. Outro fator causador de poluição é o lixo doméstico e hospitalar, que em sua maioria não recebe o tratamento adequado.” (BRITO e CÂMARA, 2002, p. 31).

Além disso o desmatamento e a erosão do solo têm um profundo impacto no equilíbrio das bacias hidrográficas, com esta preocupação os Comitês de Bacias Hidrográficas criados são coordenados pela Agência Nacional da Água, com a função de mediar os processos de construção de uma política de gestão de recursos hídricos, onde estejam presentes os representantes da sociedade civil e do governo.

Os Comitês foram criados pela Lei Federal nº 9.433/97, onde ficaram definidas, em seu artigo 38, as suas competências e entre as quais: “I – promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes.” Neste momento, abre-se a perspectiva para atuação dos diversos setores da sociedade organizada, uma vez que em seu artigo 1º, item IV, determina que a gestão dos recursos hídricos “...deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.”.(BRASIL, 1997)

Em Santa Catarina, os Comitês de Bacias Hidrográficas foram instituídos pela lei nº 9.748/94, e criados nos anos posteriores, totalizando 12 Comitês, conforme pode ser visto na Figura 3.



Figura 3 – Comitês de Bacias Hidrográficas de Santa Catarina - Fonte: Santa Catarina – SDS/2003

No caso em questão, a bacia do rio Canoas, em Urubici, está submetida ao Comitê de Bacias do Rio Canoas, que foi criado pelo Decreto nº 3.515, de 29 de novembro de 2001. O Comitê é constituído por 80(oitenta) membros dos quais 40% dos representantes de usuários de águas, 40% de representantes da sociedade civil e 20% de representantes de órgãos e Entidades Governamentais, tal como definido no art. 21º da lei 9.748/94.(SANTA CATARINA, 1994).

No ano de 2002, os integrantes do Comitê Canoas foram capacitados aos conceitos ambientais básicos, que os possibilitou buscar o desenvolvimento sustentável, a partir de uma gestão participativa.

4.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

4.3.1 Introdução

De acordo com a Constituição Brasileira, em seu artigo 225, *“todo cidadão tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

§ 1º - *Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*

.....

VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública, para a preservação do meio ambiente.” (BRASIL, 1988).

A partir desta determinação, os órgãos governamentais se mobilizaram no sentido de dar orientação e fazer o cumprir o determinado na Constituição Federal. Uma das ações prioritárias foi o PRONEA, Programa Nacional de Educação Ambiental, um instrumento de gestão do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia, que visava dar suporte às atividades de educação ambiental enquanto estava em tramitação o projeto de lei da educação ambiental. Assim é que o IBAMA, em 1997, publicou Diretrizes para Operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental. Neste documento tem-se como pressuposto a educação “como um processo interativo relacionado ao conhecimento e transformação, a nível individual e social, voltado para a obtenção de qualidade de vida...”.(IBAMA, 1997, p. 17). Além disso, a pluralidade e diversidade culturais também são consideradas pressupostos sob os quais deve ser construído qualquer processo de educação ambiental, o que significa “o respeito ao contexto cultural do sujeito, suas vivências, necessidades e motivações. Um respeito que se traduz na troca de saberes, na busca de uma relação dialética entre o conhecimento científico oficial e o conhecimento produzido pelas populações envolvidas.”

(IBAMA, 1997,p. 18). Sobre o processo participativo, o mesmo documento indica que este ocorre quando “... a população contribui, influi e usufrui de forma mais efetiva e direta, na construção e transformação de sua realidade, através de ações organizadas.” (IBAMA, 1997, p. 19). Com a aprovação da lei 9.795/99, o PRONEA deixou de existir.

A lei 9.795, de 27 de abril de 1999, Lei de Educação Ambiental, consolida as linhas gerais da educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental. O caráter transversal da educação ambiental fica caracterizado no artigo 2º, onde se lê: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.”. Em seus princípios básicos, constantes de seu artigo 4º, destaca-se: “I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;” do processo e em seu item VIII: “... o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.” Além disso, a norma também orienta as atividades vinculadas a estudos e pesquisa, indicando em seu artigo 8º, § 3º, item II, a “... difusão de conhecimento, tecnologias e informações sobre a questão ambiental..” (BRASIL, 1999).

De acordo com a Lei de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), em seu artigo 13º, a educação não-formal é entendida como “...as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.”, e no seu Parágrafo Único estabelece que: “O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

(...)

II – a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

(...)

VII – o ecoturismo.”

Aqui se percebe que o entendimento do Governo Federal sobre o termo “ecoturismo” é de que o mesmo parece carregar consigo conceitos de sustentabilidade, educação e conservação ambiental.

Segundo estudos do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos(BRASIL,2003), “Todos os cidadãos estão em permanente processo de reflexão e aprendizado.”, e a educação não-formal, como modalidade de ensino, “...pode ser compreendida em seis dimensões: a qualificação dos indivíduos para o trabalho; a adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; a aprendizagem política de direitos através da participação em grupos sociais; a educação realizada na e pela mídia; a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades e esferas diversificadas; e, finalmente, a educação para a vida, no sentido de garantir a qualidade de vida.”. (BRASIL, 2003, p. 28).

O mesmo documento demonstra que a educação não-formal não se limita a um espaço específico, pois “Os espaços das atividades de educação não-formal distribuem-se em inúmeros campos, incluindo desde ações das comunidades, dos movimentos e organizações sociais e políticas até as organizações não-governamentais e esferas da educação e da cultura. Podemos identificar duas esferas principais de desenvolvimento dessas atividades: a transmissão e construção de conhecimento em educação popular e o processo de participação em ações coletivas, tendo a cidadania como objetivo principal.”(BRASIL, 2003, p. 29). E, concluindo, dá a amplitude da esfera de ação da educação não-formal, ao propor que “... os movimentos sociais, entidades civis e partidos políticos praticam educação não-formal quando estimulam grupos sociais a refletirem sobre as suas próprias condições de vida, os processos históricos onde estão inseridos e o papel que desempenham na sociedade contemporânea.” (BRASIL, 2003, p. 28-29).

Para a Secretaria Especial de Meio Ambiente, da Presidência da República(BRASIL, 2004), educação ambiental não-formal “...é direcionada à

comunidade, onde cabe uma grande diversidade de propostas...” e revela sua importância uma vez que “... promove a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, e é essencial para a inserção política, social e econômica da população. Deve ser incorporada como parte do aprendizado, contribuindo decisivamente, para ampliar a consciência ambiental e ética, consoante com o desenvolvimento em bases sustentáveis, favorecendo inclusive, a participação popular nas tomadas de decisões.” (*op.cit*).

A educação ambiental tem indicado o caminho para a mudança de paradigma necessária para a construção de nova realidade sustentável, onde se valorize a interdependência dos sujeitos. Como instrumento ela permitirá “...catalisar o desencadeamento de ações que permitam preparar os indivíduos e a sociedade para o paradigma do desenvolvimento sustentável, modelo estrategicamente adequado para responder aos desafios dessa nova clivagem mundial.”(FREIRE, 2002, p. 31).

Esta abordagem encontra eco no pensamento de BRITO e CÂMARA (2002), quando afirmam: “O primeiro passo é promover a conscientização ambiental da população frente aos desafios do novo milênio que se inicia, o que será uma grande tarefa, a que devem se dedicar os ambientalistas e administradores de organismos ambientais, no sentido de orientar a divulgar os princípios que condicionam a sustentabilidade ambiental dos diversos biomas e ecossistemas brasileiros.” (BRITO e CÂMARA, 2002, p. 21). Além disso, encontra respaldo legal na política nacional de meio ambiente, no art 2º da lei 6.938/81, onde um dos seus princípios é a “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.” (BRITO e CÂMARA, 2002, p. 298).

Na esteira do mesmo entendimento, RUSCHMANN(2002) aponta a necessidade da educação na prática do turismo, que deve ser realizada através de programas não-formais, onde o cidadão participa conscientemente da preservação ambiental, e vai ainda mais longe quando enfatiza: “

Entretanto, não só o turista terá que ser educado para proteger a natureza dos locais que visita; as ações de conscientização ambiental devem, indispensavelmente, voltar-se para o poder público que, como “dono” dos recursos naturais, é responsável pelas leis de zoneamento para uso e ocupação do solo e muitas vezes atua permissivamente, e para o poder econômico, quase sempre interessado no lucro a curto prazo e a qualquer preço.” (RUSCHMANN, 2002, p. 75-76).

MATAREZI & BONILHA(2000) enfatizam a abordagem sócio-ambiental da Educação Ambiental, que “...considera os problemas ambientais como conseqüência de processos de transformação e construção histórica, cultural e tecnológica, cujas ações são em sua maioria, localizadas no tempo e no espaço.”. (MATAREZI & BONILHA , 2000, p. 106).

Este pensamento é baseado no conceito de Educação Ambiental proposto pela UNESCO, como “... o processo de reconhecimento de valores e elucidação de conceitos que levam a desenvolver as habilidades e as atitudes necessárias para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios físicos. A Educação Ambiental também envolve a prática para as tomadas de decisões e para a auto-formulações de comportamentos sobre os temas relacionados à qualidade do meio ambiente.”.(MATAREZI & BONILHA, 2000, p. 107).

Em Santa Catarina, foi instituída a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, pelo Decreto nº 2.489, de 08/06/2001, que tinha por finalidade elaborar a proposta de anteprojeto de lei da Política Estadual de Educação Ambiental e do Programa Estadual de Educação Ambiental, além de acompanhar e avaliar a implantação do mesmo. As ações para o desenvolvimento da educação ambiental têm ocorrido no âmbito das escolas públicas e ações desenvolvidas em parcerias com a Universidade Federal de Santa Catarina e as comunidades das regiões onde se realizam as pesquisas ambientais.

O documento publicado pela Federação de Parques Naturais e Nacionais da Europa, traz o reconhecimento de que "...as pessoas devem ser capazes de melhorar a qualidade de suas vidas, manter seus empregos, melhorar sua situação financeira, usufruir suas culturas e promover a harmonia entre elas. Isso deve ser conseguido com um olho na educação ambiental, no apoio político ao meio ambiente e na proteção de bens históricos por meio de projetos de restauração e auxílios práticos diretos." (FENNELL, 2002, p. 32).

Como podemos perceber, é necessário que todo o processo de construção de uma nova realidade de desenvolvimento e preservação dos recursos naturais passe obrigatoriamente pela educação e pela participação comunitária, sem o que este processo seria apenas mais uma aplicação de uma teoria elaborada dentro das universidades, imposta à comunidade como uma lei e aplicada de forma unilateral e pouco democrática.

Em nossa pesquisa estamos utilizando a educação não-formal, pois se trata de ações "... voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.", conforme o artigo 13º da lei 9.795/99. Além disso, o GEO Brasil 2002 (IBAMA, 2002) salienta a importância da participação dos atores sociais no processo de tomada de decisões sobre o ambiente, uma vez que seus saberes "...são conhecimentos apropriados no decorrer da vida desses indivíduos, e que têm a propriedade de agregar as diferentes dimensões que traduzem o comportamento e a dinâmica socioeconômica e ambiental...", reconhecendo também as resistências oferecidas pelas academias e universidades quanto a estes saberes, quando esclarece que "... embora para muitos os conhecimentos tradicionais pareçam não conter uma base científica que os credenciem, eles têm a característica de integrar as diferentes dimensões de uma maneira que as pesquisas de natureza disciplinar, e limitadas no curto prazo, não têm possibilidade de apropriar." (IBAMA, 2002, p. 22). A integração destes saberes de forma harmônica pode se dar através de uma visão transdisciplinar e vai exigir um elemento catalisador deste processo, que é a educação.

Estes saberes indicados pelo GEO Brasil 2002 são elementos da consciência ambiental, apresentada por ALMEIDA(2002), que deve ser construída a partir da emoção como chave para o conhecimento. “A atitude passiva dos que têm a aprender pode ser substituída por grupos operativos constituídos pela consciência. Nestes grupos os participantes aprendem com suas próprias experiências. A consciência e o saber incorporam-se à educação.”.(ALMEIDA, 2002, p. 10). E consolidando seus argumentos finaliza: “...a educação ambiental deve partir do saber ambiental das coletividades, consciência de seu meio, do conhecimento de suas técnicas e recursos naturais, que integrados à formações ideológicas devem abrir possibilidades de combinações com conhecimentos científicos e tecnológicos para fortalecer a capacidade de autogestão destas coletividades.”.(ALMEIDA, 2002, p.11).

Assim é que o processo utilizado neste trabalho buscou a construção de um saber comum, resultado da interação do conhecimento científico com os saberes das populações envolvidas.

4.3.2 A Participação Comunitária

Em todos os aspectos em que se considera o desenvolvimento sustentável é importante perceber a participação comunitária como condição fundamental para a realização do processo de sustentabilidade.

Um dos primeiros conceitos foi apresentado por Cornely citado em DONIAK (2002), onde “... participação comunitária significa estar presente ativamente no designar e escolher alternativas, caminhos e em ter possibilidades reais de utilizar toda e qualquer alternativa, bem como combiná-las. Ela gera a possibilidade de superação da injustiça social.” (*apud.* DONIAK, 2002, p. 45-46).

Em seu artigo "Como definir ecoturismo", David Western apresenta a responsabilidade social como elemento do ecoturismo, uma vez que "... não se pode preservar a natureza à custa da população local." (*apud.* LINDBERG e HAWKINS, 2002, p. 16). E justifica sua posição salientando que as comunidades locais são responsáveis pela terra e devem participar do processo de conservação, juntamente com o governo e esclarece: "Uma política justa e sensata e uma economia equilibrada devem ter como meta fazer dos moradores locais sócios e beneficiários da conservação, e não seres inimigos implacáveis." (*apud.* LINDBERG e HAWKINS, 2002, p. 16).

M.Cernea (1991) define a participação local como sendo "... dar às pessoas mais oportunidades de participar efetivamente nas atividades de desenvolvimento. Isto significa proporcionar condições para que elas mobilizem seu próprio potencial, sejam agentes sociais em vez de sujeitos passivos, gerenciem os recursos, tomem decisões e controlem as atividades que afetam sua vida." (*apud.* LINDBERG e HAWKINS, 2002, p. 233).

Os autores concordam que os impactos sociais e econômicos negativos gerados pelas atividades turísticas podem ser minimizados com a participação comunitária, pois "A melhor maneira de fomentar a mudança é permitir que elas assumam o controle de seu crescimento e desenvolvimento." (LINDBERG e HAWKINS, 2002, p. 232). Sob a óptica ambiental e econômica, eles concluem que "...se as pessoas da comunidade não participarem, é provável que, ao longo dos anos, os recursos sejam destruídos e o investimento se perca. Do ponto de vista moral, é preferível que a comunidade controle seu próprio destino a ter que se submeter a interesses externos." (LINDBERG e HAWKINS, 2002, p. 249)

E todos aqueles que pretendem desenvolver e planejar o ecoturismo devem levar em conta que é necessário "... considerar os moradores locais como seus parceiros e usar o processo de planejamento e as atividades ecoturísticas como instrumentos que dêem a eles condições efetivas de controlar melhor a própria vida." (LINDBERG e HAWKINS, 2002, p. 234), a fim

de que a atividade atenda as necessidades das gerações presentes sem comprometer as gerações futuras.

De acordo com a UNEP(2002, p. 38), a participação da comunidade local no desenvolvimento do ecoturismo é fundamental no sentido de que constituem parceiros vitais para o desenvolvimento da própria região, principalmente nas questões críticas dos impactos negativos, quais sejam:

1. perda das tradições locais;
2. comercialização de produtos culturais locais;
3. diminuição da auto-estima;
4. enfraquecimento da estrutura familiar;
5. perda de interesse (particularmente entre os jovens) pela administração da terra;
6. disputas entre aqueles que têm benefícios econômicos com o turismo e aqueles que não têm;
7. crimes e atividades econômicas ilegais para servir aos turistas, como prostituição, drogas, jogo.

Para encorajar a participação comunitária, BRANDON (1993) indica os 10 passos básicos deste processo (*apud.*, UNEP, 2002, p. 39), quais sejam:

1. Entendimento das regras da comunidade – A comunidade deve exercer o controle sobre seu crescimento e desenvolvimento. Ela poderá precisar de apoio técnico para tomar decisões;
2. Empoderamento das comunidades – a participação comunitária é um processo que vai além de beneficiar as comunidades com um projeto ecoturístico. O trabalho é importante, mas não substitui o empoderamento, que envolve mais que apenas consultoria, ele deve ser iniciado para assegurar que as comunidades possam gerenciar seu próprio crescimento e recursos de forma adequada;

3. Insistir na participação de projetos locais – os projetos devem identificar os líderes locais, as organizações locais, as prioridades das comunidades, suas idéias, expectativas e interesses que a população local já tem;
4. Criar *stakeholders* – encorajar a participação em dois níveis: de forma individual e através de organizações.
5. Unir benefícios à conservação – Quaisquer benefícios trazidos pelo ecoturismo também devem promover a conservação do meio ambiente;
6. Distribuir benefícios – Os benefícios oriundos das atividades e dos projetos devem ser distribuídos tanto de forma individual como para toda a comunidade;
7. Identificar lideranças comunitárias – os líderes comunitários e formadores de opinião devem ser envolvidos no processo de planejamento, gestão e execução dos projetos. Isto assegura que todos os setores da sociedade estarão envolvidos.
8. Realizar mudanças – envolver as organizações existentes para promover a melhoria do bem-estar social através do desenvolvimento econômico. Promover o desenvolvimento de associações de moradores e cooperativas locais;
9. Entendimento das condições locais específicas – entender as condições locais para identificar as estruturas de poder, as quais variam de um lugar para outro. O consenso nem sempre significa a participação de todos;
10. Acompanhar e avaliar o progresso – estabelecer indicadores que monitorem o avanço do projeto, os impactos negativos e positivos e permitam indicar se os objetivos foram alcançados.

As recomendações formuladas pela Cúpula Mundial de Ecoturismo voltadas para o desenvolvimento social e cultural, contemplam a valorização da história e dos recursos patrimoniais históricos, aumento da participação das comunidades em programas sociais e culturais, garantindo o controle, a propriedade e a autenticidade, através de campanhas de sensibilização (OMT, 2002, p. 32). Apesar dos esforços atuais de muitas organizações não-

governamentais em disseminar informações sobre as práticas do ecoturismo, a Cúpula Mundial de Ecoturismo identificou uma preocupação generalizada sobre "... a falta de participação pública no processo de planejamento do ecoturismo em muitos lugares." uma vez que eles "... foram os principais atores e que não só deviam participar do processo de planejamento, com também da gestão dos produtos ecoturísticos, o que normalmente supõe assumir riscos." (OMT, 2002, p. 18).

Apesar disso, ficou evidente nas discussões da Cúpula, que é necessário reconhecer os benefícios mútuos advindos da atuação da população local no desenvolvimento do ecoturismo, pois "...se as comunidades locais podem adquirir valor através do desenvolvimento do ecoturismo, também podem proporcionar informações e conhecimentos valiosos, práticas, tradições, etc, a agências, empresários, visitantes e outros interessados. Em alguns casos, a população local facilita estes conhecimentos e informações sem receber qualquer compensação ou benefício. Se recomendou valorar financeiramente estas contribuições e participações locais." (OMT, 2002, p.32).

BRITO e CÂMARA (2002) destacam a participação comunitária como uma condição para "... a construção de uma nova sociedade para uma nova realidade institucional do setor ambiental, de maneira a corrigir os desvios do passado em relação ao desrespeito com o meio ambiente, e dar respostas mais adequadas aos problemas ambientais pontuais e globais." (BRITO e CÂMARA, 2002, p.46). E concluem o pensamento, indicando a parceria com as organizações não-governamentais como forte instrumento de participação popular para "... transformar as intenções da lei em ações concretas." (BRITO e CÂMARA, 2002, p. 48).

Entre as Diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo, proposta pelo Grupo de Trabalho Interministerial Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídrico e Amazônia Legal e Ministério da Indústria, Comércio e Turismo(1994), estão contempladas ações para promover a participação comunitária, quais sejam:

- “Promover, em conjunto com a comunidade a identificação de sua vocação para o ecoturismo;(EMBRATUR)
- Promover a adequação das potencialidades da comunidade com as demandas do ecoturismo;(EMBRATUR)
- Apoiar a comunidade nas suas iniciativas de engajamento e capacitação na atividade do ecoturismo;(EMBRATUR)
- Fomentar a participação das lideranças comunitárias nas etapas de planejamento e realinhamento de projetos ecoturísticos;(MICT-MMA)
- Desenvolver campanhas informativas sobre o turismo e suas possibilidades econômicas junto à comunidade;(EMBRATUR, IBAMA)
- Promover visitas regulares de extensionistas ecoturísticos às comunidades de destino, conscientizando, demonstrando e assegurando o aproveitamento das possibilidades de engajamento;(MICT) e
- Promover a municipalização das atividades de ecoturismo, incentivando o seu desenvolvimento.(MICT)”. (*op.cit.*, p.11).

A presente pesquisa utilizou a participação interativa conceituada por DONIAK (2002) como aquela onde "...as pessoas participam de forma cooperativa, interagindo através de planos de ação e análise conjunta, os quais podem, dar origem a novas organizações ou reforçar as já existentes. Estes grupos têm controle sobre as decisões locais. É dada ênfase a processos interdisciplinares e sistemas de aprendizado que envolvem múltiplas perspectivas." (DONIAK, 2002, p. 47). Em nossa metodologia utilizamos um processo transdisciplinar e uma abordagem de educação não-formal.

4.4.ECOTURISMO

4.4.1 Histórico

Até o momento não existe um consenso sobre a época exata do surgimento dos primeiros conceitos de 'ecoturismo'. Entretanto, até que estes primeiros conceitos surgissem, alguns fatos contribuíram para uma nova visão da realidade, uma abordagem necessária ao reconhecimento da relação de interdependência entre o homem e o ambiente.

David Western aponta que o ecoturismo está mobilizando a indústria do turismo, de forma geral, no sentido de uma maior sensibilidade com relação ao meio ambiente e uma preocupação com a responsabilidade social, quando busca a participação comunitária para o desenvolvimento de projetos turísticos. (*apud*. LINDBERG e HAWKINS, 2002).

De acordo com a UNEP, as raízes do Ecoturismo se encontram nos movimentos de conservação ambientais, e "...tem sido uma grande estratégia para um novo olhar para as áreas naturais que precisam de proteção." (UNEP, 2002, p. 11).

Para RUSCHMANN(2001), "O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como conseqüência da 'busca do verde' e da 'fuga' dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer." (RUSCHMANN, 2001, p. 09). O crescimento do fluxo do turismo se deu por fatores diversos, que foram citados pela autora (RUSCHMANN, 2001, p.14) como sendo:

- maior disponibilidade de tempo com a diminuição da jornada de trabalho;

- aumento da produção e consumo de veículos e conseqüente incremento no grau de movimentação das pessoas;
- aumento de renda em novas camadas da população;
- maior comercialização de roteiros turísticos;
- os impactos psicológicos causados pelo aumento da urbanização e redução de áreas verdes urbanas.

A mesma autora ainda indica que o processo de construção do ecoturismo se deu através de quatro fases de relacionamento do turismo com o ambiente(RUSCHMANN, 2001, p.20-21), que assim se apresentam:

- 1) a primeira fase teria ocorrido no século XVIII, caracterizada pela descoberta das áreas turísticas, a natureza e suas comunidades;
- 2) a segunda fase, já no final do século XIX, caracterizou-se pelas demandas econômicas, interesses elitistas e mega-empresendimentos que visavam “domesticar” a natureza;
- 3) a terceira fase foi caracterizada pelo turismo de massa, ocorrendo a partir da década de 50, chegando ao auge nos anos 70 e 80, momento em que se identifica o crescimento urbano das zonas litorâneas e das regiões montanhosas, com devastação da natureza e das comunidades receptoras;
- 4) a quarta fase seria a atual, surgindo a partir do final dos anos 80 - caracterizada por uma preocupação com o meio ambiente, sendo este importante elemento no produto turístico - e a partir da qual o turismo baseado na natureza ou ecológico ganha destaque e se desenvolve até chegar ao ecoturismo.

PIRES(2002) identifica alguns fatos, dando uma cronologia das experiências de mobilidade humanas sobre a face da Terra. Para ele, Heródoto e Aristóteles já buscavam nas viagens a lugares distantes, entender a geografia e o ambiente natural. Em seguida aponta para Marco Pólo, famoso navegador de Veneza, cuja idéia principal era aventurar-se por lugares desconhecidos. A

partir dos séculos XV e XVI iniciam-se as viagens de descobertas, as expedições exploratórias para os novos continentes. Na esteira deste processo, o autor aponta para a criação, em 1872, da primeira área de preservação natural destinado à visitação pública, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. Também foram identificadas as viagens de safári de caça, que eram a tônica das elites européias, do século XIX, não obstante o crescimento das pesquisas científicas que ocorriam contemporaneamente.

A partir da Segunda Guerra Mundial, com a expansão do desenvolvimento, dos transportes e comunicações, e da economia mundial, deu-se a emergência de novos segmentos sociais que possuíam condições de consumo de bens e serviços, com um crescimento desenfreado do turismo, chegando a um momento crítico, por volta da década de 80, quando foram evidenciados alguns problemas criados pelo turismo de massas: especulação de terra, marginalização das populações locais, degradação de culturas tradicionais, violação de lugares sagrados, poluição e destruição do ambiente natural, entre outros.

Os questionamentos, a respeito das reais condições sob as quais se deva desenvolver o turismo, passam a ter lugar de destaque nos movimentos sociais, nas lideranças empresariais e comunitárias, levando alguns governos de países de destinos turísticos a reconhecerem a necessidade de definir políticas para o desenvolvimento do turismo em seus sítios, salvaguardando seus espaços naturais e suas culturas. Conforme indica Pires: "... ao deter o poder decisório sobre os rumos e dimensões do turismo em seus próprios domínios territoriais, esses países puderam introduzir novos modelos de desenvolvimento turístico em bases socialmente justas e ambientalmente equilibradas." (PIRES, 2002, p. 40).

PIRES destaca também os movimentos de contracultura das década de 60 e 70, que questionavam a ordem social vigente, "... cujas bandeiras de luta incluíam as questões ecológicas e ambientalistas, o antimilitarismo, o

pacifismo e os direitos das minorias, emprestaram seu caráter contestatório e inovador às aspirações por um 'turismo alternativo', como movimento de reação ao 'turismo massificado' então dominante. Há, portanto uma relação de contemporaneidade histórica e, ainda, de identidade filosófica desses acontecimentos, no sentido do seu significado transformador das relações sociais e de mudança de mentalidade na perspectiva cultural da trajetória humana." (PIRES, 2002, p.42).

Na década de 80 realizam-se eventos internacionais sobre turismo nas Filipinas, na Tailândia, na Alemanha, na Polônia, muitos dos quais apoiados pela Organização Mundial de Turismo, na busca de uma alternativa para o turismo de massas.

FENNELL (2002), citando J.G. Nelson, diz que a idéia de ecoturismo é bastante antiga, tendo se manifestado no final da década de 60 e início da 70, quando surgiram as primeiras preocupações com os recursos naturais e o conceito evoluiu como resposta a uma busca pelo contato direto com a natureza intocada. A idéia apresentada por Hetzer parece uma das pioneiras, em 1965, uma vez que "...identificou quatro pilares fundamentais a serem observados para se realizar uma forma mais responsável de turismo. São eles: (1) impacto ambiental mínimo; (2) impacto mínimo em – e respeito máximo às – culturas anfitriãs; (3) máximos benefícios econômicos para as comunidades de base do país anfitrião; e (4) satisfação 'recreacional' máxima para os turistas participantes.".(FENNELL, 2002, p. 42).

Em 2002, com a reunião da Cúpula Mundial de Ecoturismo surgiram algumas recomendações para a conservação ambiental, no âmbito do turismo sustentável (OMT, 2002, p.30), consolidando o ecoturismo como uma instituição sobre a qual devem recair os olhares dos pesquisadores, dos turistas e das comunidades dos destinos ecoturísticos, que abrangem :

1. a conservação da energia, da água e de outros recursos, reduzindo a produção de resíduos;

2. educação das comunidades sobre a biodiversidade e a conservação ambiental;
3. gestão dos impactos negativos do ecoturismo, através do planejamento dos destinos;

COSTA(2002) apresenta alguns elementos que caracterizam o ecoturismo:

- motivação para observação e contemplação da natureza;
- forte componente educacional e de interpretação;
- expedições compostas para pequenos grupos;
- preocupação em minimizar os impactos negativos da atividade sobre o meio natural e social;
- contribuição para a preservação ambiental. (COSTA, 2002, p. 10)

No Brasil, PIRES (2002) aponta que o ecoturismo surgiu a partir dos primeiros movimentos ambientalistas no final dos anos 70, consolidando-se na década de 80 com atuação profissional de diversos empresários. Para ele, foram os excursionistas e mochileiros, que buscavam a natureza para exploração de cavernas ou simples acampamento, que deram início a esta atividade. Posteriormente, as agências de turismo atuavam na captação do público urbano que desejava realizar viagens de contato com a natureza. Assim, a região do Amazonas e do Pantanal matogrossense foram alguns dos primeiros pólos de ecoturismo no Brasil. Sucessivamente, a organização da sociedade civil dá origem às ONG's – Organizações não-Governamentais, que atuam na preservação ambiental de forma mais direta.

As ações do governo brasileiro surgiram com maior ênfase a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92 ou Rio-92, quando parece ter ficado mais claro a potencialidade turística do Brasil e a necessidade de ações responsáveis de preservação ambiental. A partir daí, o que antes era considerado “turismo ecológico” ou “turismo na natureza”, evoluiu para um conceito de “ecoturismo”, quebrando o

paradigma do turismo convencional, na medida em que se baseia na conservação ambiental e numa nova ética de sustentabilidade.

Em 1994, O Grupo de Trabalho Interministerial MMA-MICT(1994), formulou as Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, com os seguintes objetivos básicos:

- “compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- fortalecer a cooperação interinstitucional;
- possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;
- promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade de ecoturismo;
- promover o aproveitamento do ecoturismo com veículo de educação ambiental.” (MMA-MICT, 1994, p. 6)

O que parece ser consenso entre os estudiosos do assunto é que o ecoturismo surgiu com as primeiras expedições de reconhecimento da natureza selvagem, como as primeiras expedições de desbravamento de regiões desconhecidas e os safáris africanos. Em todos os casos, o ecoturismo envolveria um contato direto com a natureza e esta experiência.

4.4.2 Definições

Apesar de não ser uma idéia nova, ainda não existe um conceito científico para ‘ecoturismo’. Diversos autores elaboraram estudos sobre o assunto, sem entretanto, conceituar o termo ecoturismo. Algumas concepções de ecoturismo se encontram inseridas no contexto de “turismo alternativo” ou “turismo na natureza”.

COSTA(2002) inicia sua abordagem apresentando dois conceitos básicos: rural e natural, a partir de dicionários, para posteriormente qualificar melhor o turismo na natureza e o turismo rural, em seu trabalho. Assim temos:

- a) rural – o que é relativo à vida agrícola, situado no campo, próprio do campo;
- b) natural – que é relativo à natureza, onde não há atuação humana.

De acordo com FENNELL(2002), o turismo alternativo, proposto nos Anais de Pesquisa de Turismo(1991), “... é um termo genérico que engloba toda uma série de estratégias de turismo... todas com o propósito de oferecer uma alternativa mais benigna ao turismo convencional de massa...” (FENNELL, 2002, p.21), passando pelo ecoturismo, turismo responsável, controlado, turismo verde, entre outras. E indica que o Turismo Alternativo compreende o turismo sociocultural que inclui “...o turismo rural ou em fazendas, em que uma grande porção da experiência turística é baseada no meio cultural que corresponde ao meio ambiente em que a fazenda se situa.”, e o ecoturismo “... que é menos cultural em sua orientação e mais dependente da natureza e dos recursos naturais como principais componentes ou motivadores da viagem...” (FENNELL, 2002, p. 37).

LAARMAN e DURST referem-se ao ecoturismo com um turismo na natureza, onde o “... viajante é atraído a um destino por causa de seu interesse em um ou mais aspectos da história natural desse destino. A visita combina educação, recreação e muitas vezes aventura.” (*apud.* FENNELL, 2002, p. 44). Nesta definição percebe-se o caráter educativo da experiência ecoturística.

Na tentativa de esclarecer ainda mais a questão, Fennell apresenta os conceitos propostos por Goodwin(1996), a respeito de turismo na natureza e ecoturismo.

Assim turismo na natureza:

“Engloba todas as formas de turismo – turismo de massa, turismo de aventura, turismo de baixo impacto, ecoturismo – que utilizam os recursos naturais de uma forma selvagem ou não desenvolvida – inclusive espécies, habitats, paisagens, atrações aquáticas de água doce e salgada. O turismo na natureza é a viagem com o objetivo de apreciar as áreas naturais não desenvolvidas ou a vida selvagem.”

e ecoturismo seria:

“O turismo na natureza, de baixo impacto, que contribui à manutenção de espécies e habitats diretamente, por meio de uma contribuição à conservação e/ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda.” (apud. FENNELL, 2002, p. 46).

O autor, então, apresenta seu próprio conceito de ecoturismo como sendo “...uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não-predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.” (FENNELL, 2002, p.52-53).

SWARBROOKE(2000) defende que ecoturismo significa “... simplesmente que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população nativa.”(SWARBROOKE, 2000, vol V, p.55).

Na proposição de COSTA (2002), ecoturismo está além de uma forma de turismo ao ar livre, uma vez que “...é, antes de mais nada, uma atividade que compreende em si um posicionamento ambiental de conservação do patrimônio natural e cultural...”. (COSTA, 2002, p. 15).

O Ministério do Turismo(2003) entende que *ecoturismo* é "...um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas." (*id.*). Para o Ministério, uma atividade será considerada *ecoturismo* quando atender a quatro condições básicas: "...respeito às comunidades locais; envolvimento econômico efetivo das comunidades locais; respeito às condições naturais e conservação do meio ambiente e interação educacional - garantia de que o turista incorpore para a sua vida o que aprende em sua visita, gerando consciência para a preservação da natureza e dos patrimônios histórico, cultural e étnico." (*id.ibid.*).

De acordo com a UNEP, ecoturismo "..é definido por seus resultados de desenvolvimento sustentável: conservação de áreas naturais, educação dos visitantes sobre sustentabilidade e benefícios para a população local." (UNEP, 2002, p. 7). E ainda: "O Ecoturismo tem sido definido como uma forma de turismo baseado na natureza dentro do mercado, mas é também um instrumento estudado e formatado para o desenvolvimento sustentável pelas ONG's, especialistas em desenvolvimento e acadêmicos, desde 1990. O termo Ecoturismo se refere, por um outro lado, a um conceito que está sob uma série de princípios e num segmento específico de mercado." (UNEP, 2002, p. 9).

No mesmo documento, a UNEP apresenta as propostas da Sociedade Internacional de Ecoturismo, onde diz que "Ecoturismo é a viagem responsável para áreas naturais que conservam o ambiente e mantêm o bem-estar das populações nativas." (UNEP, 2002, p. 9) e da Conservação Mundial, que propõe que ecoturismo é "... a viagem ambientalmente responsável e visita a áreas naturais relativamente não-perturbadas, com o objetivo de divertir e apreciar a natureza, que promove a conservação, menor impacto negativo dos visitantes e propicia benefícios e atividades socio-econômicas envolvendo a população local." (UNEP, 2002, p. 9).

A Instituição ainda apresenta um quadro indicando os componentes do Ecoturismo (UNEP, 2002, p. 10), quais sejam:

1. Contribuir para a conservação da biodiversidade;
2. Manter o bem-estar da população local;
3. Incluir interpretação e experiências de aprendizado;
4. Envolver ações responsáveis por parte dos turistas e da indústria do turismo;
5. Desenvolvido primeiramente para grupos pequenos, pelas empresas de pequena escala;
6. Requer pouco consumo de recursos não-renováveis;
7. Propicia a participação da comunidade local, empresas e oportunidades de negócios para a população rural.

A partir destes aspectos, o ecoturismo deve ser visto como uma forma diferenciada de turismo (UNEP, 2002, p. 13) porque requer:

1. um marketing especializado para atrair viajantes que estão interessados primeiramente em visitar áreas naturais;
2. práticas de gestão que são particulares para apoiar os visitantes em áreas naturais protegidas;
3. serviços de guia e interpretação, preferencialmente geridos por habitantes locais, que estão focados na história natural e no desenvolvimento sustentável;
4. políticas de governo que definam o turismo como gerador de fundos tanto para conservação das terras selvagens como para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais e populações indígenas;
5. atenção focada nas comunidades locais, a quem deve ser dado o direito de informação prioritária, ampla participação e, se eles decidem, dado o treinamento para tirar vantagem do seu desenvolvimento sustentável.

Na visão da UNEP, muitos empresários e governos promoveram o ecoturismo sem o entendimento de seus princípios mais básicos, isto porque ele era apenas uma idéia e não uma disciplina, ou conceito elaborado (UNEP, 2002, p.13). E propõe que cada região onde se desenvolve o ecoturismo deve desenvolver seus próprios princípios, regras de comportamento e procedimentos para certificação.

E os princípios básicos propostos para o ecoturismo (UNEP, 2002, p. 14) , são:

- minimizar os impactos negativos sobre a natureza e a cultura que possam causar danos ao destino;
- educar o viajante sobre a importância da conservação;
- salientar a importância dos negócios responsáveis, os quais trabalham cooperativamente com as autoridades e as comunidades locais para prover as necessidades e distribuir os benefícios;
- impostos diretos para a conservação e gestão das áreas naturais protegidas;
- enfatizar a necessidade do zoneamento do turismo regional para os planos de gestão de visitantes, desenhados para cada região ou área natural que são candidatos a se tornarem eco-destinos;
- enfatizar estudos ambientais e sociais, assim como programas de monitoramento de longo alcance para evitar e minimizar os impactos;
- trabalhar para maximizar os benefícios econômicos para as localidades receptoras, negócios e comunidades locais, particularmente as comunidades que vivem dentro e nas adjacências das áreas naturais protegidas;
- procurar garantir que o desenvolvimento do ecoturismo não exceda os limites aceitáveis de mudanças ambientais e sociais, propostos pelos pesquisadores em cooperação com os moradores locais;
- contar com a infra-estrutura que tem sido desenvolvida dentro da harmonia com o ambiente, minimizando o uso de combustível fóssil,

conservando a vida selvagem e a flora local e combinando com o ambiente natural e cultural.

David Western resume estas idéias considerando que "... o ecoturismo está deixando de definir-se como um turismo de natureza de pequena escala para estabelecer-se como um conjunto de princípios aplicáveis a qualquer tipo de turismo que se relacione com a natureza." (*apud.* LINDBERG e HAWKINS, 2002, p. 21).

PIRES (2002) parece-nos consolidar as idéias apresentadas pelos diversos autores, quando propõe seu próprio conceito de ecoturismo, onde "...as operações turísticas que se habilitam ao *status* de ecoturismo são aquelas desenvolvidas em ambientes naturais aos quais se agregam os valores culturais de reconhecida autenticidade, que se manifestem em seu entorno. (turismo na natureza), mas que também se comprometem com os aspectos de manejo e conservação dos recursos naturais, incluem a participação ativa das comunidades locais e difundem a consciência ecológica pelo advento da educação ambiental." (PIRES, 2002, p. 159).

As definições apresentadas, em sua maioria, trazem idéias, conceitos e princípios sob os quais devem estar atreladas as ações humanas para que elas sejam consideradas "ecoturismo". Isto nos levou a uma reflexão e uma proposição de uma definição de ecoturismo que apresentamos no item 6.1.

4.4.3. Classificação

Muitas classificações foram feitas por quase todos os autores que buscaram um entendimento mais claro sobre o tema, numa tentativa de identificar um padrão recorrente ou uma proposta que fosse mais aceita no universo de ocorrências das atividades ecoturísticas. Apesar destas tentativas, ainda não foi encontrado um consenso mínimo sobre a classificação do ecoturismo.

Na busca de um melhor entendimento sobre o sentido de “turismo na natureza”, apresentamos alguns conceitos, oferecidos por diversos autores, sobre as variantes deste tipo de turismo.

Agroturismo

De acordo com a Emater, é o “Segmento do turismo baseado na oferta de serviços – de alimentação, de hospedagem, de produtos manufaturados e de serviços com forte ligação à empresa (ou cultivo) agrícola.” (*apud.* COSTA, 2002, p.24).

PORTUGUEZ(1999, p.82) entende que agroturismo é uma modalidade de turismo em espaço rural “... praticada dentro das propriedades, de modo que o turista e/ou excursionista entra, mesmo por curto espaço de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais.” (Girus.com.br: Turismo, Informação e Debate, 2003)

PIRES(2002) esclarece que em muitos países como o Brasil, o termo “agroturismo” e “turismo rural” possuem a mesma idéia, variando apenas de uma região para outra. O autor apresenta a definição de Crosby e Moneda para agroturismo como sendo a atividade que se realiza “... em fazendas ou propriedades rurais. É o segmento do turismo em áreas rurais que se localiza em fazendas preferencialmente ativas, podendo o turista participar das diferentes atividades agropecuárias.” (PIRES, 2002, p.103).

Turismo alternativo

De acordo com PIRES (2002), o termo “alternativo” foi utilizado para designar um tipo de turismo diferenciado do que havia até então, massificado e de grande escala, e que levou ao reconhecimento de novas práticas que, por sua vez, originaram outras acepções, quais sejam: turismo cultural, turismo esotérico, turismo de aventura, turismo étnico, turismo ecológico, entre outros.

Turismo cultural

MARGARITA BARRETTO(1995) em seu trabalho “Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo”, apresenta a definição de turismo cultural como aquele que “...não tem como atrativo principal um recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem.” (Girus.com.br: Turismo, Informação e Debate, 2003).

Aqui cabe uma reflexão quanto às atividades de cunho antropológico e arqueológico que se podem realizar simultaneamente às culturais, em sítios encontrados nos recursos naturais e mesmo fora deles. Isto nos leva a uma imprecisão na definição apresentada.

CROSBY e MONEDA(1996) indicam como atividade que “...se baseia na utilização dos recursos culturais (arte, história, costumes, etc) de um território na área rural, e orientada para sua preservação e fomento.”(apud. PIRES, 2002, p. 104).

Novamente refletimos sobre a questão da “área rural”, uma vez que nem todas as culturas estão restritas às áreas rurais e podem ser encontradas em museus, coleções, casas de culturas, etc.. Isto nos leva a reconhecer que existe ou uma imprecisão do conceito ou nos falta identificar a base a partir da qual o autor propõe seu conceito.

Turismo rural

Para PORTUGUEZ (1999) o turismo rural “...é um produto que atende à demanda de uma clientela turística atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural e produtivo.” (Girus.com.br: Turismo, Informação e Debate, 2003).

Segundo a Embratur, é “Vivência no ambiente de fazendas ou outras propriedades rurais, em meio à lida diária dos trabalhadores. Contato com técnicas de plantio, trato com o gado, costumes e tradições regionais.” (*apud*. COSTA, 2002, p. 25).

Já o conceito da Emater diferencia-se da Embratur por não considerar a atividade agrícola, uma vez que é baseado “... na oferta de serviços como hospedagem, alimentação e serviços relacionados a empresas (ou propriedades) que atuam no meio rural e têm por base economia não agrícola (por exemplo, fazendas de gado, haras, etc.)” (COSTA, 2002, p. 25).

Para o Ministério do Turismo (PRONAF, 2004), o turismo rural é definido como: “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (PRONAF, 2004, p. 7).

RUSCHMANN entende que o turismo rural “...deve estar construído sobre estruturas eminentemente rurais, de pequena escala, ao ar livre, proporcionando ao visitante o contato com a natureza, com a herança cultural das comunidades do campo, e as chamadas sociedades e práticas *tradicionais*.” (*apud*. PIRES, 2002, p. 130).

Apesar os esforços realizados por vários autores na conceituação de ecoturismo, turismo rural e turismo na natureza, cabe-nos uma reflexão quanto às definições de o ecoturismo realizar-se em área rural, como um tipo de turismo rural. Uma vez que “rural” designa o relativo à vida agrícola, é forçoso reconhecer que nem todas as atividades de ecoturismo se dão em áreas rurais, podendo realizar-se em parques nacionais, estaduais ou municipais, reservas biológicas ou mesmo em propriedades que não apresentam qualquer atividade agrícola, como praias, lagos, montanhas, entre outras.

O mesmo se dá quanto à inserção do ecoturismo como modalidade do turismo de aventura. O turismo de aventura pressupõe a existência de uma área natural intocada ou urbana, com atividades que propiciem fortes emoções, sensações e que sejam um desafio para os praticantes. O ecoturismo ocorrerá sempre em áreas naturais e as emoções resultantes dele nem sempre advém das atividades realizadas, mas eminentemente das experiências individuais internalizadas.

De acordo com KOBAYAMA(2003), em sua proposta apresentada na Conferência das Cidades, no município de Urubici, em 01/08/2003, os tipos de ecoturismo e as atividades abrangidas podem ser identificados na Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Tipos de ecoturismo e atividades ecoturísticas

| Tipos de Ecoturismo | Atividades Ecoturísticas |
|----------------------------|---|
| Ecoturismo Científico | Estudos e pesquisas científicas em Botânica, Arqueologia, Paleontologia, Geologia, Zoologia, Biologia, Ecologia, etc. |
| Ecoturismo Educativo | Observação da vida selvagem(fauna e flora), interpretação da natureza, orientação geográfica, observação astronômica. |
| Ecoturismo Recreativo | Caminhadas, acampamentos, contemplação da paisagem, banhos, mergulhos, jogos, brincadeiras, passeios montados, etc |
| Ecoturismo de Aventura | <i>Trekking</i> , montanhismo, expedições, contatos com culturas remotas, escalada, canoagem, <i>rafting</i> , bóia cross, rapel, <i>Surf</i> , vôo livre, etc. |
| Ecoturismo Étnico | Contatos e integração cultural do ecoturista com populações nativas(índios) que vivem em localidades remotas em estreita relação com a natureza. |
| Ecoturismo Naturista | Prática do “nudismo” ao ar livre e junto à natureza. |

Fonte – KOBAYAMA/2003

Pilmann apresentou, no evento Envirotur/92, em Viena, uma proposta sobre os diferentes tipos e características do turismo (Quadro 2):

Quadro 2 – Envirotur/92 – Tipos de turismo e principais atividades

| Tipos de turismo | Principais atividades |
|-------------------------|--|
| Turismo de férias | Caminhadas, passeios, descanso, observação da natureza, alojamento, viagens, visitas a locais culturais. |
| Turismo de esportes | Esqui, natação, participação em competições. |
| Turismo de negócios | Realização de negócios, congressos, feiras, formação/estudo. |
| Turismo de saúde | Passeio, descanso, cura. |

Adaptado de RUSCHMANN,2002.

O Ministério das Relações Exteriores (2004), apresenta vários conceitos de turismo que buscamos tabelar para melhor entendimento(Quadro 3), considerando apenas aqueles conceitos que dizem respeito ao contato com a natureza, uma vez que o Ministério apresenta as noções de turismo para tantos quantos desejarem visitar nosso país:

Quadro 3 – Tipos e conceitos de turismo – MRE - Brasil

| Tipos de turismo | Conceitos |
|-------------------------|---|
| Turismo de Aventura | Programas e atividades com forte idéia de desafio, expedições de alto risco. Ex: safári. |
| Turismo Cultural | Voltados ao conhecimento de povos ou regiões. Ex.: dança, folclore, gastronomia. |
| Turismo Esportivo | Praticar de esportes. Ex.: alpinismo, mergulho, pescaria. |
| Turismo de Estudo | Atividades de aprendizado de conhecimento <i>in loco</i> , como: antropologia, botânica, idiomas, fotografia, zoologia. |
| Turismo de Pesquisa | Reconhecimento e/ou estudo, desenvolvidas por instituições de pesquisas. Ex.: antropologia, arqueologia, botânica. |
| Turismo Rural | Atividades são desenvolvidas no meio rural, hotéis-fazenda. |

A Agência Goiana de Turismo(GOIÁS, 2004), também apresenta suas classificações, que adaptamos em uma tabela para melhor visualização(Quadro 4), também incluindo apenas as propostas ligadas ao meio natural:

Quadro 4 – Tipos de turismo e conceitos – AGT - Brasil

| Tipos de Turismo | Conceitos |
|-----------------------------|--|
| Turismo de Lazer | Viagem por prazer. Mudança de ambiente, descanso, férias com a família. Realizado em qualquer lugar. |
| Turismo de Águas Termais | Realizado em estâncias hidro-minerais para tratamento de saúde. |
| Turismo Desportivo | Participação em eventos esportivos . |
| Turismo Cultural | Novos conhecimentos. Praticado por pesquisadores. |
| Turismo Ecológico | Com ênfase no contato direto com a natureza. |
| Turismo de Aventura | Contato com a natureza na busca de fortes emoções. |
| Turismo Rural | Ênfase na propriedade rural, com atividades ligadas às práticas diurnas agrícolas e pecuárias. |
| Turismo Náutico | Ênfase no ambiente natural das vias navegáveis, lagos e represas. |
| Turismo de pesca | Praticado por amadores, em locais liberados para a atividade. |

PIRES (2002) constrói uma proposta de classificação, que é o resultado “... de um esforço reflexivo com base em juízo de valor pessoal e, portanto, passível de múltiplas interpretações...” (PIRES, 2002, p. 97), baseada no enfoque dado a cada uma das modalidades que estão “...sob a concepção de turismo alternativo...” (PIRES, 2002, p. 97.), a qual também adaptamos e tabelamos (Quadro 5), como segue:

Quadro 5 – Classificação de turismo pelo enfoque alternativo

| Enfoque | Tipo de turismo |
|------------------------------------|--|
| Cultural, histórico, antropológico | Turismo antropológico, turismo nativo, turismo de contato, turismo de solidariedade, turismo étnico/viagem étnica, turismo suave de história natural, turismo arqueológico, turismo cultural. |
| Ambiental | Turismo ambiental, turismo ambientalmente favorável, turismo verde. |
| Sustentabilidade e conservação | Turismo sustentável, turismo ecológico, ecoturismo, turismo responsável, turismo ético, turismo socialmente responsável, turismo suave, turismo de baixo impacto. |
| Natureza e vida selvagem | Turismo na natureza, Turismo de vida selvagem, turismo natural, turismo do sertão, turismo na floresta, turismo duro de história natural, turismo de safári, bioturismo, viagem ecológica, turismo com base na natureza. |
| Campo e aspectos rurais | Turismo rural, agroturismo, agroecoturismo, turismo eco-rural. |
| Aventura e ação | Turismo duro, turismo de aventura, turismo esportivo, ecocaminhada, turismo de risco, ecoaventura. |
| Planejamento | Turismo planejado, turismo responsável. |
| Especialidade | Turismo acadêmico, de estudo, especialista, científico. |
| Envolvimento e participação local | Turismo participativo, turismo local |

4.4.4. Potencialidades sócio-econômica-ambientais

O ecoturismo como atividade humana, apresenta potencialidades que atingem as áreas de interesse em que seus atores se movimentam. Assim é que, Ceballos-Lascuráin entende que a promoção do ecoturismo “... em áreas naturais que não têm nenhuma proteção oficial pode estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais próximas por iniciativa própria, e não devido às pressões externas.” (*apud*. LINDBERG e HAWKINS, 2002, p. 27).

O ecoturismo surge como instrumento para a conservação ambiental, além de promover o incremento da indústria do turismo, na medida em que aumenta a oferta de destinos nos pacotes de viagem. Também pode ser considerado "... uma fonte de empregos e renda, que deveria, por sua vez, promover o fim das práticas destrutivas." (LINDBERG e HAWKINS, 2002, p. 238).

Neste sentido encontramos, no Brasil, a iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, através do Decreto 1922/96 que permite aos proprietários de terra reservar uma parte de suas propriedades como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), com incentivos fiscais e prioridades na avaliação de projetos ambientais que visem o desenvolvimento sustentável.

RUSCHMANN(2002) apresenta as potencialidades econômicas, sócio-culturais e ambientais, promovidas pelo ecoturismo, resumimos na Quadro 6 abaixo:

Quadro 6 – Potencialidades do turismo

| Potencialidades | Descrição |
|-----------------|---|
| Econômicas | <ul style="list-style-type: none"> - comissão de agentes de viagens; - geração de empregos diretos nos destinos turísticos, hotéis e restaurantes; - geração de empregos indiretos: produção orgânica, artesanatos, motoristas; - aumento no comércio da localidade receptora: lojas, cafés, bares, etc.; - incremento do nível financeiro da comunidade; - aumento da profissionalização causada pela própria demanda turística; |
| Sócio-culturais | <ul style="list-style-type: none"> - aumento do comércio de produtos artesanais; - incremento da renda com atividades folclóricas - reconhecimento das tradições locais; - valorização da história regional; - valorização e preservação do patrimônio natural e histórico |

| | |
|------------|--|
| Ambientais | <ul style="list-style-type: none"> - criação de planos de conservação de áreas naturais e sítios arqueológicos; - zoneamento turístico que agrega preservação ambiental; - incremento dos projetos de conservação ambiental; - utilização racional dos espaços naturais; - valorização do convívio com a natureza |
|------------|--|

4.4.5. Políticas federal e catarinense para o ecoturismo

O Governo Federal, em 1994, através do Grupo de Trabalho Interministerial MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR(1994), entendeu que o desenvolvimento “...depende de uma gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural...”, surgindo daí o ecoturismo como “...um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza.” (*op.cit.*, p.3).

A partir desta abordagem, o Grupo de Trabalho elaborou as Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, com a visão de “...nortear o desenvolvimento regional do ecoturismo e servir como base para a implantação de uma Política Nacional que assegure:

- à comunidade: melhores condições de vida e reais benefícios;
- ao meio ambiente: uma poderosa ferramenta que valorize os recursos naturais;
- à nação: uma fonte de riquezas, divisas e geração de empregos;
- ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras.” (*op.cit.*, p. 4).

A atual gestão brasileira (BRASIL.GOV, 2003) apresentou os compromissos e ações que definirão suas políticas, em várias áreas, estando o turismo particularmente contemplado entre elas. O governo entende que o turismo “...constitui um importante setor para alavancar o crescimento econômico”, transformando-se num “...efetivo instrumento de geração de emprego e renda, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e inclusão social.” (BRASIL.GOV, 2003).

Para atender o programa nacional de governo, o Ministério do Turismo elaborou o Plano Nacional do Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004), onde são apresentados as Diretrizes, Metas e Programas para a gestão 2003-2007, para o desenvolvimento do turismo no país, que traz em seu escopo como pressupostos básicos “... a ética e a sustentabilidade...” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p. 20) e como princípios orientadores: a redução das desigualdades sociais e regionais, a geração e distribuição adequada de renda, a geração de emprego. O Plano está dividido em 7 Macro-Programas a serem implementados durante a atual gestão.

Através do Ministério do Desenvolvimento, em parceria com o PRONAF, o Ministério do Turismo (PRONAF, 2004) também propôs as Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil com a finalidade clara de desenvolver o meio rural e oferecer novas opções de lazer. Esta proposta também consolidará o desenvolvimento do turismo uma vez que se propõe a:

- “diversificar a oferta turística;
- aumentar os postos de trabalho e de renda no meio rural;
- valorizar a pluralidade e as diferenças regionais;
- consolidar produtos turísticos de qualidade; e
- interiorizar a atividade turística.” (PRONAF, 2004, p. 3).

No estado de Santa Catarina ainda não foi aprovado o Fórum Estadual de Turismo, conforme indicado pela Embratur (EMBRATUR, 2004). Entretanto as ações do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, da Embratur,

foram desenvolvidas em diversos municípios, inclusive Urubici, nossa base de pesquisa. Mais especificamente podemos indicar o Plano Estratégico de Ações para o Desenvolvimento Integrado do Turismo na Serra Catarinense, do Convention & Visitors Bureau da Serra Catarinense. O atual plano de governo contempla o turismo integrado, sem no entanto apresentar um enfoque específico na área rural ou ecoturismo.



4.5. PARQUE NACIONAL SÃO JOAQUIM E MUNICÍPIO DE URUBICI

4.5.1. Histórico

A criação do Parque Nacional São Joaquim (Figuras 4 e 5) se deu pelo Decreto nº 50.922 de 06.07.1961, diante da necessidade de proteção dos trechos restantes de bosques de araucárias, que se encontram dentro de seus 49.300 hectares e 114 km de perímetro. Está localizado no sul estado de Santa Catarina, sobre a Serra Geral, "...entre os paralelos 49° e 22' e 49° e 39'e meridianos 28° 04' e 28° e 19', com altitudes entre 350 m ate 1822 m, acima do nível do mar."(IBAMA, 2000). Abrange terras dos municípios de São Joaquim, Urubici, Bom Retiro e Orleans. O acesso, a partir de Florianópolis, é feito pela BR-282, percorrendo-se 147 km até a entrada para Urubici/SC. Depois pela SC-439 por mais 22 km até chegar a Urubici, onde se localiza a sede administrativa do Parque.

Com o surgimento do ciclo da madeira nas décadas de 50 e 60, surgiu a necessidade da criação de uma unidade na região, para preservar as matas de araucária ainda existentes. Houve uma parceria entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o então IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) para criação do Parque Nacional São Joaquim (PARNA São Joaquim).

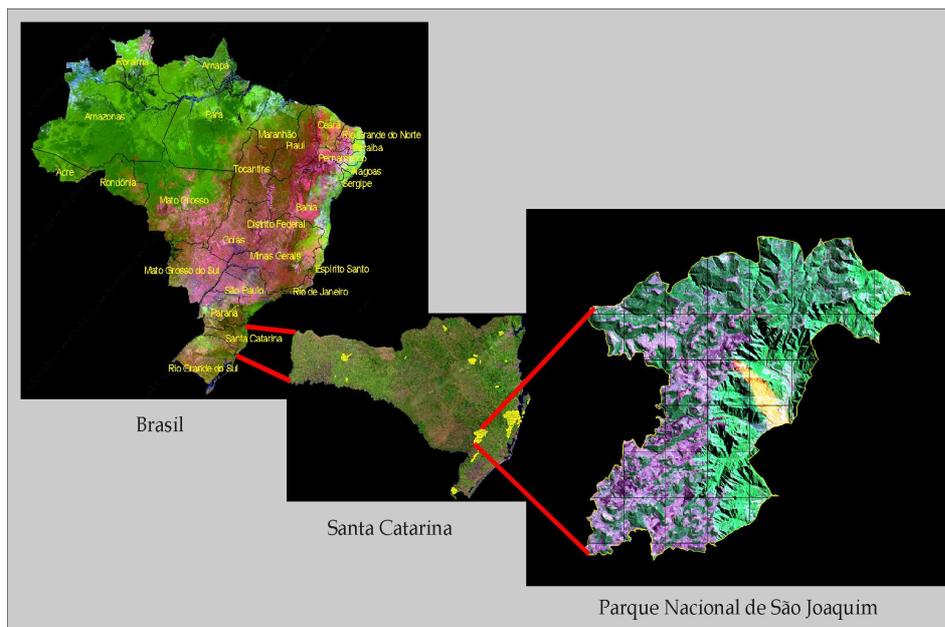


Figura 4 – Imagem do Parque Nacional São Joaquim - Fonte: ALBUQUERQUE-2002

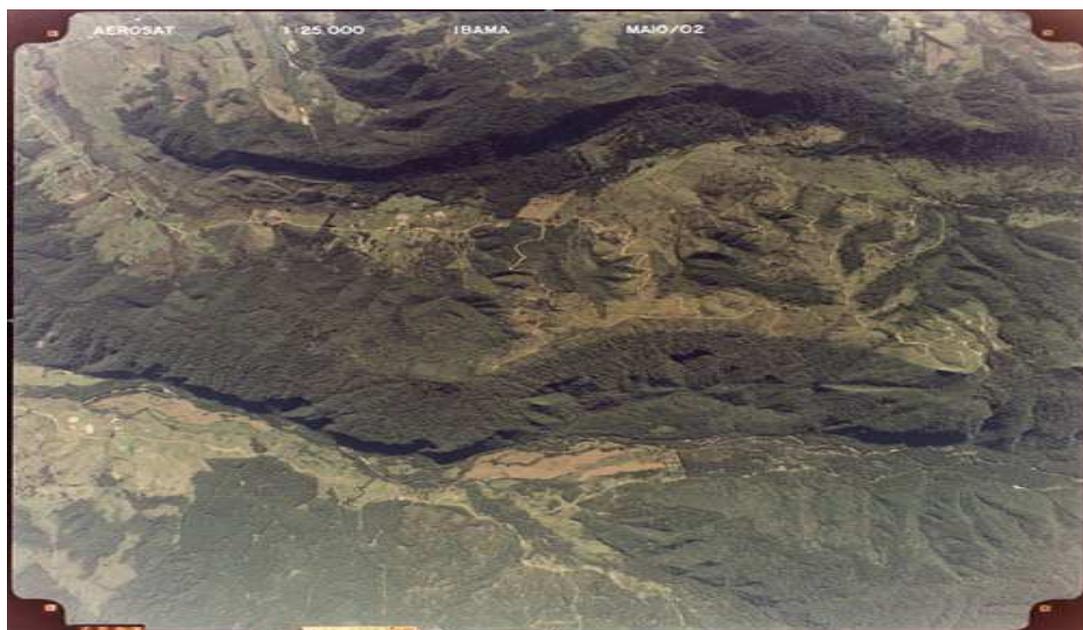


Figura 5 – Imagem de satélite PARNA São Joaquim – Fonte:Aerosat/2004 – esc: 1:25.000

A exploração florestal contínua reduziu a pequenos fragmentos florestais a área do parque, restando a paisagem rara em beleza e que anualmente oferece um espetáculo ímpar no território nacional: a brancura de neve no ponto mais alto habitado do sul do país, na Serra Geral.

Os objetivos do PARNA São Joaquim estão apresentados no relatório Caracterização do Parque Nacional de São Joaquim (IBAMA, 2000), onde se identifica “Conservação de ecossistemas do sul do país, incluindo áreas de mata atlântica (Floresta Ombrófila Densa), e matas de araucária (Floresta Ombrófila Mista), com objetivo de preservar amostras de biodiversidade exclusiva do sul do Brasil possibilitando Pesquisas Científicas, Educação Ambiental, Visitação e Recreação Pública, e determinando o desenvolvimento dos municípios na região do seu entorno.” (IBAMA, 2000, p. 2).

O Parque possui 3 tipos de vegetação: os Campos Gerais, as Matas de Araucárias, localizadas mais comumente nas encostas e nos vales, e a Floresta Pluvial Subtropical que ocupa o fundo dos vales. A espécie dominante nos cenários do Parque é o pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*). Ocorrem também a jibuia (*Ocotea porosa*), a canela-sassafrás, a caviúna e o cedro (*Cedrela fissilis*). As regiões de maior altitude, os campos-de-cima, apresentam o capim-caninha e o pinheiro-do-paraná, como os principais componentes das florestas de araucárias. Ao longo dos rios, as matas ciliares estão representadas pelo cambuí, guamirim e branquilha. As encostas da Serra Geral estão cobertas por floresta atlântica densa, onde ocorrem a canela-preta e o pau-óleo. A fauna apresenta alguns mamíferos como pacas, cachorros-do-mato, bugios, jaguatiricas e o leão-baio (puma). Entre as aves, encontram-se a gralha-azul, a curiaca, o caxinguelê e o surucuá-de-barriga-vermelha. (IBAMA, 2004).

4.5.2. (Eco)turismo

O Estado de Santa Catarina é pródigo em roteiros turísticos, como se pode ver na Figura 6, que mostra os sete roteiros mais conhecidos do estado. Urubici está inserida no roteiro 6 – Planalto Serrano - que também é conhecido como Caminhos da Neve.

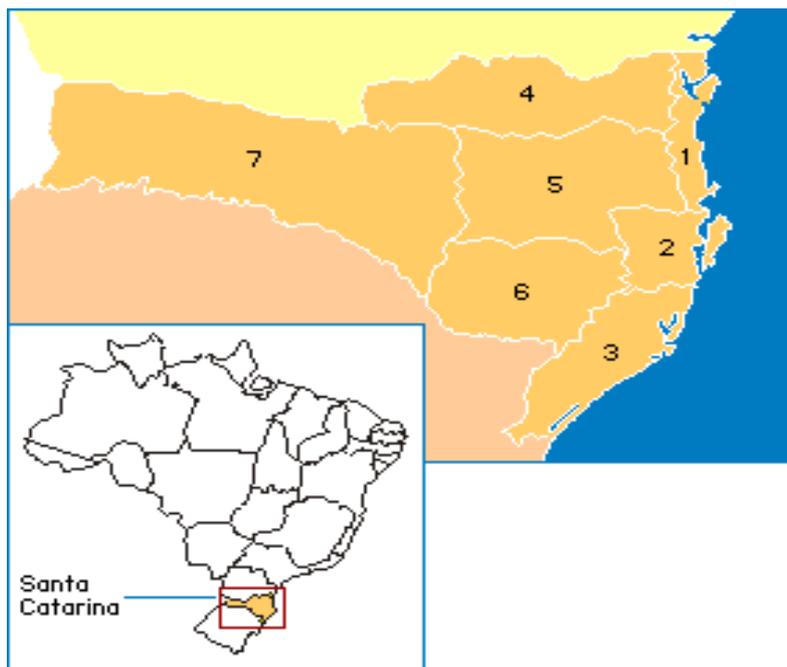


Figura 6 – Roteiros Turísticos Catarinenses - Fonte – Governo de Santa Catarina.

Roteiro 1 - Litoral Norte

Roteiro 2 - Ilha de Santa Catarina

Roteiro 3 - Litoral Sul e Surfe

Roteiro 4 - Caminho dos Príncipes

Roteiro 5 - Vale Europeu

Roteiro 6 - Planalto Serrano

Roteiro 7 - Encantos do Oeste e termas

No município de Urubici, diversas ações já foram realizadas com o objetivo de desenvolver e organizar o ecoturismo, desde o ano de 2002. As mais significativas foram o Planejamento Estratégico do Convention Bureau para a Serra Catarinense; a implantação do Conselho Municipal de Turismo; cursos ministrados pelo Sindicato Rural de Urubici; curso de formação de guia de turismo, realizado pelas Secretarias de Turismo e de Educação e o Planejamento Estratégico para o desenvolvimento da Associação Vale do Rio Bonito e as ações da OPAN.

Em, outubro de 2002, a Universidade Federal de Santa Catarina, através do Programa de Pós-graduação do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizou um Seminário sobre as Potencialidades ecológicas para o desenvolvimento sustentável do município, como resultado das visitas realizadas pelos alunos da pós-graduação em Engenharia Ambiental, das

disciplinas de Complexidade e Ambiente e Transdisciplinaridade e Sustentabilidade, conduzidas pelo professor Doutor Daniel José da Silva.

A OPAN – Organização de Proteção Ambiental Águas Nascentes – uma ONG local, realizou uma expedição às nascentes do rio Canoas e Pelotas, no mês de novembro de 2002. Os seminários que deram base a esta pesquisa também foram realizados através da OPAN e tiveram repercussão em cidades vizinhas a Urubici. Através de sua atuação foi possível recolher informações e manter o contato com os moradores locais. A OPAN também foi responsável pela parceria com a prefeitura para desencadear o processo de execução da Conferência das Cidades, em sua etapa municipal. A atuação desta ONG está limitada à atuação de seus membros que também já participam de outros Conselhos municipais, o que muitas vezes inviabiliza maiores ações, tendo em vista o acúmulo de compromissos assumidos. O que se percebe, neste caso e nos demais, é que as lideranças são sempre as mesmas e não há delegação de competência ou movimento para agregar novas lideranças aos projetos.

O Sindicato Rural de Urubici, através do convênio com o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, realizou em 2003, cursos na área de Turismo Rural, em diversas localidades, sendo que sua expressão maior ocorreu em São Francisco, pela parceria firmada com a Associação de Moradores Vale do Rio Bonito. Buscando o desenvolvimento sustentável da região, foram realizados cursos como:

- Turismo Rural – módulo I - Identificação e Seleção de oportunidades de Negócios de Turismo Rural, carga horária de 24 h e 26 participantes.
- Turismo Rural – módulo II - Os segredos da boa culinária rural, carga horária de 24 h e 16 participantes.
- Jardinagem- carga horária de 32 h e 16 participantes.
- Derivados de Leite- carga horária 24 h e 13 participantes.
- Conservas Vegetais –carga horária de 24 h e 15 participantes.
- Panificação –carga horária 24 h e 14 participantes.

- Arte Culinária Regional- carga horária 24 h e 16 participantes

De acordo com o Sindicato "...apostar no TURISMO RURAL, pressupõe valorizar a agregação de valor à propriedade rural, a partir da prestação de serviço de acolhida e hospitalidade. Este é o objetivo do projeto do SENAR, onde o conhecimento se dá no "aprender a fazer fazendo". " (Fonte – Relatório de Cursos 2003 – Sindicato Rural de Urubici). Em termos gerais, foram ministrados 54 cursos, num total de 1.912 h, que capacitaram 1.200 pessoas.

Em 2003 foi formada a primeira turma de monitores ambientais, com 15 participantes, um convênio firmado pela Secretaria de Educação de Urubici, com uma escola de hotelaria e turismo de Florianópolis, visando o acompanhamento e esclarecimento do turista, quando de sua estada no município.

O Convention & Visitors Bureau da Serra Catarinense, do qual participa o município de Urubici, preocupado com os caminhos do turismo na região, elaborou o Planejamento Estratégico Integrado do Turismo da Serra Catarinense, em agosto de 2003. No documento estão registrados os resultados da análise da situação atual do turismo, identificando, entre outras características:

- ✓ ausência de roteiros turísticos integrados;
- ✓ amadorismo na oferta do produto turístico;
- ✓ informações insuficientes para os turistas;
- ✓ ausência de planejamento ou descontinuidade dos processos iniciados;
- ✓ Planos Diretores municipais desatualizados ou não alinhados com o turismo;
- ✓ baixa integração da comunidade;
- ✓ falta de informação, desconhecimento por parte da comunidade de todas as ações realizadas por outros segmentos no campo do turismo;

- ✓ baixo conhecimento sobre a recepção de turistas;
- ✓ atrativos turísticos abandonados ou sem segurança;
- ✓ falta de opções de lazer para os turistas, após os passeios e visitas;
- ✓ falta de visão empreendedora. (*op.cit.*, p. 7-8).

O mesmo documento apresenta, também, as potencialidades turísticas existentes para o desenvolvimento local (*op.cit.*,p. 10), quais sejam:

1. cultural regional diferenciada;
2. história, etnias;
3. artesanato em lã, madeira e vime;
4. cavalgadas;
5. monumentos históricos;
6. trilhas ecológicas;
7. eventos tradicionalistas;
8. turismo rural;
9. turismo de aventura;
10. ecoturismo
11. gastronomia

e definiu algumas ações estratégicas(*op.cit.*,p.17) para o desenvolvimento turístico da região, tais como:

- a) desenvolver o ecoturismo qualificado nas pequenas propriedades;
- b) desenvolver especialização gastronômica da região;
- c) promover a sensibilização da população local sobre a importância do turismo;
- d) melhorar o sistema de informações turísticas;
- e) implantar programa de educação para a sustentabilidade sócio-cultural-ambiental e econômica do turismo.

A Serra Bela Hospedaria Rural teve seu desenvolvimento apoiado na pesquisa realizada por sua proprietária, Mariléia Martins, como resultado do

curso de pós-graduação em Turismo Empreendedor, uma parceria da UFSC com o SENAC-SC. Em seu trabalho ela apresenta a proposta da hospedaria, a preocupação com o ambiente e o desenvolvimento sustentável, aliada ao desenvolvimento de alternativas para o turismo rural e o ecoturismo (MARTINS, 2002). O seu empenho resultou em reconhecimento pela edição nº 6 da revista Caminhos da Terra, de julho de 2000; da revista Viagem e Turismo, do mesmo mês e ano e sua inserção no Guia 4 Rodas. A proposta da Hospedaria inclui preservação das espécies nativas da fauna e da flora, tratamento de água potável, tratamento de dejetos e resíduos e reciclagem de lixo (MARTINS, 2002, p. 39-40).

Nos dias 01 e 02 de agosto de 2003 foi realizada a Conferência das Cidades, etapa municipal do processo nacional organizado pelo Ministério das Cidades, para levantar e identificar a atual situação das cidades brasileiras. O evento de Urubici foi o primeiro com um número recorde de participantes, num total de 140 municípios. Entre os temas abordados estava o Ecoturismo e Saneamento Ambiental, ocasião em que foram apresentadas as questões mais evidentes e apresentadas propostas de solução e melhoria das condições de desenvolvimento deste setor na cidade.

O Conselho Municipal de Turismo, responsável por executar as diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo e o Plano Nacional de Turismo, foi organizado em novembro de 2003 e até o momento não apresentou ações concretas para a organização e desenvolvimento das atividades turísticas, no município.

Em outubro de 2003 foi aprovado o Projeto do Aterro Sanitário do Consórcio Intermunicipal das Nascentes (FATMA, 2003), que atenderá a seis municípios além de Urubici, Bom Retiro, Alfredo Wagner, Rio Rufino, São Joaquim, Bom Jardim da Serra e Urupema. A área total do aterro é de 50.000 m² e está localizada no município de Urubici, que cedeu este espaço para o Consórcio. Com isto, Urubici completa o ciclo da coleta seletiva de lixo e destinação apropriado dos resíduos sólidos.

Apesar dos esforços realizados, o que se identifica atualmente na comunidade de Urubici caracteriza uma dissonância entre as ações do poder público, as ações de agentes independentes que exploram o turismo local, sem compromisso com o planejamento integrado e um distanciamento da maioria da população das atividades que se apresentam para o desenvolvimento do município. De acordo com alguns depoimentos registrados em conversas informais e pela convivência com a população local, durante o período de um ano, podemos inferir que existe uma falta de credibilidade no poder público, aliada a uma desconfiança generalizada diante dos interesses de terceiros pela exploração do turismo, a qualquer custo.

Com exceção do Conselho Municipal de Meio Ambiente, as demais instituições não fizeram qualquer movimento específico relativo à preservação dos recursos hídricos no ano de 2003. As ações de coleta seletiva de lixo foram adotadas em 2002 por força do disposto no Projeto do Aterro Sanitário. Este Conselho realizou um seminário em novembro de 2003, onde foram abordados temas locais como preservação dos locais turísticos e uso de agrotóxicos, com uma visão mais focada no destino das embalagens do que na contaminação das nascentes.

Frente às ações que foram desenvolvidas no município, até o encerramento de nossa pesquisa, optamos por usar o termo (Eco)turismo neste subtítulo, com o objetivo de propor uma reflexão sobre o que hoje é considerado ecoturismo pela comunidade local e o resultado que obtivemos ao final do trabalho.

5. ÁREA DE ESTUDO - MUNICÍPIO DE URUBICI

5.1. LOCALIZAÇÃO

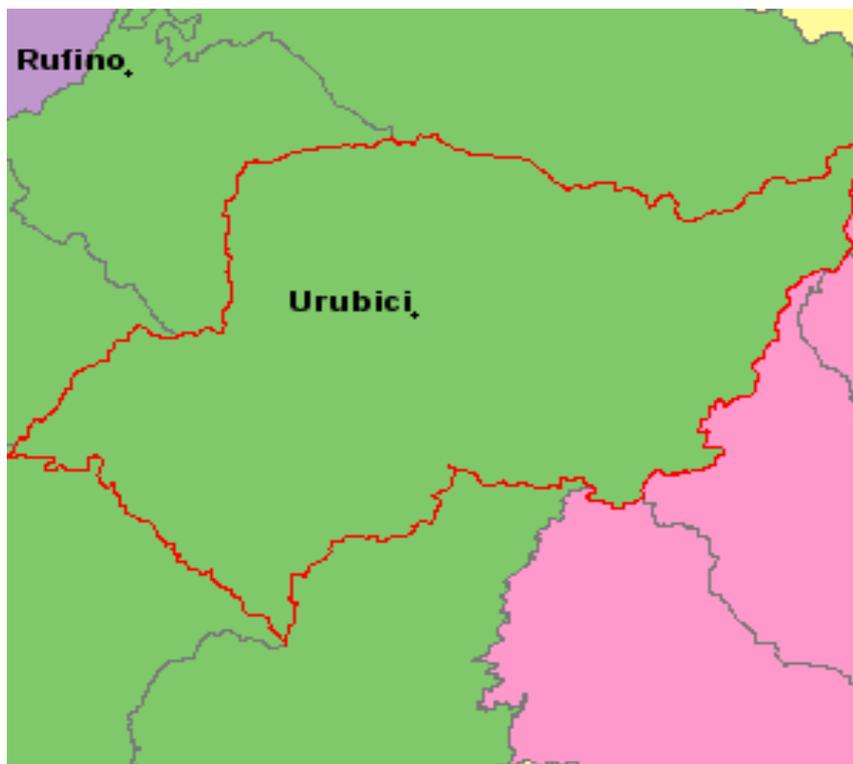


Figura 7 – Área do município de Urubici – Fonte: CIASC-2004

O município de Urubici ocupa uma área de 1.071 km²(Figura 7), localizada a 28° 00' 54" de latitude sul e 49° 35" e 30" de longitude oeste de Greenwich. Tem como divisas os municípios de Urupema, São Joaquim, Bom Retiro, Grão-Pará e Rio Rufino, estando há aproximadamente 100 km de Lages, no planalto serrano, conforme apresentado na Figura 8.(URUBICI, 2004).

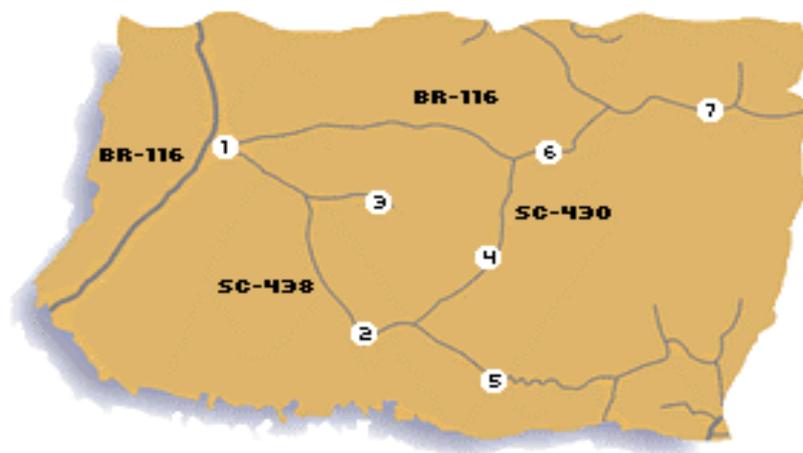


Figura 8 – Localização do município de Urubici – Fonte: Governo de Santa Catarina - 2004

1 Lages 2 São Joaquim 3 Urupema 4 **Urubici**
 5 Bom Jardim da Serra 6 Bom Retiro 7 Rancho Queimado

Conhecida como Terra das Hortaliças, Urubici tem belas paisagens, reservas ecológicas, lendas e muitos mistérios que atraem a atenção dos visitantes. Sua fundação se deu em 06 de dezembro de 1956, tendo como data festiva o dia 03 de fevereiro, aniversário de emancipação do município.

5. 1. 1 Hidrografia

Urubici está inserido na sub-bacia do Rio Canoas (Figuras 9 e 10). A precipitação pluviométrica anual fica entre 1300 e 1700 mm. A sub-bacia do Rio Canoas pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.

De acordo com ISRAEL (1992), "...o Rio Canoas nasce nos Campos dos Padres, a quase 1800 metros de altitude. Entre seus afluentes destacam-se, pela margem direita, os rios das Antas, dos Bugres, Águas Brancas, do Sérgio e do Engano; pela margem esquerda, os rios do Bispo, Cachimbo, Urubici, Vacarianos e Gargantilho.

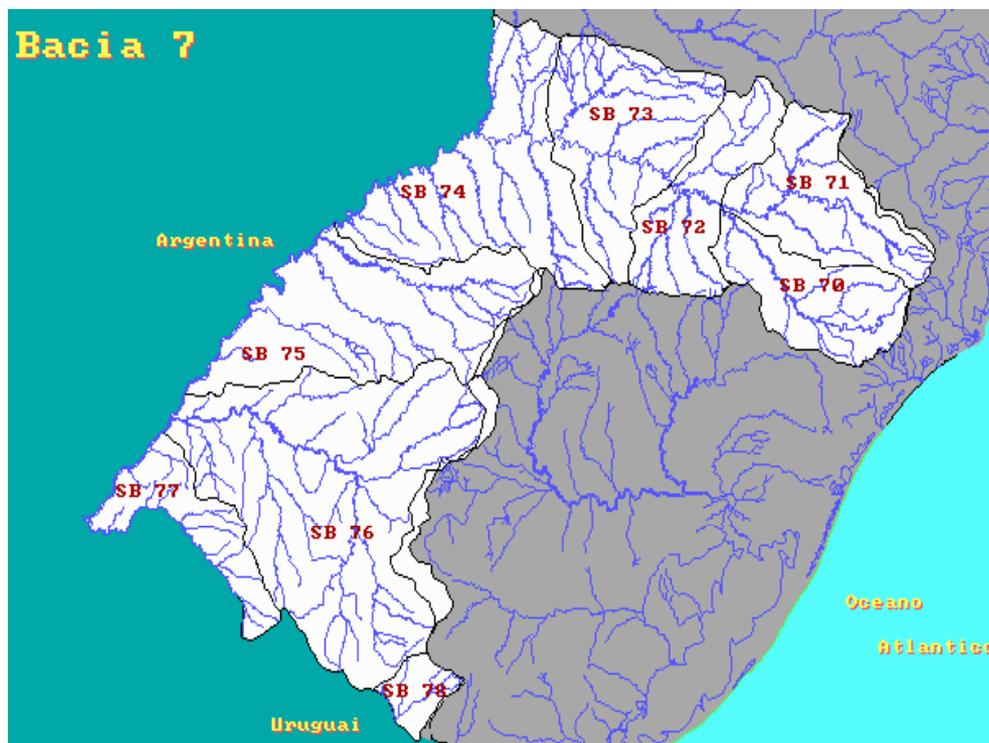


Figura 9 – Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai - Fonte: Atlas Hidrológico, ANEEL/SIRH, 1997

SUB-BACIA 70 - Bacia do rio Pelotas

SUB-BACIA 71 - Bacia do rio Canoas.

O Rio Lava-Tudo nasce nos campos de Santa Bárbara numa altitude de cerca de 1700 metros de altitude. O Rio Lava-Tudo é afluente do Rio Pelotas. Entre seus afluentes destacam-se pela margem direita os Crioulas, do Correia e Pessegueiro; pela margem esquerda os rios Morro Grande, Lageado Liso e Pericó.” (ISRAEL, 1992, p. 35).

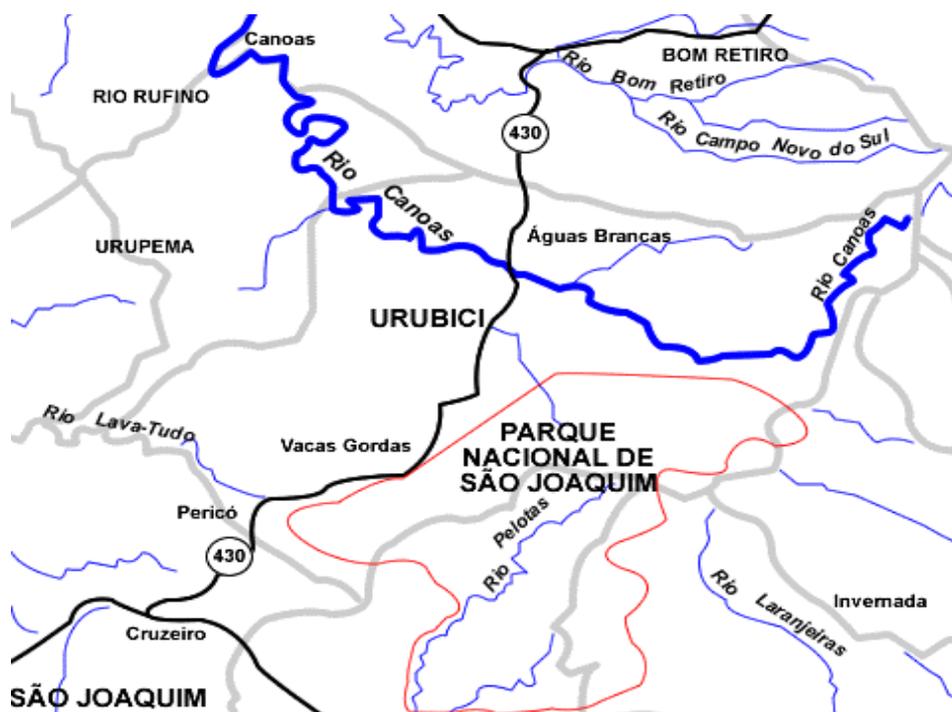


Figura 10 –Mapa hidrográfico da Bacia do Rio Canoas – Fonte: Santa Catarina,2004

5.1.2 Pontos turísticos

A região de Urubici é um dos lugares mais ricos em sítios arqueológicos do Estado, por sua variedade e quantidade indicam a existência de cultura ancestrais muito desenvolvidas que habitaram ou transitaram pela região, como indicado pelo trabalho realizado pelo fotógrafo e pesquisador Keller Lucas.(LUCAS, 2004).

Conforme verificado pelo autor, existem 45 sítios arqueológicos registrados e outros não catalogados, com diversas grutas, abrigos sob-rocha, casas subterrâneas, galerias subterrâneas (algumas com petroglifos), aldeias antigas com coroa artificial no topo das colinas, sítios de arte rupestre e espetaculares monumentos rochosos.

Cada um destes lugares possui potencial de atração turística muito grande, não tendo sido todos eles adequadamente explorados e conservados. Devido

à existência de galerias subterrâneas, na década de 30, esta região sofreu uma devassa por parte dos caçadores de tesouros, que acreditavam na lenda da existência de uma fabulosa mina de prata e ouro pertencente aos jesuítas, resultando na destruição de alguns sítios.

De acordo com a fonte, "...as primeiras pesquisas científicas na região foram feitas pelo Professor Walter A. Piazza em 1964, conforme o seu livro "As grutas de São Joaquim e Urubici", editado em 1966, e pelo Padre Rohr, em 1966, conforme o seu livro "Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense", Brasil, editado em 1971. Os sítios com arte rupestre catalogados nessa época, são os seguintes: Morro do Avencal (frente e fundos), Casa de Pedra, Morro Pelado e Cavernas do Rio dos Bugres." Em 1985, o autor realizou pesquisas catalogando as artes do Morro do Avencal, da Casa de Pedra, do Morro Pelado, da galeria subterrânea do Rio dos Bugres entre outros. (LUCAS, 2004).

Os pontos turísticos de Urubici apresentam características próprias e uma história peculiar, como o é a história do município. A seguir são apontados os pontos turísticos mais comuns da região, existindo outros tantos ainda não catalogados e que possuem um acesso restrito aos viajantes mais experientes. Alguns tais como trilhas, cachoeiras, canions e campos que muitas vezes se encontram em propriedades particulares cujo acesso não é permitido, mesmo com guia local.

No Apêndice D é possível identificar os pontos turísticos apresentados, com uma visão geral de sua distribuição dentro do município, através do Mapa Turístico de Urubici.



Figura 11 – Cachoeira do Avencal – Fonte: Urubici,2004.

CACHOEIRA DO AVENCAL

Localizada no Morro do Avencal, fica a 8 Km da entrada da cidade, é de propriedade particular e possui fácil acesso, tanto pela sua parte superior como pela inferior. A cachoeira tem 100 metros de queda livre, muito procurada pelos de rappel. O nome avencal se origina de avenca, vegetação comum na região.

CAVERNA RIO DOS BUGRES

Localizada no povoado de Rio dos Bugres, a 11 km do centro da cidade, também situado em área particular, com fácil acesso. Caracterizado por túneis interligados, que teriam sido habitações indígenas primitivas.



Figura 12 – Cachoeira do Rio dos Bugres – Urubici, 2004

CACHOEIRA RIO DOS BUGRES

Localizada nos contrafortes da Serra Geral, dista 14 km do centro da cidade e está situada em propriedade particular, com acesso de grau de dificuldade moderado. A queda d'água é de 120 metros, mas não em queda livre. O local é próprio para a modalidade de trekking, que podem durar até 4 h. Interessante contratar um guia da região para chegar ao local.



Figura 13 – Cachoeira Véu de Noiva – Fonte – Urubici,2004

CASCATA VÉU DE NOIVA

Localizada nos Aparados da Serra Geral, com acesso fácil pela estrada que segue ao Morro da Igreja, a 18 km do centro da cidade. Está em propriedade particular, com cerca de 60 metros de altura no paredão de basalto. Na região pode se observar a mata nativa chamada “mata nebulosa”.

MORRO DO ODERDENG

Localizado na Serra Geral, a 4 km, está em área particular e o acesso requer conhecimento adequado. A uma altitude de 1.400 metros está situada a rampa de vô livre, que permite uma vista panorâmica da cidade.



Figura 14 – Gruta Nª Sª de Lourdes– Fonte – Urubici,2004

GRUTA NOSSA SENHORA DE LOURDES

Localizada no distrito de Santa Terezinha, a 10 km do centro da cidade, é um atrativo público de acesso simples. Possui uma área de lazer para refeições e estacionamento para os visitantes. No mês de Outubro a Igreja Católica realiza a Romaria.

MORRO DA IGREJA

Localizado nos Aparados da Serra Geral, a 29 km do centro da cidade, o Morro da Igreja é atrativo público, que se encontra em área militar, de fácil acesso. Sua altitude é a maior do sul do país, com 1822 m de altitude, ocorrendo neve todos os anos no inverno, cujas temperaturas já chegaram a -17,8° C negativos no termômetro, com uma sensação térmica de 30°C negativos. Neste local está instalado o CINDACTA II (Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo), do Ministério da Aeronáutica. A visitação atualmente está restrita aos horários entre 9h e 17 h, todos os dias.



Figura 15 – Igreja Nª Sª Mãe dos Homens– Urubici, 2004

IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA MÃE DOS HOMENS

Localizada no centro da cidade, a igreja chama atenção por sua arquitetura diferenciada e seus vitrais coloridos. Foi idealizada pelo Pe. José Alberto Gonçalves Spíndola.



Figura 16 – Inscrições Rupestres – Fonte – Urubici,2004

INSCRIÇÕES RUPESTRES

Localizadas no Morro do Avencal, a 5 km do centro da cidade, é um atrativo: público de fácil acesso. Os sinais nas rochas e as escritas parecem ser

datados de 4.000 anos atrás, segundo alguns pesquisadores, entretanto existem algumas considerações sobre terem sido feitas no ano de 1.272 d.C.

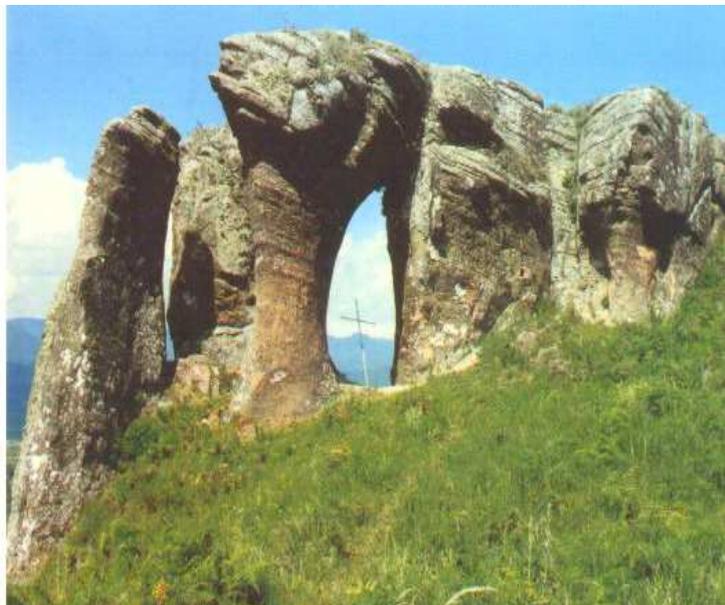


Figura 17 – Morro do Campestre – Fonte – Urubici, 2004

MORRO DO CAMPESTRE

Localizado nos altos da Serra do Campestre, a 8 km do centro da cidade, em área particular, de acesso fácil. A formação rochosa arenítica, com cerca de 1.380 metros de altitude do nível do mar, sugere a existência de humanos primitivos com grandes conhecimentos de engenharia, pela forma como estão dispostos alguns monolitos e os encaixes angulares perfeitos que caracterizam o local. Do alto é possível avistar uma grande extensão do vale do Rio Canoas.

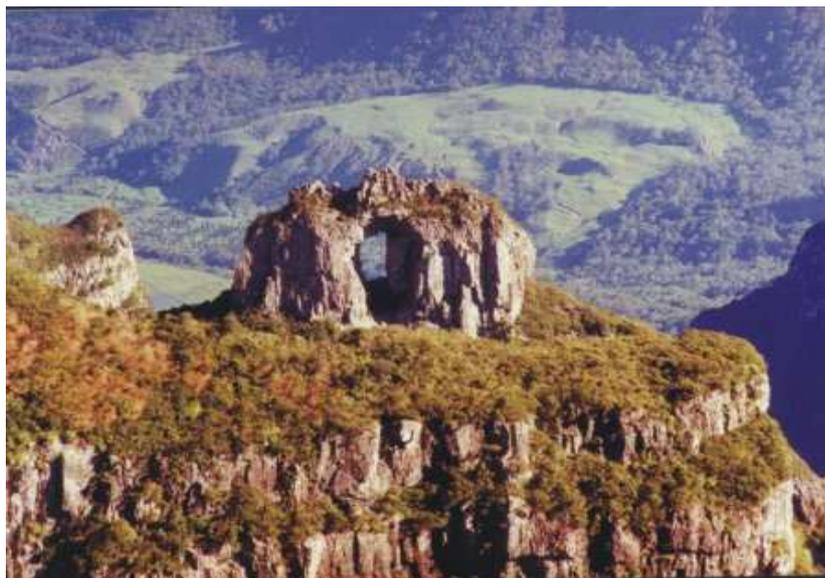


Figura 18 – Pedra Furada – Fonte – Urubici,2004

PEDRA FURADA

Localizada no Morro da Igreja (Aparados da Serra Geral) a Pedra Furada fica a 29 km. Também é atrativo público com acesso fácil. Caracteriza-se por uma formação rochosa como uma escultura natural em forma de janela medindo aproximadamente 30 metros de circunferência. Tem como peculiaridade estar situado nas divisas de três municípios: Orleans, Bom Jardim da Serra e Urubici.

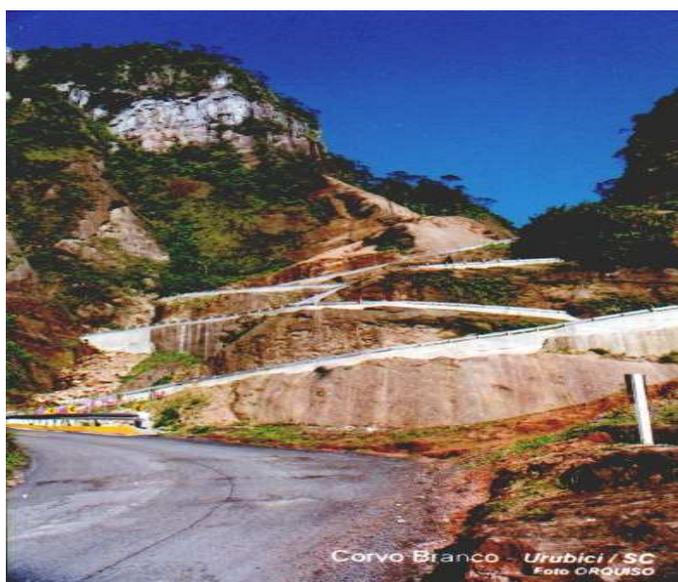


Figura 19 – Serra do Corvo Branco – Fonte – Urubici,2004

SERRA DO CORVO BRANCO

Localizada na Serra Geral, a 30 km do centro da cidade, faz parte da rodovia SC-439 de acesso ao município de Grão-Pará. Caracteriza-se por um emaranhado de escarpas e montanhas, com maior corte em rocha existente no Brasil, com 90 metros de altura. Sua denominação provém da existência de aves do mesmo nome da região. Apenas 600 metros da Serra do Corvo Branco são pavimentados. Possui um mirante para observações.

5.2. GEOGRAFIA FÍSICA



Figura 20 –Imagem de satélite da região de Urubici-SC
Fonte - Embrapa - Monitoramento por Satélite – esc. 1:25.000

A foto superior (Figura 20) apresenta uma imagem de satélite da região de Urubici, mostrando a pequena área acinzentada no canto superior esquerdo

como a área urbana e uma parte do vale do Rio Canoas, no canto superior direito.

5.2.1 Clima

O clima da região é temperado, subtropical, sem estação seca, situa-se em uma das poucas regiões em que a temperatura média anual varia entre 14° C a 12° C, no inverno, a temperatura é bastante baixa.e com ocorrência de neve anualmente.

5.2.2 Vegetação

A região possui 3 tipos de vegetação: os Campos Gerais, as Matas de Araucárias, localizadas mais comumente nas encostas e nos vales, e a Floresta Pluvial Subtropical que ocupa o fundo dos vales. A espécie dominante nos cenários do Parque é o pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*). Ocorrem também a jibuia (*Ocotea porosa*), a canela-sassafrás, a caviúna e o cedro (*Cedrela fissilis*).

A vegetação primária da região pode ser dividida em duas formações vegetais bem distintas, de acordo com ISRAEL(1992):

- a) Floresta Ombrófila Mista - Também conhecida como mata de araucária ou pinhais. O pinheiro pode atingir 40 metros de altura abaixo das elevadas copadas das araucárias, concentram-se várias outras espécies arbóreas e arbustivas. Essa formação vegetal em Urubici, caracteriza a paisagem de toda a bacia do rio Canoas, à exceção de certas áreas mais elevadas da Serra Geral, como o caso do Campo dos Padres. Mesmo onde dominam as formações campestres é comum a presença de araucárias formando capões ou matas - galeria, o que empresta um aspecto todo peculiar à passagem.

b) Campos - aparecem em áreas do Planalto Basálticos - Arenítico, acima dos 900 metros de altitude , formando manchas esparsas ou descontínuas. O aspecto geral dos campos consiste, quase sempre, na acentuada predominância de um estrato herbáceo graminóide que reveste o solo. No meio dessa vegetação herbácea predominante surge, nas depressões, ao longo dos rios, os capões e as matas galerias. A área de maior extensão e ocorrência dessa vegetação é o sudeste do município, que é drenado pelo rio Lava-Tudo. Outras duas manchas de campos aparecem nas áreas mais elevadas da Serra Geral , formando os chamados campos de Campo dos Padres e Santa Bárbara. Trata-se de campos com características próprias, razão pela qual são chamados de campos de altitude.(*id.*).

5.2.3 Altitude

Segundo o mesmo autor, a altitude em Urubici, varia "... desde cerca de 850 metros, nas margens do Canoas, Bom Retiro e Lages, até 1827 metros no Morro da Boa Vista . Este representa o ponto culminante do Estado de Santa Catarina, localizado na Serra da Anta Gorda. O segundo ponto mais alto do município é o Morro da Igreja, com 1822 metros , localizado na Serra Geral. A altitude do município está em torno de 915 m acima do nível do mar".(*id.*).

5.2.4 Solo

Ainda ISRAEL(1992), o município de Urubici, "... do ponto de vista geológico, ocupa uma pequena extensão da área de domínio da Bacia Sedimentar do Paraná , onde afloram rochas do Paleozóico e Mesozóico, além de alguns sedimentos do cenozóico".(ISRAEL, 1992, p. 22). A formação e evolução geológica caracterizam Urubici "... como uma região tipicamente de planalto,

cujas altitudes máximas colocam-se entre as mais elevadas do Estado.”(ISRAEL, 1992, p. 25).

5.3. GEOGRAFIA HUMANA

5.3.1 História

No final do século XIX, início do século XX, imigrantes de europeus vieram para o Brasil, sendo que muitos deles desembarcaram em Santa Catarina. Várias expedições vieram para o Planalto Serrano, formando novos núcleos de povoamento, compostos de várias etnias, tais como italianos, portugueses, alemães, letos, poloneses, entre outras. (PRODER, 2004).

O nome atual do Município tem sua origem em duas versões mais conhecidas. A primeira conta que a expedição dos pioneiros Manoel Saturninio de Souza Oliveira e José Saturninio de Oliveira era acompanhada de indígenas e um deles, ao avistar um galináceo típico da região, teria exclamado “urubici”, que significa pássaro lustroso; na segunda versão, a expedição avistou um rio denominado Urubici, que mais tarde deu origem ao nome do Município. (PRODER, 2004).

A localidade foi elevada à categoria de Distrito do Município de São Joaquim em 1922 e em 06 de dezembro de 1.956 passou a categoria de Município, através da Lei n º 274. (PRODER, 2004).

Por volta do ano de 1878, o Sr. Laurindo (sobrenome desconhecido) obteve do governo autorização para explorar possíveis as minas que se poderiam existir na região. Era comum a idéia de que se poderia encontrar roteiros de imensos tesouros escondidos pertencentes aos padres jesuítas no tempo do Brasil colônia.

De acordo com a mesma fonte, “...ainda, no mesmo ano(1878), o Sr. João

Galasf, natural de Paineira, percorrendo a região do rio Canoas, chegou às margens do rio Urubici, seguindo-o até encontrar o perau denominado Morro do Avencal e o do Mundo Novo, mas aconteceu que se perdeu. Então, seis ou oito dias depois, vieram outros homens procurá-lo. Esses desceram não no Avencal mas em suas extremidades, no então lugar denominado Morro da Mitra que depois passou a ser chamado Morro Pelado. De lá desceram para Urubici pelos morros paralelos ao Morro Pelado, aos quais deram o nome de Pico das Tocas ou da Mina dos Jesuítas. No ano de 1889 outros homens desceram ao vale de Urubici onde a caça era abundante e variada. Entre eles estava o Sr. Manoel Severino Júnior que dizia não ter encontrado sinal algum de gente civilizada no local. Tendo sido ele o primeiro homem que se interessou mais de perto pelo Vale do Rio Canoas e de seu maior afluente, o rio Urubici, tornou-se membro da antiga Guarda Nacional. Foi ele quem enviou a primeira expedição de homens com o fim de explorar a área e conseguir um lugar de moradia, uma vez que fugira de Tubarão por motivos de disputas políticas. Nesta época, início da República, dois partidos disputavam o poder em Tubarão: os Federalistas, alcunhados de Maragatos; e os Republicanos, apelidados de “Pica - Paus”. (PRODER, 2004).

5.3.2 Aspectos sócio-econômicos

As principais atividades econômicas do município são a pecuária e a agricultura, com destaque para a produção de hortaliças, maçãs, vime e ervamate. O município é o maior produtor de hortaliças do estado de Santa Catarina, segundo informações do Governo do Estado, com a produção de beterraba, pimentão, omelete, feijão de vagem, batata, tomate, morango, cebola, repolho, cenoura, abóbora, pepino. Além disso, destaca-se, também, a truticultura, fumo, feijão, pecuária, mel, leite, milho, pêssigo, ameixa, kiwi e morango. (URUBICI, 2004).

5.3.3 População

De acordo com o IBGE(2004), o número de habitantes do município de Urubici é 10.252 pessoas, sendo 5.136 homens e 5.116 mulheres. A população é caracterizada por forte influência das etnias imigrantes tais como a portuguesa, alemã, leta, italiana, polonesa, africana, entre outras.

5.3.4 Cultura

Como parte das atrações turísticas regionais, Urubici agrega a realização de eventos que sintetizam a cultural local (Quadro 7), disseminam suas tradições e buscam integrar os turistas à realidade local. Estes eventos ocorrem ao longo do ano, como se apresenta:

Quadro 7 – Eventos culturais realizados em Urubici

| Período | Evento |
|----------------|--|
| Janeiro | Eventos e Festas Populares, realizados nas comunidades |
| Fevereiro | Etapa do campeonato de Moto-Cross e Feiras de Gado |
| Março | Festa Nacional das Hortaliças e emancipação do município |
| Maio | Festa das Mães |
| Junho | Festas e Bailes Juninos, Festival de Inverno de Urubici |
| Julho | Enduro das Neves, Jeep Raid |
| Setembro | Desfile Cívico |
| Outubro | Baile da Prenda Jovem |
| Novembro | Festa de Santa Catarina |
| Dezembro | Baile Branco e Baile do Chopp, |

Adaptado do SEBRAE/SC – 2002

Além dessas atividades, as cavalgadas, o entrevero (prato típico feito com pinhão e vários tipos de carne), os bailes nas comunidades, o artesanato em lã (cobertores de lã de carneiro), o café colonial e as festas religiosas,

compõem o vitral multicolorido tradições locais, aliado às qualidades de seus moradores.

A cultura de Urubici é o resultado do encontro das várias etnias que compõem seu povo, tais como a leta, a polonesa, holandesa, alemã, italiana e portuguesa.

6. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

6.1 Definição e Classificação de Ecoturismo

O Brasil, por suas características continentais, por sua história de colonização e por seu desenvolvimento, tem, na agricultura e na pecuária uma grande representação da qualidade de seus produtos, além de manter um alto nível das exportações para diversos países do continente europeu e asiático. Os índices apresentados pelo IBGE, as notícias e relatórios apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, dão conta do volume de transações que se dá na área agrícola do país. Os últimos índices de vagas para mão-de-obra qualificada indicam que as regiões do interior do país apresentam um desenvolvimento relativamente maior que algumas capitais e isto se deve ao desenvolvimento tecnológico que propiciou melhoria de qualidade de produtos e de vida para o produtor rural.

Junto a este fenômeno e aliada à demanda por uma vida melhor, ocorreu um incremento da demanda turística por contatos com as áreas naturais, as áreas campestres para um retorno à vida tranqüila, ou um resgate dos sentimentos que são colocados em segundo plano pelos vários assédios da vida contemporânea, tais como reunião de família, contato com a natureza, relaxamento, ou mesmo o simples silêncio.

Entretanto, mesmo ao se considerar o lado poético e bucólico existente por trás destes processos, necessário se faz reconhecer que qualquer definição que se construa deverá levar em consideração o contexto no qual se movimentam os diversos atores sociais. Este contexto é o Brasil, e neste país, de acordo com o indicado pelos mais renomados dicionários, os termos “natural” e “rural” diferem e estão intimamente relacionados.

Essa diferença reside no fato de existir uma ação antrópica, na área rural, de modificação do meio natural para a própria subsistência, minimamente, até um grande latifúndio produtivo, de forma mais abrangente. Ora, onde não existe

uma ação antrópica, o meio ambiente pode ser considerado “natural”. Em quaisquer das regiões brasileiras em que nos movimentemos, a área rural sempre será uma região de fazenda, de produtos agrícolas ou pecuários, de trato da terra e de animais. Na esteira do mesmo entendimento, a área natural será sempre uma área onde não ocorreu e nem ocorre uma ação antrópica modificatória, mas pode haver uma ação antrópica de preservação. A área rural, antes de ser modificada, também era uma área natural. Então, não se pode separar uma da outra.

Os 8.500 km de litoral fazem do Brasil uma potência turística para os destinos de praias de forma geral. Este também é um meio natural, que quando modificado não pode ser chamado de “rural” por ter características diferenciadas. Então, o que seria?

As diversas praias brasileiras possuem características desde totalmente isoladas, virgens, até completamente tomadas pela ação antrópica, sendo que algumas delas apresentam, inclusive, um tal nível de poluição que impede os turistas de desfrutarem das atividades aquáticas. Entretanto, o ambiente natural das praias ainda existe e antes que elas fossem transformadas pelo homem, constituíam parte do ambiente natural. Onde se pode deduzir que o natural contém o rural, ou antrópico, que o modificou.

Assim, somos por apresentar uma definição de ecoturismo de acordo com os entendimentos dos órgãos públicos federais e estaduais competentes e que estejam alinhados com a realidade brasileira e nossa própria observação.

De tudo o que foi apresentado sobre ecoturismo, no Brasil e no mundo, o termo carrega consigo alguns princípios básicos, idéias, conceitos, até mesmo leis, e isto torna o termo “ecoturismo” representativo de uma filosofia, de uma metodologia, uma nova pragmática de vida.

Em nosso entendimento ecoturismo pode ser definido como:

Uma filosofia do turismo a cujos princípios estão submetidas todas as atividades que, exercidas junto à natureza, buscam a conscientização sobre necessidade de preservação do patrimônio natural em suas diversas formas, o respeito aos diversos saberes e culturas das comunidades receptoras, gerando o desenvolvimento econômico sustentado destas comunidades, além da educação dos atores sociais para a necessidade de um futuro comum melhor para todos. Toda a atividade em meio natural, antrópico ou não, que atenda estas premissas pode ser considerada como ecoturística.

Indicamos os princípios básicos que devem nortear o ecoturismo:

- a) conscientização para as práticas de preservação dos recursos naturais para esta e para as gerações futuras;
- b) educação e interpretação do meio ambiente, tanto por parte dos moradores, como por parte dos turistas;
- c) geração de benefícios para as comunidades receptoras;
- d) baixo impacto no ambiente.

Assim, entendemos que o praticante do ecoturismo possui, ou deseja desenvolver, a consciência de sua atuação no ambiente, local ou planetário, e assume sua parcela de responsabilidade para atuar de forma a garantir a preservação de sua espécie e do meio ambiente pelo qual transita.

E por este entendimento parece-nos ser desnecessário indicar uma alternativa de classificação das atividades turísticas, uma vez que elas seriam ou não ecoturísticas, independente do meio natural onde elas ocorressem. Isto porque existem praias onde não existe um programa de preservação ambiental e não existe cuidado com os resíduos sólidos, como também existem áreas naturais sendo degradadas pelo excesso de visitação, sem controle da capacidade de carga da mesma.

A concepção do ecoturismo traz em si um componente filosófico do qual não se poderá desvincular. Sem isto, corre-se o risco de se utilizar uma máscara

para justificar ações que são potencialmente degradadoras, sob a égide de uma idéia que jamais será colocada em ação.

6.2 Fatores envolvidos na implantação do Ecoturismo

Na esteira de nossa definição entendemos como necessários à implantação de uma proposta ecoturística, os seguintes fatores a serem considerados:

- reconhecimento e valorização dos patrimônios naturais, históricos, culturais e humanos das comunidades receptoras;
- melhoria da qualidade de vida tanto para os visitantes como para os moradores locais;
- desenvolvimento de uma ética conservacionista ambiental;
- capacitação das comunidades receptoras para a participação nas tomadas de decisões para o desenvolvimento local e direito de escolha de seu próprio futuro;
- educação continuada para as mudanças e possibilidades futuras das comunidades envolvidas.

Para contemplar os itens anteriores é necessário a construção de um novo saber, um saber que seja o resultado das reflexões e decisões das comunidades envolvidas no processo de desenvolvimento de uma nova realidade onde deseja se movimentar no futuro. Esta realidade será construída num processo dinâmico, que terá as características de cada geração que o desenvolverá, aprimorará e implantará.

Não basta apenas pensar um futuro como um objetivo a ser atingível, mas como um processo que se constrói ao longo do tempo. E como todo processo, a dinâmica que o envolve deve também fazer parte desta construção.

Por tudo isto, somos por uma visão do ecoturismo como uma filosofia do turismo, na medida em que esta pressupõe princípios e normas de condutas

morais, posturas comportamentais diante da vida, da natureza e de outros seres humanos, para o desenvolvimento e preservação dos recursos naturais para esta e para as futuras gerações.

7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

7.1 Introdução

O presente trabalho caracteriza-se por uma pesquisa exploratória, tal como indicado por GIL(1994), onde o tema escolhido ainda é pouco estudado, e possibilita "...uma visão geral sobre o fenômeno em estudo (...) aumentando a familiaridade do pesquisador com o ambiente..." (*apud.* MARTINS, 2002, p. 09). E foram utilizadas duas metodologias de construção de conhecimento, a Transdisciplinaridade, proposta por Basarab Nicolescu, e a Oficina de criação de idéias do Jiro Kawakita, ou método K.J..

Para o desenvolvimento do trabalho a pesquisadora alugou uma casa em Urubici, viajando de Florianópolis, todos os finais de semana, de março a dezembro de 2003. O que permitiu um envolvimento e um comprometimento maior com a comunidade local.

7.2 A PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR

7.2.1 Introdução

A Transdisciplinaridade surgiu com a necessidade de se encarar o mundo além das disciplinas, sem no entanto prescindir delas. Um olhar para além dos limites impostos pela ciência mecanicista, sem no entanto eliminá-la, reconhecendo sua aplicabilidade dentro de um espectro específico.(NICOLESCU, 2002).

Na metade do século XX surgiram dois conceitos que nos cabe esclarecer para dar sustentáculo à transdisciplinaridade: a pluridisciplinaridade e a interdisciplinaridade.

A *pluridisciplinaridade* “...diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo.” (NICOLESCU, 2002, p.50). Uma obra de arte pode ser estudada sob a visão da história, da física, da química, da história das religiões, etc.

A *interdisciplinaridade* “...diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra.” (NICOLESCU, 2002, p. 50). Isto nos leva às metodologias de aplicação de uma disciplina em outra disciplina; à transferência de métodos da matemática para a física; os da física quântica para a astrofísica; os da informática para a arte, entre outros.

Já *transdisciplinaridade* está “...ao mesmo tempo entre as disciplinas, *através* das diferentes disciplinas e *além* de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade de conhecimento.” (NICOLESCU, 2002, p. 51).

O século XX foi marcado por duas revoluções científicas básicas: a revolução quântica e a revolução da informática. Na primeira, a visão antiga do mundo foi desconstruída passando a uma visão mais amplificada pela lógica das relações. A segunda, permitiu o partilhar de conhecimentos, entre as criaturas humanas, onde quer que elas se encontrem. (NICOLESCU, 2002).

A visão quântica do mundo revelou um tipo de causalidade nas relações das entidades envolvidas, que se originou no conceito da não-separabilidade, ou seja, “Duas entidades quânticas continuam a interagir qualquer que seja o seu afastamento.” (NICOLESCU, 2002, p. 25): a causalidade global, que diz respeito à todas as entidades físicas.

Neste ponto refletimos que isto não nos deveria surpreender, uma vez que é comum em nossa vida diária. E Nicolescu nos aponta que uma “...coletividade – família, empresa, nação – é sempre mais que a soma das suas partes. Um misterioso fator de interação, não redutível à propriedades dos diferentes indivíduos, está sempre presente nas coletividades humanas...”.

(NICOLESCU, 2002, p. 26). Entretanto, ainda não conseguimos abranger o sentido real destas verdades, pois nos movimentamos dentro do paradigma cartesiano, materialista, onde o mundo é apenas constituído de partes isoladas que podem ou não interagir umas com as outras. E isto normalmente ocorre por nos encontrarmos em níveis de realidade diferentes.

NICOLESCU (2002) esclarece que “Realidade é “...aquilo que *resiste* às nossas experiências, representações, descrições, imagens ou formalizações matemáticas.” (NICOLESCU, 2002,p.28) E mais adianta entende que um nível de realidade é “... um conjunto de sistemas invariantes sob a ação de um número de leis gerais...” (NICOLESCU, 2002,p.29). Quando houver uma ruptura nas leis que regem um nível de realidade, isto significa que existe um outro nível adjacente, com leis específicas que o regem também.

Ao buscar identificar o papel do ecoturismo no desenvolvimento dos recursos hídricos no município de Urubici, utilizando uma abordagem transdisciplinar, levamos em conta que ela “...se interessa pela dinâmica gerada pela ação de vários níveis de Realidade ao mesmo tempo.” (NICOLESCU, 2002, p. 52). E exatamente esta dinâmica pode ser encontrada na inter-relação entre os sujeitos que atuam na comunidade estudada, em seus diversos níveis de realidade construídos a partir de seus níveis de percepção desta realidade.

NICOLESCU(2002) assevera que “O encontro entre os diferentes níveis de Realidade e os diferentes níveis de percepção gera os diferentes *níveis de representação*” (*op.cit.*,p.109). Estes níveis de representação são as formas como se movimentam os atores sociais diante de sua realidade, em seu ambiente e isto pode ser identificado na formulação das propostas.

Ao se utilizar a transdisciplinaridade como metodologia foram considerados os três pilares que a compõem: os níveis de Realidade, a lógica do terceiro incluído e a complexidade. Os níveis de Realidade foram comentados acima.

A lógica do terceiro incluído, proposta por Lupasco, indica que entre dois elementos A e não-A existe um terceiro elemento, que tanto é A como não-A, mas que pertence a um nível de Realidade diferente daquele a que pertencem A e não-A. Este pilar está representado pela ação dos participantes e seus níveis de Realidade(NICOLESCU, 2002, p. 36).

A complexidade é dada pelas relações entre a identidade da comunidade com o ecoturismo no município de Urubici, donde emergiram as frases apresentadas. Este pilar está representado pela experiência interior de cada participante e seu olhar sobre o mundo.

A reunião destes elementos ocorreu na elaboração das propostas de ação, conforme consta do Apêndice C.

7.2.2 Descrição da metodologia

A metodologia visa identificar os níveis de realidade por onde transitam os atores sociais que atuam no processo do desenvolvimento do ecoturismo local. A cada palavra e frase apresentada buscamos identificar a idéia principal que ela carrega consigo, a partir de nosso próprio conhecimento da realidade, sem a interferência dos atores, uma vez que o conhecimento foi construído sem a imposição de níveis de realidade pré-concebidos. Isto se deu a partir de palavras e frases elaboradas pelos participantes, como resultado do método K.J de produção de idéias, conforme descrito no item 7.3.2 e 7.3.3.

Cabe esclarecer que este processo é passível de toda crítica e, apesar de ser dinâmico, não prescindiu do rigor, da abertura e da tolerância tal como requer o paradigma transdisciplinar. O rigor foi respeitado na medida em que reconhecemos o pensamento e a experiência de vida dos participantes, e todos os dados presentes em uma dada situação, assim como esclarece NICOLESCU: “ *O rigor é antes de mais nada o rigor da linguagem na*

argumentação baseada no conhecimento vivo, ao mesmo tempo interior e exterior...” (NICOLESCU, 2002, p. 129) e completa afirmando: “... o rigor é também a procura do lugar certo em mim mesmo e no Outro no momento da comunicação.” (NICOLESCU, 2002, p. 130). Também foi respeitado quanto à construção das propostas de ação apresentadas nos resultados dos seminários no item 8.

A abertura foi dada pela identificação de novas possibilidades dentro do processo de construção do conhecimento, a partir do que, nos foi possível transitar entre os diversos níveis de realidade, isto conforme indica Nicolescu: “A abertura comporta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível.”(NICOLESCU, 2002, p. 130). Algumas propostas indicadas surpreenderam alguns participantes pela idéia inovadora que carregava consigo, que não ofereceram resistência à reflexão das mesmas.

A tolerância foi dada pela identificação da existência de contradições entre as idéias, sem que isto tenha se tornado obstáculo ao desenvolvimento do processo. E novamente Nicolescu esclarece que “A tolerância resulta da constatação de que existem idéias e verdades contrárias aos princípios fundamentais da transdisciplinaridade.” (NICOLESCU, 2002, p. 131), isto porque os atores sociais trazem sua própria ontogenia elaborada no transcurso do tempo, de acordo com às diversas culturas e atavismo histórico a que todos nós estamos igualmente submetidos.

7.2.3 Aplicação

A metodologia foi aplicada pela pesquisadora após o seminário e de posse de todas as palavras e frases elaboradas, quando foi possível identificar os níveis de realidade em que os participantes se movimentam.

Cada participante traz consigo experiências e significados, que traduzem o seu saber particular, a sua dimensão de consciência(complexidade). A

transdisciplinaridade permite que se possa construir uma nova dimensão do real, ou identificar a dimensão existente, a partir do compartilhar destas diferentes dimensões, como resultante da integração destes saberes, que pode não ser nenhuma das dimensões existentes anteriormente, mas uma dimensão onde todos os participantes comungam de um mesmo conhecer para um mesmo fim (terceiro incluído). Desta forma, conseguimos identificar uma dimensão futura no processo como o terceiro incluído no processo, como apresentado no item 8.

Os níveis de realidade foram pontuados pela pesquisadora, baseado nos conhecimentos consolidados ao longo da pesquisa e a partir da temática mais recorrente identificada pelas frases, dadas pelo senso comum (Apêndice B), que compuseram cada uma das ações apresentadas. A proposta de não impor níveis de realidade pré-concebidos visou identificar os níveis existentes, para, em outra oportunidade, construir com a comunidade os níveis necessários para garantir um futuro melhor para todos.

Diante disso, foi possível perceber o papel do ecoturismo no município, partindo-se das propostas apresentadas e dos níveis de realidade em que pudemos reconhecer os movimentos dos atores sociais.

7.3 OFICINA DE IDÉIAS

7.3.1 Introdução

Para identificar melhor o pensamento da comunidade de Urubici, com relação ao ecoturismo e suas perspectivas para o desenvolvimento sustentável, utilizamos o modelo K.J. de produção de idéias, onde se pode visualizar melhor os problemas existentes e as soluções propostas pelos participantes, a partir das idéias apresentadas pelos participantes, diante dos temas apresentados.

7.3.2 Descrição do método K.J.

O método KJ surgiu na década de 50, quando seu idealizador, Jiro Kawakita, geógrafo japonês, sentiu a necessidade de estruturar, resumir, perceber e organizar os dados coletados em seus estudos de campo, tendo em vista que não havia uma metodologia que pudesse auxiliá-lo na pesquisa do comportamento de várias populações, cujo caráter é eminentemente qualitativo, conforme a nossa também.

Assim, o método KJ visa :

- estruturar, organizar e sintetizar a informação qualitativa;
- perceber e classificar os problemas, as idéias e os pensamentos;
- identificar relações e conceitos em domínios complexos;
- estimular e aproveitar as capacidades de síntese e/ou organização de idéias e/ou criações de conceitos em equipe, através da elaboração de novos rearranjos a partir de opiniões e da intuição criativa (mais do que lógica) de um grupo de trabalho;
- proporcionar o desenvolvimento da equipe, decorrente da vivência de um processo baseado na construção de um domínio lingüístico comum, na colaboração ativa de todos e na partilha de resultados. (SPI, 1999).

Para K.J., existem diferenças entre ciência experimental e ciência em campo, que podem ser resumidas na Quadro 8 abaixo:

Quadro 8 – Diferenças entre ciência experimental e ciência em campo

| Ciência Experimental | Natureza em laboratório | Natureza em campo | Ciência em campo |
|-----------------------------|----------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| Sistema Fechado | Em laboratório | Em campo | Sistema aberto |
| Gera natureza | Artificial | Natural | Não gera natureza |
| Equipamento para controle | Controlada | Não controlada | Sem equipamento de controle |
| | Fácil fragmentação | Difícil fragmentação | |
| Verificação | Definido o que se tem que provar | Indefinido o que se pode provar | Expedição |

| | | | |
|----------------------|-------------------|------------------|-----------------------|
| Analítico | Simple | Complexo | integral |
| Observação (medição) | Possível medir | Impossível medir | Descrição |
| Repetível | Repetido | Única | Irrepetível |
| Procura lei | Sem personalidade | Personalizado | Procura subjetividade |
| Verifica hipótese | | | Cria hipótese |

KAWAKITA(1963), pondera que problemas sociais e ambientais se caracterizam pela unicidade da experiência, ou seja, um evento não se repete e o procedimento não pode ser controlado, o que torna a metodologia experimental inadequada para pesquisa. Por isto a necessidade de se utilizar uma outra metodologia.

A base de sua proposta pode ser vista na Figura 21:

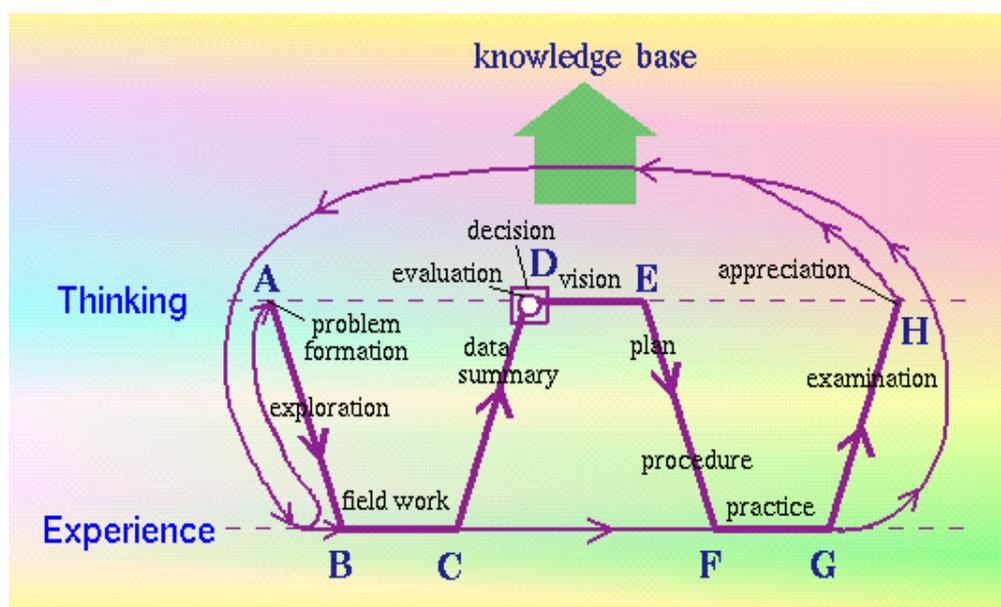


Figura 21 – Fonte: Kawakita(1963)

Na pesquisa utilizamos as etapas A, B, C e D por entendermos que se trata da etapa de ciência em campo, conforme Figura 22. E como sugere Kawakita, o mais importante é coletar dados aparentemente sem conexão em campo, com características diferentes e proceder a uma análise que integre estas informações. A conclusão do trabalho não se dará a partir de uma visão analítica, mas a partir de uma análise integral.(KAWAKITA, 1963). E foi isto

que fizemos quando recolhemos as palavras e frases elaboradas pelos participantes dos seminários realizados.

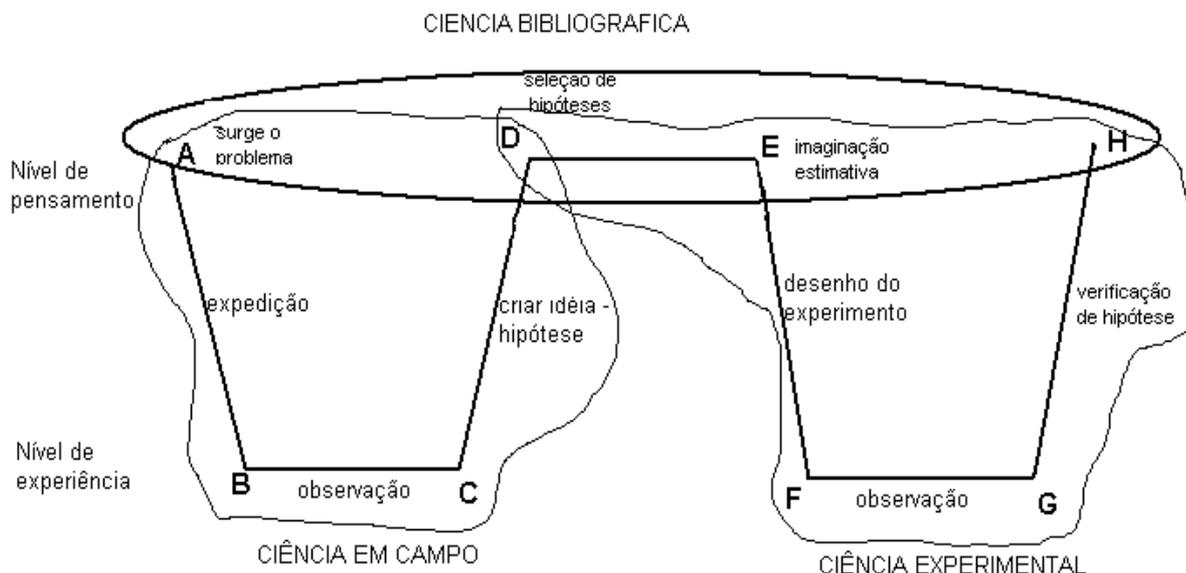


Figura 22 – Método K.J adaptado para a pesquisa

O método baseia-se genericamente na definição de níveis sucessivos de idéias, identificando a afinidade entre elas. O ponto de partida consiste num conjunto de palavras e frases escritas sem um processo de elaboração mental, apenas deixando que as palavras venham à mente do participante que as escreve em cartões soltos (ou papéis auto-adesivos), uma palavra por cartão. Neste momento não é feita qualquer crítica, valoriza-se a quantidade de palavras, para que possam ser integradas a uma idéia final. A partir das palavras recolhidas, inicia-se o processo de elaboração das frases com as palavras propostas por todos. Após a elaboração das frases, identifica-se o grupo de afinidade que elas possuem e elabora-se uma proposta de ação a partir das frases afins. Esta metodologia permite ainda detectar eventuais relações existentes entre os conceitos que foram emergindo do próprio processo.

As etapas do método são:

- escrever as palavras nos cartões;
- agrupar cartões semelhantes;
- elaborar frases;
- construir a proposta de ação.

De acordo com KJ, o mais importante é a integração das idéias, uma vez que se deve "...coletar dados aparentemente sem conexão em campo, com características diferentes e proceder a uma análise que integre estas informações. A conclusão do trabalho não se dará a partir de uma visão analítica, mas a partir de uma análise integral." (KAWAKITA,1963).

7.3.3 Aplicação da metodologia.

A metodologia foi aplicada seguindo as orientações de KJ. O material utilizado no processo foi: canetas, papéis auto-adesivos, quadro tipo *flip-chart*, folhas grandes de papel pardo como suporte para colar os adesivos e folhas para as frases elaboradas.

A proposta da tempestade de idéias é colocar cada uma representada por uma palavra que venha à mente do participante. Assim procedemos com as etapas:

- colocar todas as idéias, opiniões nos papéis;
- acumular todos os papéis
- escolher um secretário para fazer as anotações durante a reunião ou seminário, que deverá utilizar o papel em bloco
- cada idéia deve ser anotada em uma linha ou duas, no máximo, e durante a anotação não pode ser emitida opinião

Cada palavra proposta por um participante era fixada no papel de suporte e cada uma foi lida em voz alta para que todos pudessem ter conhecimento do que foi proposto. Na seqüência, os participantes elaboraram frases(OPAN, 2003a e b) que integravam as idéias propostas pelas palavras e tiveram como tema de fundo o ecoturismo e o desenvolvimento sustentável da região. O resultado obtido com as frases está apresentado nos Apêndices B e C.

7.4 REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS.

7.4.1 Programa dos seminários.

Com o objetivo de identificar o papel do ecoturismo na preservação dos recursos hídricos, no município de Urubici-SC, foram realizados dois seminários com a população local, onde os participantes puderam construir novos conhecimentos a partir de suas idéias sobre os temas abordados e da informação compartilhada previamente pelos palestrantes e facilitadores.

De posse destas informações eles elaboraram propostas de ação para consolidação da atividade na região. A construção desse conhecimento se deu através de um processo cognitivo, da cognição como episteme, como define SILVA(1998), do aprender com o operar, do aprender com o próprio processo de aprendizado. Neste caso a metodologia e o processo encontram-se contemplados pela educação não-formal, conforme apresentado no item 4.3.2.

Com o título de “Ecoturismo – uma perspectiva transdisciplinar para o desenvolvimento sustentável”, foi adotada nos seminários a abordagem transdisciplinar, uma vez que participaram das palestras líderes comunitários locais, que puderam apresentar os seus olhares sobre o tema, trazendo suas colaborações e seus conhecimentos para o evento.

O programa dos seminários foi constituído dos seguintes temas:

- O ecoturismo no Brasil – aspectos sócio-econômicos e os impactos ambientais – foram apresentados os conceitos de ecoturismo e um estado-da-arte da atividade no país, além das tendências nacionais e internacionais. Na esteira do mesmo tema foi abordada a relação da educação ambiental com a atividade ecoturística e como aquela pode auxiliar a minorar os impactos ambientais causados por esta;
- Propostas atuais para o desenvolvimento do ecoturismo – neste item foram apresentadas duas propostas: a primeira, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e da Amazônia Legal, as RPPN's (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) como alternativa aos proprietários de terra para a conservação ambiental e a obtenção de recursos para o desenvolvimento sustentável; e a segunda, a elaboração de um roteiro ecoturístico para a região, a partir das potencialidades existentes;
- Potencialidades ecoturísticas de Urubici e a participação comunitária – este tema foi apresentado por um dos líderes comunitários locais e abordou os vários pontos turísticos, as trilhas mais conhecidas, as histórias e lendas locais, os conhecimentos que moradores locais detêm a respeito do lugar, e que podem ser compartilhados, além de ressaltar a importância destes recursos como fatores para o desenvolvimento do ecoturismo;
- Os desastres naturais nos locais ecoturísticos – neste tópico foram abordados os tipos de desastres naturais mais comuns em regiões de montanha, no caso de Urubici – os deslizamentos de terra, as enchentes - e quais são as causas mais frequentes dos mesmos, sendo evidenciados o desmatamento generalizado, a redução da mata ciliar e a falta de saneamento básico;

- Dinâmica para produção de idéias e construção do conhecimento – para realizar esta etapa foi utilizada a metodologia de K.J, descrita no item 7.3.2.

- Elaboração de propostas de ação para o desenvolvimento sustentável através do ecoturismo.

O conteúdo dos seminários foi discutido com a equipe da OPAN, ONG através do qual foram realizados os eventos, e contou com a participação de seus membros durante todo o processo, inclusive como apresentadores de alguns dos temas, trazendo suas experiências e seus saberes para a construção do novo conhecimento. O compromisso da OPAN com a preservação ambiental despertou em alguns participantes o desejo de igualmente desenvolver ações em suas comunidades através das associações existentes.

8. RESULTADOS E DISCUSSÃO

8.1 Resultados e discussões gerais

Durante todo o processo da pesquisa em campo, também foi possível perceber que a busca pelo desenvolvimento sustentável é uma preocupação de algumas lideranças rurais locais, além de ser uma das metas do governo municipal. Isto desencadeou um processo de mudanças nas consciências participativas, de forma que, ante qualquer ação apresentada por um agente interno ou externo ao município, a comunidade levanta a questão da sustentabilidade ambiental. Apesar disso, as ações mais concretas neste sentido somente recentemente começaram a surgir, como é o caso do aterro sanitário, que foi um projeto resultante do Consórcio Intermunicipal das Nascentes, abrangendo 7 municípios. Neste ponto foi percebido que o processo de desenvolvimento sustentável, em Urubici, está tomando os primeiros passos e tem ocorrido o proposto por FENNELL (2002) e pelo documento "Nosso Futuro Comum" (vide item 4.1).

O que pareceu mais evidente foi o completo desconhecimento, por parte da comunidade, das leis sobre os recursos hídricos e mesmo sobre a representatividade do município no Comitê de Bacia do Rio Canoas. Como poderá ser visto nas propostas de ações, não houve qualquer referência mais específica aos recursos hídricos, embora eles estivessem subentendidos no processo de preservação ambiental como um todo.

Aqui cabe questionar:

Por que não há uma atenção mais focada nos recursos hídricos?

Que tipo de interesses norteiam as ações dos moradores locais sobre o futuro das águas?

Por que não se mobilizaram através de projetos que visem a preservação dos nascentes que estão no município?

Por que a comunidade não manifesta o interesse em acompanhar o que ocorre nos órgãos colegiados, onde Urubici está representado?

Estas são questões que ainda permanecem sem respostas.

Durante a construção do relacionamento com a comunidade de Urubici, que transcorreu no período de um ano, foram levadas em consideração as recomendações de BRANDON(1993) apresentadas pela UNEP, (ver item 4.3.2), no que diz respeito:

- 1) A buscar entender as regras da comunidade – realizamos diversas visitas, que redundaram em convivência familiar com algumas lideranças e foi percebido que a comunidade deseja manter o controle sobre seu próprio destino;
- 2) Ao empoderamento – foi percebido o crescente interesse da comunidade em tomar parte dos projetos. Um fato surpreendente foi a grande participação na Conferência Nacional da Cidade, etapa municipal, com a apresentação de propostas viáveis de solução para os problemas existentes e que não prescindiram da participação de todos;
- 3) À participação em projetos locais – a comunidade está sempre presente, quando é solicitada e quando toma conhecimento do que está ocorrendo com o município;
- 4) À organização – a comunidade está organizada em associações, conselhos municipais, organizações não-governamentais. Apesar disso, não foi possível perceber uma preocupação mais evidente quanto à preservação dos recursos hídricos, especificamente em relação ao rio Canoas, nossa área de interesse. A preocupação maior foi com o meio ambiente de forma geral e como os recursos naturais poderiam ser preservados e trazer benefícios financeiros para eles;

- 5) O pensamento geral é de buscar a preservação ambiental como um todo, principalmente com relação aos pontos turísticos, por ainda não existir um zoneamento ambiental ou Plano Diretor do município;
- 6) Os benefícios iniciais que o ecoturismo pode trazer à população foram identificados como a renda para guias de turismo, os restaurantes coloniais, as taxas de acessos aos pontos turísticos, que ainda estão em fase de estudo;
- 7) As lideranças comunitárias foram identificadas a partir das instituições presentes, o que nos levou a integrar ações e participar como membro da Organização de Proteção Ambiental Águas Nascentes;
- 8) O desenvolvimento das associações de moradores está se dando através do Projeto Ecoturístico Rota do Vale Encantado (Apêndice A) e do Planejamento Estratégico da Associação de Moradores Vale do Rio Bonito, realizado pela Uniplac (Universidade do Planalto Central), de Lages;

Os seminários realizados e as diversas visitas consolidaram o tipo de pesquisa interativa, conforme indicado por DONIAK (2002), no item 4.3.2. A comunidade participou de forma interativa, trocou experiências, consolidou as organizações existentes e motivou novos aprendizados.

Tal como preconizado pela Constituição Federal de 1988 (ver item 4.3.1), o processo de construção do conhecimento buscou levar a conscientização da população quanto à necessidade de preservação ambiental. E isto se deu através da educação não-formal, com os seminários realizados, onde ocorreu troca de experiências e foi valorizado o saber local, como apresentado nos itens 7.4.1 e 7.4.2. Tais atividades se encontram alinhadas com a lei de educação ambiental 9.795/97, em seu artigo 13º, já indicado no item 4.3.1 e no item II do mesmo artigo, uma vez que os seminários ocorreram através da OPAN, uma ONG local.

Com a construção das idéias e das frases foi possível contemplar o conceito de Educação Ambiental proposto pela UNESCO (ver item 4.3.1), na medida

em que o processo permitiu “o reconhecimento de valores e elucidação de conceitos” que geraram as propostas de ações apresentadas mais adiante neste item.

O processo de construção das propostas apresentadas nos seminários também está alinhado com as observações do GEO Brasil 2002 (ver item 4.3.1) em relação aos saberes da população, pois eles agregam “... as diferentes dimensões que traduzem o comportamento e a dinâmica socioeconômica e ambiental...”, o que caracterizou a identificação dos níveis de realidade em que os atores sociais se movimentam.

Os seminários resultaram em propostas de ações para o desenvolvimento do ecoturismo, com vistas ao desenvolvimento sustentável, sendo que estas foram a consequência da consolidação de várias idéias apresentadas em forma de frases (Apêndice B). As ações propostas não indicam diretamente os responsáveis, uma vez que a comunidade entendeu que deveriam ser ações de todos para todos.

Estas propostas refletiram os níveis de realidade onde os atores sociais se movimentam, a partir dos quais eles atuam e buscam suas realizações, ou seja, a partir de onde eles podem identificar suas necessidades futuras, tal como indicado no item 4.1. Os níveis identificados seguem abaixo, juntamente com as ações propostas que os caracterizam. Preferimos utilizar os mesmos termos apresentados pelos participantes, como forma de legitimar, mais uma vez, o conhecimento produzido.

Nível Emocional

O nível emocional não está baseado em uma teoria psicológica específica, mas no processo cognitivo relativo às palavras “sensibilização”, “conscientização”, “potenciais que as pessoas têm”, que passam pelo entendimento apresentado por SILVA(1998) sobre as emoções: “As emoções, juntamente com os conceitos, fazem parte das premissas com as quais os

sistemas autopoieticos de ordem superior, os seres humanos, interatuam no ambiente. As ações são determinadas pela emoções presentes num domínio de convivência. Quando mudam as ações é porque houve uma mudança das emoções presentes no processo de aprendizagem. Ou quando mudam as emoções, mudam as ações e estratégias. Isto porque para haver uma história de interações recorrente (...) é necessário haver uma emoção que determine a continuidade deste domínio de convivência.”(SILVA, 1998, p. 82).

Destaque-se ainda que não foram formulados ou propostos quaisquer conceitos, mas legitimados os conceitos entendidos e aceitos pela comunidade local, em seu domínio de convivência.

Também podemos identificar uma preocupação com a afetividade no processo de construção de parcerias, valorizando o potencial individual dos moradores, que também passa por um processo de conscientização e educação para uma nova ética ambiental, tal como apresentado por alguns autores, no item 4.1, sobre o desenvolvimento sustentável e também o descrito sobre a importância da participação comunitária no processo de identificação das “necessidades futuras”, como uma ação solidária com as gerações futuras.

As propostas foram:

- ✓ desenvolver um programa de conscientização da população local sobre a necessidade de preservar o ambiente, apresentando alternativas econômicas sustentáveis;

Esta proposta foi construída a partir das frases nº 7, 10, 18 e 61 (Apêndice B) e pretendia levar os conhecimentos dos seminários realizados para todos os moradores locais, embora sempre tenha ficado claro que a presença maior foi de lideranças.

- ✓ promover campanhas e atividades de cunho educacional itinerante, ou seja, que atenda a todas as comunidades, visando a sensibilização da sociedade quanto ao desenvolvimento integrado ao meio ambiente;

Aqui foram reunidas as frases 28, 31, 32 e 49(Apêndice B), onde se percebe a preocupação com a ligação afetiva de todos com o ambiente.

- ✓ buscar parcerias entre os moradores, usando os potenciais que as pessoas têm: o esforço, o interesse, a vontade e a dedicação, para elaborar projetos que proporcionem o bem estar social e melhor qualidade de vida para a comunidade;

As frases 15, 20, 21, 40, 48, 50, 68(Apêndice B) foram algumas das que contribuíram para esta proposta. Aqui se percebe a importância de valores pessoais tais como esforço, interesse, dedicação e vontade como alavancas para o desenvolvimento local.

- ✓ acreditar nos investimentos próprios

Destacamos esta frase por evidenciar a necessidade de resgate da realização de cada um, como uma forma de resgatar a auto-estima baixa, tão marcada pelo alto índice de alcoolismo no município. Surgiu a partir das frases 16, 17, 19, 26, 40, 44, 50(Apêndice B).

- ✓ consolidar a idéia de que se pode fazer muito com a união de todos.

Para esta proposta foram reunidas as frases 3,12, 14, 15, 19, 20, 27, 35, 44(Apêndice B) entre outras, onde se percebe uma busca pelo resgate dos valores como união, cooperação, solidariedade, esperança.

Este nível deixa clara uma busca geral pela valorização dos conhecimentos de cada um, uma abertura para novos conhecimentos, a partir dos quais a própria comunidade poderá definir sua visão de futuro e gerenciar seus próprios recursos.

Este processo tem origem na exploração da madeira realizada por grandes empresas estrangeiras no passado, o que levou ao comprometimento da economia, quando da proibição de exploração da mata nativa. A população, então, se viu abandonada após ter sido explorada. Atualmente, os movimentos, mesmo os poucos que existem, são no sentido de a comunidade retomar as rédeas da condução da própria vida, através de associações ou organizações, com mais participação nas decisões.

Assim, é possível perceber todas as orientações sobre a participação comunitária apresentadas no item 4.3.2, tal como proposto por M.CERNEA (1991).

Nível Sócio-cultural

O nível sócio-cultural é aquele que destaca a reunião de conhecimentos, tradições e culturas que permitem um padrão de identidade para a população do município, embora existam várias etnias que a compõem, e como estes conhecimentos podem ser organizados e compartilhados por todos.

Aqui se percebe a educação não-formal como instrumento para a preservação ambiental, na medida em que também contribui para capacitar a mão-de-obra local para novas oportunidades de desenvolvimento da qualidade de vida dos moradores.

As propostas contemplam ações que promovam a valorização do patrimônio existente - uma valorização das origens, ou daquilo que NICOLESCU(2001)

define como *sagrado*, que está acima de qualquer conceito, que faz parte da ontogenia do sujeito e ele reconhece em seus níveis de realidade

Neste nível, as propostas foram:

- ✓ desenvolver um programa dirigido de educação não-formal, visando a preservação ambiental;

Esta proposta reúne frases que visam à formação do indivíduo, morador da cidade, enquanto agente de mudanças, tal como apresentado nas frases de nº 2, 18, 22, 28, 41, 46, 65(Apêndice B), bem como as alternativas que ele poderá utilizar na construção de uma nova realidade. Mesmo havendo aqueles que já pensam no futuro sustentável, ainda existem muitos que pensam no lucro fácil, no retorno imediato, sem compromisso com o meio ambiente.

- ✓ identificar o potencial turístico da comunidade de São Francisco e Campestre, visando a criação de uma futura rota ecoturística, não dando valor somente às belezas naturais, mas sim aos moradores, suas histórias e potencial artesanal, conservando principalmente essa essência cultural, que é o mais importante;

Aqui foram consolidadas as frases 12, 26, 31, 38, 50, 55, 57, 74(Apêndice B) entre outras e foi a partir desta proposta que surgiu o Projeto Ecoturístico Rota do Vale Encantado (ver Apêndice A). A comunidade desejava tornar realidade seus sentimentos, valorizar suas histórias, e isto motivou a primeira expedição de reconhecimento local.

- ✓ buscar parcerias locais entre os diversos segmentos da sociedade e o poder público local, visando à promoção de estudos e projetos voltados

à compreensão, conhecimento e valorização da história, cultura e potencialidades do município de Urubici;

Esta proposta resultou da consolidação das frases 15, 21, 22, 30, 36, 37, 47, 54, e 68 (Apêndice B), o que identifica o proposto no item 4.1, no que tange ao desenvolvimento sustentável a partir de uma visão da comunidade local; e no item 4.3.1 sobre a educação ambiental enquanto processo para a construção de uma nova realidade ambiental.

- ✓ elaborar um livro com a história e a geografia local, que deverá ser utilizado em todas as modalidades de educação ambiental;

Esta proposta reúne as frases 3, 12, 23, 24, 28, 29, 31, 44, 45, 59 e 60 (Apêndice B). E tal como na proposta anterior também consolida a visão da comunidade sobre suas necessidades futuras (ver item 4.1).

- ✓ elaborar projetos, através da Associação Vale do Rio Bonito, para trazer recursos que proporcionem o bem estar social e melhor qualidade de vida na comunidade;
- ✓ montar o museu rural da comunidade de São Francisco-Campestre.

As duas últimas propostas buscam a valorização da cultura local e reúnem o que foi apresentado nos itens 4.1, 4.3 e 4.4 da presente dissertação. Surgiram a partir das frases 5, 15, 20, 21, 27, 31, 32, 38, 45, 48, 56, 57 (Apêndice B).

Este nível também consolida os temas apresentados na revisão bibliográfica, evidenciando que a preservação dos recursos hídricos, como ação específica, não é vista como prioridade pela comunidade, embora não tenha deixado de ser mencionada nos seminários, como se pode perceber nas frases 33, 34 e 73 (Apêndice B).

Nível Econômico

O nível econômico destaca as alternativas que buscam uma maior captação de recursos financeiros para o desenvolvimento pessoal, a subsistência e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, através de suas potencialidades pessoais e da valorização dos produtos coloniais e recursos naturais existentes.

Aqui foram contemplados os aspectos inerentes ao desenvolvimento da agricultura orgânica, que tem como base a utilização da terra e dos recursos hídricos sem agrotóxicos, além da agregação de valor aos produtos coloniais para que pudessem ser comercializados fora da área do município.

Esta preocupação se deve quanto à certificação dos produtos coloniais, que necessitam de um selo de qualidade para que possam ser comercializados pelos produtores rurais, tornando-se mais uma fonte de renda e de divulgação da cultura local.

- ✓ desenvolver cursos de capacitação aos moradores para que possam descobrir suas potencialidades pessoais, melhorando a renda *per capita*;
- ✓ investir mais nas pousadas, restaurantes rurais e cafés coloniais;
- ✓ viabilizar a agregação de valor aos produtos da colônia;
- ✓ criar a rota do Vale Encantado, aperfeiçoando os conhecimentos e a capacitação através de cursos que incentivem e comprometam a comunidade com um todo.
- ✓ capacitar mão-de-obra local.

Estas propostas resultaram da reflexão sobre as frases 2, 3, 26, 53, 56, 74 e 76(Apêndice B). Uma preocupação constante da comunidade local é com a melhoria da renda familiar através de alternativas que não degradem o ambiente e isto é

possível valorizando a cultura como fonte de recursos financeiros.

Aqui também estão identificadas as propostas dos diversos autores apresentados nos itens 4.1 e 4.3.2, principalmente sobre os comentários de Ignacy Sachs a respeito dos problemas de exclusão social e desemprego. Estas propostas buscam a inserção dos moradores na economia local, permitem a fixação do homem no campo, através da valorização e qualificação da mão-de-obra local.

As propostas deixam bastante claro que a intenção da comunidade local não é abandonar a terra, mas antes melhorar a qualidade de vida a partir dos recursos que existem e de que dispõe no momento, permitindo que as gerações futuras possam usufruir os benefícios, além de garantir o desenvolvimento.

Nível Político

O nível político identifica outra esfera de atuação da comunidade, onde a mesma está submetida a um ordenamento jurídico, à organização do estado de direito, que é o governo local, o que espera deste e como pode se movimentar para consolidar as ações.

E através das propostas percebe-se o que já foi evidenciado no item 4.3.2 sobre serem os moradores os principais parceiros do governo na implementação de uma política de ecoturismo, assim como também preconiza o Plano Nacional de Turismo, do Governo Federal.

- ✓ executar o Plano Diretor e o Código de Posturas do Município, observando os traços culturais;
- ✓ zonear, mapear e divulgar o potencial ecoturístico local;

- ✓ buscar, junto ao poder público, melhorias nas estradas e vias de acesso aos recursos naturais que são atrativos turísticos, embelezando a paisagem.

Estas propostas reuniram as frases 16, 19, 26, 32, 46, 55, 66, 70, 71(Apêndice B) e identificaram a crescente preocupação da comunidade com a atuação de investidores externos ao município.

A comunidade de Urubici tem consciência da necessidade de um posicionamento político com relação à questão ambiental, principalmente com relação aos especuladores, que compram propriedades de terras por valores baixos apenas para desfrute pessoal ou até mesmo para exploração econômica do local, de forma indiscriminada, sem compromisso com a preservação ambiental. Esta prática tem se tornado comum no município e somente através de políticas públicas específicas e execução das que já existem será possível impedir a degradação ambiental no município.

Este processo passa, invariavelmente, pela participação comunitária, pela educação para conhecimento da legislação existente, dos direitos e deveres de cada um para com a natureza.

Nível Futuro – Realidade Futura

O nível futuro identifica claramente as aspirações da sociedade, seus anseios e o reconhecimento de que seus atores sabem onde desejam chegar, o que desejam para atender suas necessidades presentes, sem comprometer as gerações futuras, a partir das ações propostas.

Por não ter sido objetivo desta pesquisa, não foram buscadas as alternativas de como a comunidade local poderia alcançar suas aspirações, uma vez que isto faz parte de um planejamento estratégico.

- ✓ promover uma gestão participativa, através do crescimento pessoal, integrando as forças comunitárias de forma organizada e legítima, utilizando uma comunicação através de redes, visando alternativas de sustentabilidade sócio-econômica e ambiental para o município de Urubici.

Esta proposta resume todas as demais e evidencia a busca da população pela condução de seu próprio destino.

A valorização do potencial humano é condição primordial para uma gestão participativa, onde a comunidade poderá ser co-gestora dos recursos naturais, ou não, que estão à disposição de todos.

No transcorrer da pesquisa, pelas frases elaboradas, foi possível perceber a preocupação da comunidade com a evolução do processo de desenvolvimento sustentável, as alternativas apresentadas pelas equipes de pesquisadores que visitam a cidade, os conhecimentos repassados nas oficinas e nos cursos de capacitação realizados pelo Sindicato Rural, e tantas outras oportunidades que possam trazer a melhoria da qualidade de vida dos moradores, a fim de que seus filhos – “a geração futura” – não herdem uma natureza comprometida com a degradação, sem a perspectiva de um olhar otimista para o futuro, sem a possibilidade de poderem realizar mudanças em suas vidas, a partir do conhecimento que trazem consigo e da capacidade inerente às suas próprias ontogenias.

Ainda assim, não conseguimos identificar que os recursos hídricos do rio Canoas tivessem relevância para a população local, pois não se encontram contemplados diretamente em suas propostas. Nossa conclusão passa pela evidência de um distanciamento das populações sobre o que ocorre no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, cujos representantes de Urubici - o prefeito e o professor Hélio, produtor de trutas - nem sempre compartilham do que foi tratado nas reuniões, impedindo que o processo da participação comunitária ocorresse de forma mais ampla e efetiva.

A realização dos seminários oportunizou o conhecimento sobre as tendências atuais do ecoturismo no Brasil e no mundo para a população local, conforme se pode conferir no item 7.4.1.

A expedição realizada logo após o segundo seminário (na comunidade de São Francisco) permitiu que se consolidasse o primeiro dos objetivos específicos da pesquisa, no que se refere a reconhecer e registrar os recursos naturais existentes nas propriedades particulares como potenciais para o desenvolvimento do ecoturismo e preservação ambiental.

As propostas de ação apresentadas nos dois seminários contribuíram para a conquista do segundo objetivo específico que foi identificar as ações propostas pela população local e que deverão ser implementadas por eles, com vistas ao desenvolvimento ecoturístico sustentável local.

E por fim, o Projeto Ecoturístico Rota do Vale Encantado (Apêndice A) consolida o terceiro objetivo específico da pesquisa.

Os três objetivos específicos permitiram a identificação do papel do ecoturismo na preservação dos recursos hídricos do município de Urubici, na medida em que apresentam a situação atual, a realidade desejada pela população e seu compromisso com o desenvolvimento do ecoturismo, muito embora ainda não existam programas definidos ou mesmo implementados por ações governamentais, que sistematizem a prática com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico-ambiental.

Como conclusão neste item cabe ressaltar que, embora ocorram reuniões do Comitê Canoas, que ocorrem no município de Lages-SC, tratando da questão dos Recursos Hídricos e do Aquífero Guarani, a comunidade de Urubici não tem conhecimento dos temas abordados, dos parâmetros de decisões, das implicações e relevâncias destes processos no município, das decisões tomadas e do reflexo das mesmas para cada comunidade, o que deixa uma

lacuna importante no processo de preservação dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Canoas. Esta exclusão participativa, ou inexistência do processo participativo legítimo, impede uma atuação mais eficaz da própria comunidade. Até o final da pesquisa não foi evidenciada qualquer alteração na realidade existente.

8.2 A PROPOSTA - Roteiro Ecoturístico

Uma das ações propostas no nível sócio-cultural foi colocada em prática logo após o seminário. Uma expedição de reconhecimento dos atrativos turísticos da comunidade de São Francisco-Campestre foi realizada no dia 10/08/2003 e desta experiência resultou uma proposta de roteiro ecoturístico que segue apresentada no Apêndice A.

Este projeto apresenta proposta de ações a serem implementadas pela população da comunidade, com o objetivo de desenvolver o ecoturismo no local. Assim, foram elencados as potencialidades existentes, os custos operacionais com as diversas ações necessárias para implementação do projeto, as possibilidades de parcerias para redução de custos e uma tentativa de evidenciar o mercado consumidor.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 A participação comunitária na implantação do ecoturismo

O processo de construção de conhecimentos em parceria com a população local nos permitiu identificar algumas características interessantes que norteiam, ainda hoje, os processos de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental da região.

A comunidade, de forma geral, não tem conhecimento da maioria das ações realizadas pelo governo local ou por outra entidade, que digam respeito ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável ou mesmo ao desenvolvimento do turismo local. A maioria das ações não é devidamente divulgada, tal como ocorreu com a implantação do aterro sanitário, pelo Consórcio das Nascentes, que visa à coleta seletiva do lixo e um destino apropriado para o lixo de 7(sete) municípios consorciados. Alguns membros da população se revoltaram e numa audiência pública foram infelizes em suas colocações, por estrita falta de conhecimento, por ignorância da existência deste processo de parceria, que já vinha se consolidando há mais de um ano, como linha de governo do estado de Santa Catarina.

Entretanto, percebe-se que os integrantes das comunidades que atuam em prol do desenvolvimento de seus potenciais, se organizam em associações e têm trabalhado buscando parcerias para conquistarem seus objetivos. Este é o caso da comunidade de São Francisco-Campestre, que conhece o potencial existente em seus recursos naturais e culturais e deseja que eles possam contribuir para uma melhor qualidade de vida para a população ali residente. Mesmo assim, apesar de estarem conscientes da necessidade de união para alcançar os objetivos, cada comunidade age isoladamente, sem uma visão que integre a todos.

Novamente pondera-se que, apesar das diversas discussões realizadas em várias reuniões, não foi possível identificar uma preocupação maior com o rio Canoas, que atravessa todas as propriedades da comunidade. Os donos das fazendas e pontos turísticos reconhecem a existência de práticas agrícolas com uso extensivo de agrotóxicos, mas ainda não se consolidou qualquer ação direta, a ser orientada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, no sentido de reduzir os impactos ambientais negativos desta prática. Este Conselho tem apenas caráter consultivo, não possuindo poderes para determinar quaisquer ações ou intervir para impedir e orientar as atividades degradadoras do ambiente.

Também não foi evidenciada, no período da pesquisa, qualquer ação do Comitê de Bacia do Rio Canoas diretamente no município, o que tem levado o descrédito à população quanto à possibilidade de realização de qualquer ação local.

Neste aspecto, a comunidade participa de suas associações e através delas se manifesta, mas é necessária uma ação mais direta, a formulação de um projeto de lei que busque a preservação ambiental. Caso contrário, ocorrerá em larga escala o que hoje já se percebe por parte de alguns investidores externos, que, na visão do ganho fácil e na ilusória promessa de desenvolvimento da região, exploram os recursos humanos e naturais locais, sem compromisso com a conservação do ambiente. A ignorância deste processo poderá levar a comunidade a acreditar num futuro mais rico economicamente, mas onde poderão ser perdidas suas histórias, culturas, tradições e natureza.

O que a comunidade pode fazer hoje é se organizar para:

- definir as condições sob as quais será desenvolvido o ecoturismo na região;
- identificar os potenciais ecoturísticos da região;
- oferecer alternativas de pousadas rurais e restaurantes rurais;

- definir as ações prioritárias a serem desenvolvidas por cada um dos setores - público, privado e social - que atuam na região.

9.2 Viabilidade do ecoturismo em Urubici

Com tantos atrativos naturais, com uma culinária especial, com a afetividade da população local, um contato direto com a natureza e com a facilidade de acesso à maioria dos pontos turísticos, Urubici possui um potencial ainda não mensurado para o ecoturismo.

Apesar de existir o Convention Bureau da Serra Catarinense, este pretende apenas integrar o turismo da serra de Santa Catarina com a do Rio Grande do Sul, do ponto de vista do roteiro turístico, sem respeito à população local, pois no planejamento estratégico elaborado (CONVENTION&VISITORS BUREAU, 2003), não se percebe qualquer atividade que integre os moradores locais nas tomadas de decisão. Tanto isto ocorre que somente um representante do município participa das reuniões, o Secretário de Turismo, e o compartilhamento das decisões ou a possibilidade de a comunidade urubiciense participar é quase inexistente.

Ainda assim, as ações isoladas da Secretaria de Turismo, da Pouserra – associação de pousadas da região – têm buscado soluções para a recepção e hospedagem de turistas. Estas ações ainda carecem de um perfil técnico profissional, que somente um curso de guia de turismo não poderá fornecer. É necessária a construção de uma política municipal de ecoturismo que tenha por diretriz os princípios que o norteiam.

Para que o ecoturismo realmente se implante no município é necessária uma mudança de visão, de postura de consciência e uma ética baseada na interdependência de todos dos seres vivos, a fim de que todos aqueles que compartilham um mesmo recurso natural se disponham a preservá-lo para sua e para as gerações futuras.

9.3 Recomendações ao Município

A Cúpula Mundial do Ecoturismo reuniu o resultado das conferências preparatórias regionais, donde resultaram algumas recomendações para o desenvolvimento do ecoturismo (OMT, 2002, p. 31), que podem ser aplicadas à realidade de Urubici: "(1) Oferecer formação, microcréditos e outro tipo de assistência às pequenas e médias empresas, assim como às microempresas; (2) Facilitar incentivos às empresas para que continuem atuando em prol da sustentabilidade; (3) Proporcionar infraestrutura, como acesso e telecomunicações, para auxiliar as comunidades no desenvolvimento do ecoturismo; (4) Insistir na função dos governos mais como promotores do que como operadores; (5) Colocar ênfase em aumentar o valor econômico deixado por cada visitante, do que aumentar o número de visitantes..." Além disso, evidenciou que uma das preocupações mais freqüentes dentro do desenvolvimento do ecoturismo é sobre a necessidade de se construir códigos de conduta tanto para os visitantes como para as comunidades receptoras. Neste aspecto, a Cúpula ressaltou "... a importância da ética entre os operadores, a comunidade e os consumidores..." (OMT, 2002, p. 18).

Para que o ecoturismo seja realmente um grande fator de desenvolvimento local, como pode ser diante das riquezas naturais do município, urge que se elabore um plano municipal de ecoturismo, com debates abertos e amplos, com a participação voluntária das Universidades, das organizações não-governamentais, do poder público, das empresas privadas, das associações de moradores e demais organismos cooperativistas, contemplando a preocupação de todos, a preservação do meio ambiente, buscando o que é melhor para todos e não apenas para uma minoria de investidores capitalistas.

9.4 Recomendações para futuro estudo

Embora muitos esforços tenham sido envidados na realização desta pesquisa, alguns pontos ainda não puderam ser contemplados devido à natureza do processo. Assim, indicamos aqueles que poderiam suscitar o aprofundamento em novos estudos e elaboração de uma proposta que permita consolidar o ecoturismo como uma filosofia do turismo.

O ecoturismo como fator econômico de desenvolvimento do município de Urubici – contemplando os aspectos econômicos do ecoturismo, o desenvolvimento de um estudo que pudessem levantar as características de viabilidade e desenvolvimento do ecoturismo no local. Este estudo poderia apresentar um quadro comparativo de estudo da viabilidade econômica do turismo, a partir da adoção dos princípios do ecoturismo.

O processo de educação transdisciplinar na construção de uma realidade sustentável para o ecoturismo em Urubici – este estudo poderia propor a construção de um novo conhecimento por parte dos moradores locais, resultando em proposta de políticas públicas, resoluções, códigos de conduta ou normas para execução do ecoturismo, nas comunidades do município, que valorizasse, acima de tudo, a ontogenia de seus habitantes e toda a riqueza de sua história, sem imposição de qualquer visão acadêmica, mas, antes, construindo uma visão acadêmica a partir dessa experiência.

Os processos de certificação dos produtos coloniais como fator de agregação de valor ao ecoturismo – neste caso se buscaria um entendimento sobre as certificações de produtos rurais que ainda não podem ser comercializados, impedindo que seus produtores possam auferir renda a partir de seus próprios esforços e recursos. Exemplo disso é a comercialização de ovos, queijos, vinhos, que necessitam de uma certificação e esbarram na legislação vigente ou em sua inexistência, quando se adota então um entendimento que já não condiz com a realidade local.

Para além das questões materiais, de sobrevivência, de subsistência e de desenvolvimento local, também indicamos estudos no sentido de identificar os valores que contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade, a relação do homem consigo mesmo e com o meio ambiente: *o ecoturismo como instrumento de construção de uma visão holística do mundo*. Este estudo integrará várias disciplinas e poderá ter um carácter transdisciplinar, para além da realidade existente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEROSAT. Disponível em <<http://www.aerosat.com.br/noticias02.html>>. Acesso em 05/04/2004.

ALBUQUERQUE, I.C.et al..**Uma Perspectiva Metodológica para a Construção de Dimensões Complexas para a Unidade de Conservação Parque Nacional São Joaquim**. Trabalho Final da disciplina de Complexidade e Ambiente. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. UFSC:2002.

ALMEIDA, J.R..**Formação Ambiental: Consciência, Saber e Educação**. In ALMEIDA, J. R.(org.). **Ciências Ambientais**. Rio de Janeiro: Thex Ed.,2002.

BRASIL.**Constituição Brasileira**, in MEDAUER, Odete(org.). **Coletânea de Legislação de Direito Ambiental**. São Paulo, Ed.:Revistas dos Tribunais, 2003.

BRASIL. **Decreto 1922/96**. Cria Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal. Brasília: 1996.

BRASIL. **Lei 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.1999.

BRASIL. **Sistema de Informação de Recursos Hídricos** . Disponível em <<http://www.hidricos.mg.gov.br/bac7.htm>>.Acesso em 16/03/2004.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Ministério da Educação: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.mi.gov.br/sedh/ct/spddh/pnedh.pdf>>. Acesso em 20/03/2004.

BRASIL. **Presidência da República; Secretaria Especial de Meio Ambiente**. Disponível em <http://www.pr.gov.br/sema/a_eduamb.shtml>. Acesso em 13/02/2004.

BRAGA, B. et al.**Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, 2002, 2003.

CAPRA, F.. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2001.

CIASC. **Mapa interativo**. Disponível em <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>>. Acesso em 02/02/2004.

- CLIMERH-SC. **Mapa das bacias hidrográficas de Santa Catarina.** Disponível em <<http://www.climerh.rct-sc.br>>. Acesso em 15/03/2004.
- CONVENTION&VISITORS BUREAU DA SERRA CATARINENSE. **Plano Estratégico de Ação para o Desenvolvimento Turístico Integrado da Serra Catarinense.** 2003. Relatório final(não-publicado).
- CORREIA, V. S.. **Investigação em Turismo.** Disponível em <<http://homepage.oninet.pt/449mkn/html/investigacao.html>>. Acesso em 07/10/2003.
- COSTA, P. C. **Ecoturismo.** São Paulo: Aleph,2002.(Col. ABC do turismo).
- DONIAK, F.A..**Participação Comunitária no Processo de Desenvolvimento local.**Estudo de caso do município de Rancho Queimado-SC. Dissertação de Mestrado. UFSC, 2002.
- EMBRAPA. **Monitoramento por satélite.** Disponível em <<http://www.cdbrasil.cnpem.embrapa.br/sc/index.htm>>. Acesso em 02/02/2004.
- EMBRATUR. **Fóruns Estaduais de Turismo.** Disponível em <<http://www.embratur.gov.br/conteudo/ver.asp?conteudold=705&id=349>> Acesso em 11/04/2004.
- FATMA. **Projeto Aterro Sanitário do Consórcio Intermunicipal das Nascentes.** Lages, 2003.
- FENNELL, D.A.**Ecoturismo – uma introdução.** São Paulo: Contexto, 2002.
- FREIRE, G. **Fundamentos de Educação Ambiental.** Brasília: Universa, 2002.
- GEO Brasil 2002 – **Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil.** Santos, T.C.C.(org.).Brasília: Ed.IBAMA, 2002.
- GIRUS.COM.BR: **Turismo, Informação e Debate.** Disponível em <<http://www.girus.com.br/viagem/index.php>>. Acesso em 11/08/2003.
- GOIÁS.**Agência Goiana de Turismo.** Disponível em< <http://www.agetur.go.gov.br>. Acesso em 10/04/2004.
- GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Roteiros. Serra, Neve e Turismo Rural.** Disponível em <<http://www.sc.gov.br/santacatarina/roteiros/roteiros/cap61.html>>. Acesso em 15/03/2004.
- GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL-MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR. **Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo.** In: ECOBRASIL, Publicação eletrônica, 2002. Disponível em <<http://www.ecobrasil.org.br/documentos.asp>>. Acesso em 18/03/2004.

IBAMA, **Diretrizes para Operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental**. Série Meio Ambiente em debate(9).Brasília: IBAMA, 1997.

———. **Parque Nacional de São Joaquim**. Disponível em <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/parques/reuc/61.htm>>. Acesso em 02/02/2004.

———. **Caracterização Básica:Parque Nacional de São Joaquim**. Urubici:2002. Relatório(não-publicado)

IBGE. **Cidades**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em 02/02/2004.

ISRAEL, C. J.. **Aspectos da organização agrária e da produção de hortaliças no município de Urubici: o caso das hortaliças**. Dissertação (Mestrado). UFSC. Florianópolis, 1992. Disponível em <http://www.iscc.com.br/pmurubici>>. Acesso em 01/03/2004.

KAWAKITA, J. H. **Metodologia de gerar idéias**. Tokyo: Chuokouronsha, 1963. 168p. (em japonês).

———. **KJ Método**. Disponível em <http://web.sfc.keio.ac.jp/~masanao/Mosaic_data/KJ-Method.html> Acesso em 12/05/2004.

KOBIYAMA, Masato. **Ecoturismo e Saneamento Ambiental**. Palestra proferida na Conferência das Cidades, Urubici-SC, 01/08/2003, (não-publicado).

LINDBERG, K., HAWKINS, D.(org). **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão**. São Paulo:SENAC,2002.

LUCAS, K. **Urubici**. Disponível em <<http://www.keler.lucas.nom.br/portugues/localidades/urubici/urubici.htm>> Acesso em 23/03/2004.

MARTINS, M. R. F.. **Turismo Rural, uma alternativa sustentável**. Trabalho de conclusão de Pós-Graduação em Turismo Empreendedor. UFSC-SESC-SC, 2002.

MATAREZI, J. ; BONILHA, L.E. **Educação Ambiental Comunitária e Conservação do Litoral Brasileiro: a experiência do Laboratório de Educação Ambiental em áreas costeiras**. UNIVALI/CTTMar, 2000, in FACIMAR, **Notas Técnicas**, v. 4: p. 103-120.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo**. Disponível em

<<http://www.turismo.gov.br/temas/ecoturismo.asp>>. Acesso em 07/10/2003.

———. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas, 2003-2007**. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em 03/06/2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Turismo**. Disponível em <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/index.htm>>. Acesso em 10/04/2004.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 2001.

OMT, PNUMA. **Cumbre Mundial del Ecoturismo**. Ed.PNUMA. Madri,2002. Disponível em <<http://www.world-tourism.org/sustainable>>. Acesso em 26/02/2003.

OPAN. **Ecoturismo, uma perspectiva transdisciplinar para o Desenvolvimento sustentável**, Relatório Final. Seminário Câmara de Vereadores. Urubici:2003a(não-publicado).

OPAN. **Ecoturismo, uma perspectiva transdisciplinar para o Desenvolvimento sustentável**, Relatório Final. Associação Vale do Rio Bonito. São Francisco, Urubici:2003b(não-publicado).

PIRES, P. S. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

PRODER. **Proder On Line**. Disponível em <<http://proder.sebrae-sc.com.br>> Acesso em 02/02/2004.

PRONAF. **Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar**. Disponível em <<http://www.pronaf.gov.br/turismo/diretriz.doc>>. Acesso em 11/04/2004.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Sustentável**. Série Meio Ambiente em Debate. Brasília: IBAMA, 1996.

SANTA CATARINA. **Mapa com hidrografia**. Disponível em <<http://www.artes-curitiba.com/mapas/santacatarina.pdf>>. Acesso em 02/02/2004.

———. **Mapas**. Disponível em <<http://www.sc.gov.br/santacatarina/geografia/paginas/mapas.htm>> Acesso em 15/03/2004.

———. **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente**. Disponível em <<http://www.sds.sc.gov.br>> Acesso em 06/10/2003.

———. **Municípios**. Disponível em <<http://www.sc.gov.br/municipios/framesetmunicipios.htm>>. Acesso em 02/02/2004.

SANTA CATARINA, **Lei 10.949**, de 09 de novembro de 1998 – Dispõe sobre a caracterização do Estado em 10 (dez) Regiões Hidrográficas.

SANTA CATARINA, **Lei 9.748**, de 30 de novembro de 1994 – Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.

SEBRAE/SC. **Diagnóstico Sócio-econômico e Potencial Turístico**. Urubici:2002(não-publicado).

SILVA, D.. **Uma Abordagem cognitiva ao Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Sustentável(PEDS)**. Tese de Doutorado, UFSC:1998, Florianópolis, SC.

SPI-SOCIEDADE PORTUGUESA DE INOVAÇÃO. **Inovação e Internacionalização da empresa**. Lisboa: Principia, 1999. Disponível em < <http://www.spi.pt>>. Acesso em 21/04/2004.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável – turismo cultural, ecoturismo e ética**. Série Turismo. Vol. V. São Paulo:Aleph, 2000.

—————. **Turismo Sustentável – Conceitos e Impacto Ambiental**. Série Turismo. Vol I. São Paulo:Aleph, 2000.

UNEP. **Ecotourism: Principles, practices & policies for sustainability**. Paris,UNEP: 2002. Disponível em <<http://www.uneptie.org/pc/tourism/library/ecotourism.htm>>. Acesso em 06/03/2003.

URUBICI. Disponível em <<http://www.serracatarinense.com/urubici/pontos.html>>. Acesso em 16/03/2004.

—————. Disponível em <<http://www.urubici-sc.com.br/>> Acesso em 01/03/2004.

—————. Disponível em <<http://www.urubici-sc.com.br/turismo>>. Acesso em 01/03/2004.

—————. Disponível em <<http://www.serracatarinense.com/urubici/acidade.html>> Acesso em 16/03/2004.

—————. Disponível em <<http://www.keler.lucas.nom.br/portugues/localidades/urubici/urubici.htm>> Acesso em 23/03/2004.

APÊNDICES

A.

PROJETO ECOTURÍSTICO

ROTA DO VALE ENCANTADO

SÃO FRANCISCO

URUBICI – SC

OUTUBRO - 2003

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 3 |
| Objetivos | 3 |
| Cenário | 4 |
| Propostas | 6 |
| Recursos Físicos e Financeiros | 11 |
| Relatório Final | 12 |
| Anexo I | 13 |

1 – INTRODUÇÃO

Apresentação

Este documento apresenta o Projeto Ecoturístico Rota do Vale Encantado, a ser implementado na comunidade de São Francisco, no município de Urubici – SC.

Neste projeto estão contempladas proposições de ações para implementação da rota ecoturística da comunidade e que deverá ser aprovado pela Associação de Moradores Vale do Rio Bonito, antes de sua implementação.

Relevância

As belezas naturais da comunidade de S. Francisco, aliadas à cultura local e o saber de seus moradores, fazem da região um pólo ecoturístico de destaque no município.

Muitas lendas contam a história da região e dos feitos daqueles que foram os pioneiros no processo de colonização. A existência dos chamados “bugres”, índios em estágio evolutivo inferior ao homem da época, foi identificada através do reconhecimento de diversos túneis construídos como local de fuga e segurança da “tribo”.

A maior parte de todos os atrativos naturais está localizado em propriedades particulares e sua visitação, como parte de uma rota ecoturística, auxiliará na preservação do ambiente e na melhoria da qualidade de vida dos anfitriões, uma vez que contribuirá para o desenvolvimento econômico local através da comercialização da produção familiar, tanto na lavoura, quanto no artesanato e gastronomia.

2 – OBJETIVOS

O Projeto tem por objetivo apresentar e descrever as diversas possibilidades de exploração de recursos naturais e culturais da região, como alternativas para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida de seus moradores, de forma sustentável e garantindo a preservação do ambiente.

Assim, pretende-se:

- Promover o desenvolvimento, minimizando o impacto da degradação dos recursos naturais;
- Preservar os valores e reconhecer o saber da comunidade local;
- Promover atividades de ecoturismo que valorizem a identidade da comunidade;
- Melhorar a qualidade de vida da comunidade anfitriã;
- Fornecer educação ambiental;

3 - CENÁRIO

Histórico

A comunidade de São Francisco e Campestre foi fundada basicamente por alemães e seus descendentes, apresentando também alguma influência de comunidades letas, italianas e holandesas, por volta do ano de 1910.

Os integrantes da comunidade atual são descendentes das famílias Pickler, Dircksen, Henzi, Israel, Wiggers e Odderdengen, entre outras. Estes descendentes buscam preservar a história de seus antepassados, que foi marcada pelo desafio de construir uma comunidade em meio às dificuldades de transporte e às características do terreno.

O local onde hoje se vislumbra as lavouras era um grande “vassoral”, segundo um dos moradores da região, Sr. “Nico”, que foi sendo transformado aos

poucos para atender às necessidades de sobrevivência da comunidade. A produção era composta basicamente de milho, aveia e trigo.

Geografia do local

A região é composta por escarpas do planalto serrano, de formação arenítico-basáltica, divididas por um vale onde corre o rio Canoas, ao longo do qual a agricultura familiar se desenvolveu e se expandiu, dando ao município o adjetivo de “Capital Nacional das Hortaliças”.

Vegetação

A vegetação nativa é composta pela Floresta Ombrófila Mista, que integra o bioma da Mata Atlântica e que está sob séria ameaça de extinção, tendo em vista o uso extrativista das madeiras, no século passado. Este é um regional ecossistema complexo por acolher várias espécies: um substrato superior dominado pela *Araucária angustifolia*, mais conhecido como pinheiro brasileiro, ou simplesmente araucária; outro substrato inferior, onde predominam a imbuía, a canela e a bracatinga; além disso também se identifica um estrato arbustivo onde predominam a erva-mate e o xaxim.

Nos caules de caneleiras e gameleiras é possível identificar diversas espécies de bromélias, com coloração e formação diferenciadas. Em algumas trilhas é possível identificar espécies de xaxins com mais de 4 metros de altura ou que se estendem pelo solo, em até 6 metros de comprimento.

Atrativos naturais

Os atrativos naturais que compõem a primeira parte da Rota do Vale Encantado foram identificados como os seguintes:

- Cascatas
- Perais para escaladas
- Trilhas interpretativas
- Túneis

- Sítio arqueológico
- Serraria velha

4 – PROPOSTA

Para realizar o projeto indicam-se as seguintes fases de implementação, como segue:

1^A FASE – RECONHECIMENTO DA POTENCIALIDADE LOCAL

Identificação dos recursos, oportunidades e atrativos . Conhecer os recursos para transformá-los em produtos diferenciados.

Recursos naturais, ambientais e cênicos:

- Trilha das Bromélias e dos Xaxins (situada no mesmo sítio)
- Xaxim sobre a pedra
- Caneleira de 200 anos
- Cascata das Esmeraldas (após o Refúgio)
- Morro da Cruz ou Campestre
- Túneis dos Bugres

Recursos Comunitários:

- Cantinas e restaurantes rurais
- Hospedagem alternativa
- Pousadas rurais
- Centro de recepção do turista – mesmo local do Centro Comunitário

Recursos Históricos:

- Refúgio do “Revortoso”
- Serraria antiga
- Gruta N. Sra de Lourdes
- Túneis dos Bugres

Recursos Culturais:

- Festas locais
- Produtos coloniais
- Artesanato local

Serviços de turismo local

Serviços que precisam existir para o desenvolvimento da atividade

- culinária
- arte e artesanato
- hospedagem
- comércio
- transporte – os existentes e os que podem ser implementados para valorizar a rota
- serviços de informação e interpretativos
- serviços de apoio ao turista – sanitários, locais para descanso, etc

Serviços públicos existentes

Iluminação, tratamento de água, posto médico, recolhimento do lixo (reciclagem)

Análise dos fatores de risco – Impactos e restrições

Trilhas com solo muito frágil exigem definição da capacidade de carga para visitação e sinalização adequada de cada trilha. Sugere-se que cada passeio – dois pela manhã e dois á tarde – comportem no máximo 25 pessoas cada um.

Na trilha da Cascata das Esmeraldas é importante identificar que o acesso só deve ser permitido para maiores de 12 anos, tendo em vista o local ser bastante acidentado por dentro da mata, além de contar com um solo muito frágil composto por vegetação muito sensível.

Disponibilização de sanitários e água antes de percorrer os trechos de mata nativa para diminuir o impacto ambiental.

Mercado Consumidor

O mercado consumidor é composto dos turistas que permanecem mais de um dia na cidade e que poderiam se hospedar na própria localidade ou comprar o passaporte turístico na chegada (de acordo com o novo Plano Municipal de Turismo).

De forma geral é composto por famílias com média de 5 componentes, ou casais. Menos freqüente, mas verificada é a presença de pessoas em grupos maiores, mas que já estão orientadas para outro destino, necessitando de uma boa estratégia de marketing para divulgar o local.

2^A FASE – CAPACITAÇÃO DA COMUNIDADE ENVOLVIDA

Sugere-se que sejam contemplados os pontos apresentados no Anexo I deste projeto.

Resgate Histórico do Local

Simultâneo às etapas de capacitação da Comunidade e dos Guias locais, é necessário desenvolver um processo de resgate histórico, que apóie efetivamente todo o projeto ecoturístico da Rota do Vale Encantado. Sem este argumento, lendas como a do “Revortoso” ficam sem respaldo no imaginário do turista visitante. Este resgate deverá apoiar os demais processos de capacitação previstos neste projeto.

Para o desenvolvimento foi sugerido, pela comunidade, utilizar a parceria com a UNIPLAC, uma vez que a mesma possui campus no município, além de pesquisadores nas áreas de História, Geografia, Antropologia e Sociologia, que são moradores da região e que poderão contribuir com o desenvolvimento da história do próprio estado de Santa Catarina.

Capacitação de guias

A capacitação dos guias está sendo realizada em projeto da Prefeitura e da Secretaria de Educação, devendo ser priorizado o acompanhamento pelos guias que são da região. Isto permitirá um maior envolvimento com a comunidade local, priorizando o empoderamento da mesma, que trabalhará para o próprio desenvolvimento.

Capacitação dos proprietários de pontos turísticos

Tanto quanto os guias, os proprietários de pontos turísticos, e mesmo os proprietários de terra, da região de São Francisco, devem ser capacitados para que reconheçam o potencial existente para exploração dos recursos em benefício próprio e de toda comunidade.

Temas como preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, educação ambiental, melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento econômico, devem ser abordados em oficinas de capacitação. Além disso, também devem ser treinados quanto à recepção e acolhida de turistas, para que todos possam apresentar um discurso unificado, garantindo a diversidade das qualidades pessoais de cada representante.

3ª FASE – ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

A elaboração do Plano de Ação deverá ser realizada pela Associação de Moradores, com a concordância de todos, com as características indicadas no Anexo I.

No Plano deverão constar:

- As ações a serem realizadas para implementação do projeto
- Como as ações serão realizadas
- Os resultados esperados dentro dos prazos
- Os prazos (curto, médio e longo)
- Os responsáveis por cada ação

- Os parceiros
- Os recursos financeiros necessários
- As fontes de fomento e financiamento dos recursos

5 - RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS

A título de colaboração indicam-se os recursos necessários para o desenvolvimento de algumas ações propostas neste projeto:

FÍSICOS:

- Placas de sinalização das trilhas;
- Display e “banners” que contam histórias do local;
- Bancos rústicos para descanso;
- Lixeiras para coleta seletiva de lixo nos locais de visitação;
- Sanitários nos locais de visitação

FINANCEIROS:

Os necessários referentes a:

- Elaboração das placas – pintura
- Construção de um portal de recepção de turistas
- Aquisição das lixeiras;
- Produção dos cartazes e “banners” informativos

6 – RELATÓRIO FINAL

Diante das demandas da vida atual por uma melhor qualidade de vida, pelo desfrutar dos recursos naturais primando pela preservação dos mesmos, garantindo a sustentabilidade das atuais gerações e das gerações futuras, urge valorizar os recursos naturais, os culturais e os do conhecimento humano local, que se pode reconhecer na Comunidade de São Francisco.

Este projeto executivo apresenta as possibilidades que a comunidade dispõe para consolidação de um novo processo, dentro das atividades naturais nas quais está inserida, motivo pelo qual somos por sua aprovação por parte da Associação de Moradores Vale do Rio Bonito.

Urubici, outubro de 2003.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Buzurgue". The signature is written in a cursive style with a large initial letter.

ANEXO I

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ROTA DO VALE ENCANTADO

Capacitação da comunidade envolvida

- sensibilização e conscientização da população local para o reconhecimento dos seus recursos ecoturísticos;
- sensibilizar os moradores que possa prestar serviços de apoio à rota ecoturística, tais como: pedreiros, mecânicos, socorristas, etc., a fim de perceberem uma oportunidade no desenvolvimento econômico da região;
- identificação dos produtos originados na comunidade e que podem ser comercializados na rota ecoturística, de maneira se transformarem em fonte de renda para as famílias;
- identificação das alternativas gastronômicas do local, além da cultura (música, danças, bailes, etc.), que, aliadas, podem se transformar em propostas para o desenvolvimento econômico da região.

O projeto de capacitação deve contar com o auxílio das universidades, em suas características de ensino e integração com a comunidade local, além da OPAN (Organização de Proteção Ambiental Águas Nascente, ONG local), na elaboração dos Planos de Ação e nos projetos futuros.

Elaboração do Plano de Ação

A elaboração do Plano de Ação passa pela participação comunitária, identificando as ações necessárias, as prioridades de cada uma e as pessoas responsáveis pela execução, além de identificar o prazo de execução de cada etapa.

A título de colaboração indicamos algumas ações que podem servir como orientação no processo:

- Construção de um portal de recepção de turistas – em madeira, com estilo rústico, mas típico da região, com duas salas para recepção de turistas, informação sobre a rota, venda de ingressos ou passaporte e venda de artesanatos;
- Elaboração de um folder com a descrição da Rota do Vale Encantado, com todas as informações necessárias, inclusive telefone de restaurantes da região, pousadas, oficinas mecânicas, etc.
- Colocação de bancos para descanso no início da Rota, no largo do Salão Paroquial;
- Colocação de lixeiras nos locais de visitação;
- Elaboração dos cartazes e “banners”
- Construção de banheiros próximos aos locais de visitação, que atendam às características de preservação ambiental;

Elaboração da Rota Ecoturística

A rota ecoturística deverá ser determinada pela Associação indicando um “caminho” por onde deverá ser feito o passeio.

Pode ser realizado da mesma maneira como desenvolvido na primeira expedição de reconhecimento, introduzindo-se paradas para lanches, descanso, meditação, refeições, compras, etc.

Elaboração do Material de Divulgação – marketing

A proposta de marketing para divulgação da rota será apresentada por colaboradora da OPAN, que desenvolve estudos nesta área. Esta proposta será apresentada após homologação deste projeto pela Associação de Moradores.

Sinalização dos locais de visitação

A sinalização dos locais de visitação deverá ser feita com placas, podendo estas ser produtos de parcerias com a Secretaria Municipal de Educação, junto às escolas do município e as disciplinas de artes e ciências, utilizando

materiais recicláveis, como parte da transversalidade do tema educação ambiental.

B. FRASES ELABORADAS NA OFICINA DE CRIAÇÃO DE IDÉIAS

SEMINÁRIOS: ECOTURISMO – Uma perspectiva transdisciplinar para o desenvolvimento sustentável – URUBICI-SC

- 1) turismo é o futuro
- 2) conhecimentos são fundamentais ao empreendedorismo,
- 3) crescimento pessoal envolve companheirismo, esperança, paciência, dinheiro, ação, planejamento, equilíbrio, conhecimento, doação e amor
- 4) às vezes precisamos correr o risco
- 5) construir casas com padrões culturais locais
- 6) qualidade de vida depende entre outras coisas da interação do homem com a natureza
- 7) a educação é a base fundamental
- 8) comunidades desenvolvidas correm o risco de não companheirismo
- 9) justiça social é uma responsabilidade de todos nós
- 10) conscientizar as populações locais da necessidade de se preservar, passa primeiro pela criação de alternativas econômicas para a comunidade
- 11) desenvolvimento sustentável é a saída para o município de Urubici
- 12) conhecer a nossa casa para podermos ter um objetivo concreto do que queremos
- 13) maçã é o presente de nossas gerações
- 14) é preciso pensar para agir
- 15) associar-se para elaborar projetos para o futuro
- 16) não podemos deixar que ninguém destrua a nossa natureza
- 17) capricho e ordem é desenvolver
- 18) devemos crescer mas também ter consciência de preservar
- 19) aqui, lugar de nossa responsabilidade
- 20) dividir conhecimentos e integrar ações são focos para boas parcerias

- 21) promover projetos de Educação Ambiental em parceria com ONG's, empresas ricas e poderosas e sociedade local, visando o conhecimento do meio ambiente e preservação deste
- 22) usufruir o conhecimento técnico das universidades
- 23) o futuro é aqui em Urubici
- 24) criança é nosso futuro
- 25) desenvolver o turismo e o crescimento pessoal
- 26) não podemos deixar que os oportunistas venham se apossar daquilo que é dos urubicienses como já está ocorrendo
- 27) Agir, fundamental para o crescimento
- 28) a educação é a base para o sucesso
- 29) o livro de geografia de urubici e o seu uso nas escolas, contribuirá para a preservação ambiental, pois conhecer é preservar
- 30) gestão participativa onde todos resolvem, juntos, o que é melhor para a comunidade
- 31) quem tem amor à natureza trabalha de tal forma que ela lhe dá o sustento sem que seja necessário agredi-la ou prejudicá-la
- 32) para o bom desenvolvimento precisamos ter organização e planejamento
- 33) trutas serão o futuro de Urubici para ajudar no desenvolvimento e trazer riquezas para nossa sociedade
- 34) Paciência, amor, rios limpos
- 35) Integrar, somando forças para o desenvolvimento
- 36) sucesso é o resultado do trabalho bem elaborado
- 37) elaborar projetos através da integração junto com a comunidade
- 38) conhecer as potencialidades locais, visando compreender qual a identidade local e os riscos que podem ser gerados pela implantação de projetos de turismo
- 39) desenvolvimento sustentável é a saúde do município de Urubici
- 40) somente através do companheirismo, poderemos atingir um objetivo comum: turismo ecológico sem depredação do meio ambiente
- 41) a proteção ambiental é fundamental para sobrevivência futura
- 42) desenvolver a justiça social é fundamental

- 43) contato do homem com o meio natural gera educação
- 44) não podemos perder nossa identidade local
- 45) cuidar de nossa Urubici que é nossa beleza
- 46) preservar a natureza para todos, futuro tranqüilo
- 47) integrar a comunidade com o Ibama, sem conflitos
- 48) integração com as várias organizações para desenvolver parcerias
- 49) conscientizar as pessoas que o meio ambiente é grande meio de alcançar a sustentabilidade
- 50) o crescimento pessoal, o companheirismo, a cultura, a preservação propiciarão sucesso e dinheiro para o município
- 51) respeitar os ecossistemas é preservar a vida
- 52) atividades orientadas ao ar livre promovem o crescimento pessoal
- 53) ter dinheiro para fazer a comunidade crescer
- 54) usar todas as forças para o crescimento de Urubici
- 55) a percepção dos benefícios do ecoturismo ajudará na preservação dos patrimônios naturais
- 56) através da motivação local é possível construir alternativas adequadas à preservação do meio ambiente e que promovam o desenvolvimento sustentável
- 57) alternativas se constrói através do que queremos, isto é, a partir do planejamento para se chegar ao objetivo pretendido
- 58) felicidade – resultado de ações tomadas "no hoje"
- 59) identidade local – auto-conhecimento - nossa valorização
- 60) educação é a base para o sucesso
- 61) transformar esperança em realidade
- 62) uma gestão participativa é o caminho para o desenvolvimento sustentável
- 63) sem justiça social não se alcança o desenvolvimento de uma cidade
- 64) manejo consciente trará desenvolvimento com a sustentabilidade
- 65) proteção ambiental é a solução para que a natureza não morra
- 66) cuidados com as empresas ricas e poderosas para não haver a perda da identidade local
- 67) visão para realizar e agir com maturidade

- 68) somente com parcerias vamos conseguir desenvolver nossa região
- 69) integrar para crescer com consistência
- 70) permitir o manejo dos recursos naturais de forma sustentável
- 71) proteger o maior atrativo local que é a paisagem
- 72) melhorar a comunicação através de redes
- 73) preservação do rio melhora a água
- 74) o turismo pode gerar conscientização, crescimento pessoal e integrar parcerias em busca do desenvolvimento sustentável
- 75) fazer conscientização com ONG local
- 76) trazer felicidade e dinheiro através do ecoturismo

C. PROPOSTAS DE AÇÕES RESULTANTES DOS SEMINÁRIOS REALIZADOS EM URUBICI NOS DIAS 07/06/2003 E 19/07/2003.

Seminário realizado na Câmara de Vereadores de Urubici – 07/06/2003.

- ❖ Desenvolver um programa de conscientização da população local sobre a necessidade de preservar o ambiente, apresentando alternativas econômicas sustentáveis;
- ❖ Desenvolver um programa dirigido de educação ambiental não-formal, visando a preservação ambiental;
- ❖ Elaborar um livro com a história e a geografia local, que deverá ser utilizado em todas as modalidades de educação ambiental;
- ❖ Promover uma gestão participativa, através do crescimento pessoal, integrando as forças comunitárias de forma organizada e legítima, utilizando uma comunicação através de redes, visando alternativas de sustentabilidade sócio-econômica e ambiental para o município de Urubici;
- ❖ Desenvolver cursos de capacitação aos urubicienses para que possam descobrir suas potencialidades pessoais, melhorando a renda *per capita*;
- ❖ Executar o Plano Diretor e o Código de Posturas do Município observando os traços culturais;
- ❖ Promover campanhas e atividades de cunho educacional itinerante, ou seja, que atenda todas as comunidades, visando à sensibilização da sociedade quanto ao desenvolvimento integrado ao meio ambiente;
- ❖ Buscar parcerias locais entre os diversos segmentos da sociedade e o poder público local, visando à promoção de estudos e projetos voltados à compreensão, conhecimento e valorização da história, cultura e potencialidades do município de Urubici. (OPAN, 2003).

Seminário realizado na comunidade rural de São Francisco – 19/07/2003.

- ❖ Buscar parcerias entre os moradores, usando os recursos e potenciais que as pessoas e locais dispõem e oferecem para o crescimento e exploração do turismo (gastronômico, artesanato, produtos orgânicos e pontos turísticos).
- ❖ Criar a rota do Vale Encantado, aperfeiçoando os conhecimentos e a capacitação através de cursos que incentivem e comprometam a comunidade com um todo;
- ❖ Elaborar projetos, através da Associação, para trazer recursos que proporcionem o bem estar social e melhor qualidade de vida na comunidade;
- ❖ Atuar junto aos órgãos públicos para melhorar as infra-estruturas nos acessos gerais e propriedades particulares;
- ❖ Acreditar nos investimentos próprios;
- ❖ Buscar parcerias para o planejamento de melhorias de acessos para os pontos turísticos;
- ❖ Usar a criatividade para o embelezamento de nossas casas;
- ❖ Investir em pousadas, restaurantes rurais e cafés coloniais;
- ❖ Conscientizar sobre a limpeza e o recolhimento do lixo reciclável;
- ❖ Acreditar mais no potencial humano e não deixar que usem a comunidade para que terceiros se promovam em cima do que existe para ser explorado;
- ❖ Acreditar que nós podemos fazer com união;
- ❖ Receber os turistas com carinho e hospitalidade;
- ❖ Realizar o mapeamento e o zoneamento da região;
- ❖ Realizar conscientização sobre o meio ambiente;
- ❖ Realizar o embelezamento das margens das estradas da Rota do Vale Encantado;
- ❖ Agilizar a montagem do Museu Rural;
- ❖ Realizar a sinalização da Rota com placas e indicativos da região;
- ❖ Realizar o levantamento da produção agrícola, sua variedade e potencialidade;
- ❖ A comunidade precisa se esforçar, apresentar interesse, união, vontade e dedicação;

- ❖ Concentrar esforços no sentido de:
 - a) viabilizar a agregação de valor aos produtos da colônia (certificação);
 - b) capacitar mão de obra local;
 - c) zonear, mapear e divulgar o potencial turístico local;

- ❖ Identificar o potencial turístico de São Francisco, visando a criação de uma Rota Turística, dando valor não somente às belezas naturais, mas também aos moradores, suas histórias e potencial artesanal, conservando a essência cultural, que é o mais importante. (OPAN, 2003).

D. LOCALIZAÇÃO DOS PONTOS TURÍSTICOS DE URUBICI

